

Avante!

Acções em curso estimulam mobilização dos trabalhadores



Tempo de lutar

A CGTP convocou duas manifestações para Março, a Fenprof leva para a rua os professores no segundo dia do seu congresso, os trabalhadores da Administração Local protestam já na próxima quarta-feira em Lisboa. Grandes e pequenas acções são a expressão da resistência à ofensiva contra os rendimentos e os direitos dos trabalhadores.

Pág. 5

«Avante!» 70 anos com futuro



O «Avante!» faz hoje 70 anos

A Sessão Pública comemorativa, realizada no sábado passado no Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, com a participação do Director, José Casanova, e dos camaradas Arménio Carlos, Fernando Vicente, Fernando Correia, Jorge Cortez, Bruno Dias e Rui Paz e depoimentos de leitores do «Avante!»



Págs. 13 a 20

100 mil estudantes na rua Dia 23 há mais

Mais de 100 mil estudantes manifestaram-se em todo o País, sem terem resposta do Ministério da Educação. Na próxima semana concentram-se em frente ao Parlamento. E têm o apoio dos professores.

Págs. 8 e 9

EPAL, Gás e Saúde Privados avançam

Os negócios privados avançam na EPAL, no Gás e na Saúde, provocando descontentamento entre os consumidores e os utentes. Por seu lado, os trabalhadores protestam.

Pág. 7

Projecto do PCP Fazer justiça

Fazer justiça aos trabalhadores é, em síntese, o sentido do projecto de lei do PCP que será votado hoje e que visa instituir um sistema de reparação a quantos são afectados pela morosidade da Justiça.

Pág. 21

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª A, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matricula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIREÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lígia Calapez
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Sérgio Moraes

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 923 99 21
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Contínente e Regiões
Autónomas)
50 números: 8 100\$00
25 números: 4 200\$00

EUROPA
50 números: 21 850\$00

EXTRA-EUROPA
50 números: 30 600\$00

GUINÉ-BISSAU,
S. TOMÉ E PRÍNCIPE
e MACAU
50 números: 23 000\$00

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Plenário Nacional do STAL e do STML marca luta na administração local

Resumo

7 Quarta-feira

José Luís Judas, presidente da Câmara de Cascais, desmente a anunciada intenção de abandonar a presidência da autarquia • A sede do Golkar, o segundo maior partido da Indonésia, que pretende a destituição do presidente Abdurrah Wahid, é incendiada por apoiantes do chefe de Estado • A presidência do Haiti é assumida pela segunda vez por Jean-Bertrand Aristide • O caudal do rio Douro volta a transbordar e o presidente da Câmara da Régua acusa «a EDP de gerir as barragens só em benefício da empresa».

8 Quinta-feira

Milhares de estudantes manifestam-se pela suspensão da revisão curricular dos ensinos básicos e secundários • A Marinha portuguesa e o ministro do Ambiente, José Sócrates, negam que haja contaminação radioactiva das águas do porto de Lisboa devido à estadia do submarino britânico Tranchant em 1998 • O plano que Belgrado propõe e que prevê a desmilitarização da zona terrestre que separa o Kosovo do resto da Sérvia é rejeitado pelo UCPMB (separatistas albaneses) e o Partido Democrático Unificado dos Albaneses • Morreu Artur Semedo no Hospital Curry Cabral.

9 Sexta-feira

O Plenário Nacional de Delegados, promovido pelo STAL e o STML, marca para Março uma jornada de luta dos trabalhadores das autarquias • Os três portugueses raptados em Cabinda fazem um apelo dramático «à classe política» portuguesa • Vários milhares de estudantes manifestam-se em três cidades indonésias e exigem a demissão do presidente Abdurrah Wahid • O secretário-geral da NATO, George Robertson, mostra o seu agrado pelo plano das autoridades jugoslavas para a resolução da crise no sudoeste da Sérvia.

10 Sábado

Em declarações ao jornal Público, José Luís Judas diz não ter condições para uma recandidatura mas estar eventualmente «disponível» para acabar o mandato • Numa minicimeira em Luanda, os presidentes de Angola, Namíbia e Zâmbia decidem cooperar na criação de «mecanismos

concretos» que garantam a segurança nas fronteiras comuns • O ministro palestiano da Cooperação Internacional, Nabil Chaat, adianta que se Ariel Sharon mantiver as suas posições radicais «torna-se necessário o seu isolamento internacional».

11 Domingo

As instituições de ensino superior da Europa não chegam a acordo quanto à proposta de criação de um sistema europeu de acreditação, revela Alberto Amaral, director do Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior • Em Israel, o governo cessante de Ehud Barak aprova uma decisão que declara caducas as propostas norte-americanas que serviram de base às negociações com os palestinianos • O primeiro-ministro jugoslavo, Zoran Zizic, garante que não entrega o ex-presidente Slobodan Milosevic ao Tribunal Penal Internacional.

12 Segunda-feira

A comunidade portuguesa da África do Sul é acusada pelo ministro da Segurança sul-africano de racismo e colonialismo • Após dez anos de estudo, a companhia privada americana Celera Genomics e os responsáveis do Projecto do Genoma Humano (PGH) revelam que o ser humano apenas tem 30 mil genes • Adriano Freire, presidente da Comissão Nacional de Eleições cabo-verdiana, anuncia uma segunda volta nas eleições presidenciais entre Pedro Pires e Carlos Veiga • Em Bissau, confrontos entre a polícia e os estudantes provocam dez feridos, três dos quais em estado grave.

13 Terça-feira

Carlos Chagas, presidente de Federação Nacional do Ensino e Investigação, acusa o Ministério da Educação de autismo em relação à revisão curricular • O ministro da Justiça, António Costa, afirma que «é preciso recuperar o défice de magistrados, sem perda de qualidade técnica, humana ou profissional» • Os soldados israelitas fazem mais duas vítimas mortais palestinianas na faixa de Gaza • Nelson Mandela efectua uma visita a Kinshasa e considera que o novo chefe do Estado do Congo, Joseph Cabila, pode ser um «actor principal» do regresso à paz na região dos Grandes Lagos • El Salvador volta a ser sacudido por um sismo que causa várias dezenas de mortos.

Aconteceu

Três portugueses nas mãos da FLEC

Há nove meses que Sérgio Alves Fidalgo, Manuel da Mota Nunes e Marco Paulo da Costa, trabalhadores portugueses em Cabinda, foram raptados pela FLEC (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda).

Ao fim deste tempo, foi-lhes

dada a oportunidade de fazerem um apelo através da rádio «à classe política» portuguesa.

Neste apelo quase dramático, Sérgio Fidalgo refere as fracas condições nas quais ele e os seus camaradas se encontram. Além de debilitados, es-

tes três portugueses não têm «quaisquer condições de vida». Sem água potável nem alimentos nenhum deles sabe qual o motivo que levou a FLEC a raptá-los. A única coisa de que estão certos é «que tem de ser o Governo português a tirá-los daqui».

NEAR e Eros em sintonia

Eros é um asteroide com cerca de 38 quilómetros de comprimento e oito de largura, constituído de material que restou do «nascimento» do sistema solar (sol e planetas incluídos), há cerca de 4,5 mil milhões de anos.

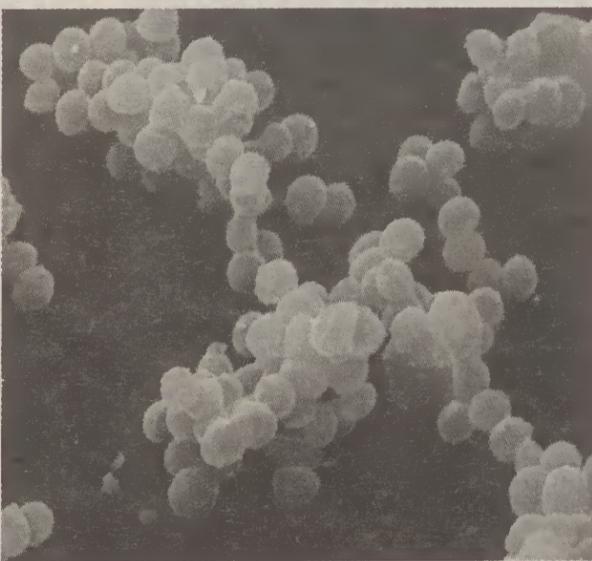
Devido à sua importância, este asteroide era observado há cerca de um ano pela sonda NEAR que realizava registos de alta precisão revelando novas facetas desta rocha.

No seguimento da recolha de dados, os cientistas da NASA decidiram iniciar a descida da sonda sobre o asteroide. Descida que se revelou um

êxito e permitiu a recolha de imagens inéditas do asteroide.

O coordenador científico da missão, Robert Farquhar, salienta o facto de ser a primeira vez que uma sonda pousou sobre um corpo celeste.

Efectuando-se a 316 milhões de quilómetros, numa zona do asteroide conhecida por Himeros, uma área de «fronteira» entre duas espécies de terreno, a descida da sonda NEAR sobre Eros durou quatro horas. Desta observação, os cientistas esperam obter informações acerca da consistência e composição da superfície de Eros.



Afinal só temos 30 mil genes

Na passada segunda-feira, os dois grupos de cientistas que se juntaram há dez anos com o objectivo de estudar o genoma humano, reuniram-se numa conferência de imprensa a fim de revelarem os resultados do seu trabalho. Destes estudos, os especialistas chegaram à conclusão de que a composição dos seres humanos é igual em todas as regiões do mundo, logo o conceito de

raça não faz sentido.

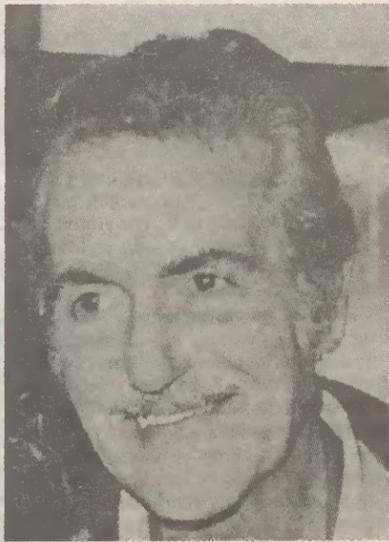
Mas a grande descoberta que decorre de todos estes anos de estudos em conjunto, reside no novo número de genes que compõem o ser humano - unicamente 30 mil genes, contra os 80 a cem mil antes anunciados.

Esta descoberta pode vir a revolucionar a medicina permitindo encontrar a cura, nos próximos anos, para numerosas

doenças decorrentes de deficiências genéticas. Apesar de toda esta evolução, os especialistas advertem que somente dentro de 10 a 30 anos as descobertas darão lugar a terapias.

Do que existe a certeza, neste momento, é que o mapa do genoma é apenas o primeiro capítulo no entendimento do ser humano, e não se vislumbra por enquanto a função de 40 por cento dos genes.

Morreu Artur Semedo



Artur Semedo morreu no Hospital Curry Cabral onde se encontrava internado desde Março do ano passado.

Nascido em Aronches, no seio de uma família de militares e latifundiários, Artur Semedo conheceu José Régio no liceu de Portalegre.

Desde muito cedo que José Régio lhe descobriu talento para o teatro, apesar de num primeiro tempo parecer que Semedo iria seguir as pisadas familiares ao ingressar no Colégio Militar, instituição da qual será expulso mais

tarde. Começa assim a sua vida errante, estudando ciências em Évora e Coimbra até se decidir em 1944 a entrar no Conservatório Nacional de Lisboa.

Ainda estudante tem as suas primeiras experiências como actor, estreando-se no teatro em 1949 e, seis anos depois, como realizador com o *Dinheiro dos pobres*.

Artur Semedo deixa grande saudade à sua volta, tanto no mundo das artes como no do futebol, sendo o clube do seu coração, o Benfica, que lhe presta homenagem.

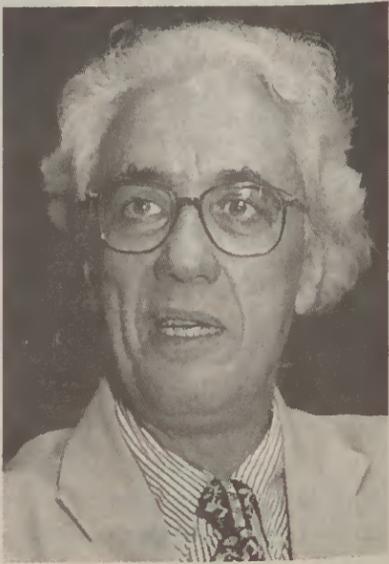
Ana Marín demite-se

A directora do Instituto Português das Artes do Espectáculo (IPAE), Ana Marín, demite-se das suas funções.

Este pedido de demissão já foi aceite pelo ministro da Cultura, José Sasportes, que o esperava desde o dia 11 de Janeiro, altura em que revogou a homologação dos concursos do IPAE de apoio ao teatro, à dança e à música que retiraram subsídios a muitos grupos independentes.

Entretanto, o ministro José Sasportes divulgou, num comunicado, alterações efectuadas ao nível dos subsídios em sete candidaturas na área do teatro.

O IPAE pretende proceder à assinatura do protocolo com os diferentes grupos, após a homologação destas novas alterações, tendo sido dadas instruções para que tal decorra o mais brevemente possível. No entanto, mantém-se a oposição dos grupos de Teatro às decisões ministeriais.



Crónica Internacional

• Manuela Bernardino

Povos andinos em luta

O retomar das negociações entre o governo colombiano e a guerrilha, e o primeiro acordo já alcançado, é um acontecimento de grande significado político. Ocorre, e talvez por isso mesmo, num quadro de grandes contradições internas e de distintas pressões internacionais. Enquanto se expandem, com total impunidade, os massacres indiscriminados dos paramilitares sobre camponeses e o assassinato selectivo de activistas políticos e sindicais, amadurecem as condições para o desenvolvimento da luta popular. Várias acções contra a violência, a corrupção, o desemprego e a redução das despesas públicas estão em curso, preparando uma greve nacional, apontada para 15 de Março. Paralelamente, a União Europeia demarca-se do Plano Colômbia, cuja concretização prossegue por parte dos EUA. E avisa o presidente Pastrana - «muito tem que mudar», para poder contar com a «ajuda europeia»; coloca claramente como condição o regresso à mesa das negociações.

Não há propaganda que consiga omitir as lutas em curso

As contradições interimperialistas estão assim à vista, face a este conflito. Para a U.E., a penetração no mercado colombiano garante-se com a paz. Mas, os EUA consideram necessário, para assegurar o seu domínio económico e geo-estratégico, intensificar as acções

militares. Assim, a nova escalada da ingerência - materializada através do Plano Colômbia - mais não visa que quebrar e abater a resistência da guerrilha e da luta de massas, impedir qualquer saída democrática e progressista e impor a total subserviência das classes dominantes que lhes garanta atingir os seus objectivos. Duas concepções que têm em comum os interesses das multinacionais e o desprezo, maior ou menor, pelas condições de vida dos colombianos. Às organizações guerrilheiras, políticas e sociais cabe saber aproveitar as crescentes e insanáveis contradições do sistema capitalista e do regime colombiano para mobilizar todas as camadas populares e anti-imperialistas na luta pela paz, a democracia e o progresso social.



No vizinho Equador, as massas populares levantam-se contra a oligarquia nacional que conduziu o país à beira do colapso. A crise, que se aprofundou com a dolarização da economia, é geral. E prolonga-se há muito. O PIB caiu 25% num só ano. A dívida externa atingiu, em 1999, 121% do PIB. A pobreza atinge 80% da população; 20% está no desemprego. A emigração massiva passou a ser uma saída para o desespero de

muitos equatorianos. Mas uma larga maioria prossegue a luta no interior. Após o levantamento popular dos indígenas de Janeiro de 2000, então derrotado no seu confronto com o poder, o movimento popular alargou-se e reforçou a sua unidade. Nas últimas semanas, milhares de estudantes ocuparam as ruas de Quito. Novamente, populações indígenas e camponeses marcharam até à capital. Protestam contra insuportáveis aumentos de preços. O governo decretou o estado de emergência e a prisão de dirigentes de forças políticas e sociais. Destas, também no Equador, dependerá a resposta mais adequada ao autoritarismo que se afirma face às contradições que as políticas neoliberais geram.

O ascenso da luta na Colômbia e no Equador é acompanhado por importantes acções de resistência nos outros países andinos - no Peru, onde a burla eleitoral e a fuga de Fujimori movimentou e movimentou a população do país na busca duma alternativa política, e na Bolívia, onde os conflitos sociais se acentuam, com a polícia a fazer vários mortos em confronto com camponeses. A resistência dos povos andinos à crise generalizada que assola os seus países desmente o tão propalado apoliticismo das massas populares e o seu carácter submisso. Não há propaganda que consiga omitir as lutas em curso. Entre os trabalhadores e os povos desta e doutras regiões, cresce a consciência não só da sua força, mas fundamentalmente do seu papel insubstituível na construção duma nova sociedade mais justa e humana.

Editorial

A VOZ DOS QUE NÃO TÊM VOZ

Em múltiplas e diversificadas iniciativas levadas a cabo por todo o País, comemoramos o 70.º aniversário do «Avante!». Fazemo-lo não numa perspectiva passadista, mas também sem nos deixarmos cair na armadilha de, sob pressões dos que não têm passado - ou que, tendo-o, preferem, por razões óbvias, esquecê-lo... -, silenciarmos uma história que não duvidamos ser ímpar no nosso país. Fazemo-lo sem jactâncias nem ostentações mas com o justo e sereno orgulho decorrente do facto de sabermos que, nestas sete décadas, o nosso jornal procurou assumir - e cremos ter assumido com dignidade - a sua qualidade de órgão central do PCP. Assim, sublinharemos tantas vezes quantas as que entendermos necessárias o facto de o «Avante!» ter sido, durante décadas, o único espaço livre da imprensa portuguesa, o único jornal que não se submeteu à censura fas-

“Hoje, como há setenta anos, o «Avante!» continua a ser o fiel porta-voz dos interesses dos trabalhadores”

cista, a voz dos que não tinham voz. E recordaremos, com admiração e respeito, o exemplo de coragem, de abnegação e de heroicidade dos muitos e muitos camaradas, homens e mulheres, que dedicaram as suas vidas à tarefa de incentivar e divulgar, através do «Avante!», as lutas dos trabalhadores e do povo pelos seus direitos e interesses, contra a ditadura fascista, pela liberdade e pela democracia.

Quando lutar pela democracia e pela liberdade tinha como consequências previsíveis a prisão, a tortura, por vezes a morte, houve quem optasse pela luta e houve quem não o fizesse. Nós, comunistas, escolhemos a primeira linha dessa luta - na qual o «Avante!» ocupou o lugar que lhe competia - e, não reivindicando louros nem estátuas, não prescindiremos em momento algum de lembrar esse facto.

Do mesmo modo, não silenciaremos nem permitimos que silenciem ou deturpem a postura do «Avante!» no passado mais recente que é o período posterior ao 25 de Abril: o seu posicionamento ao lado da Revolução, dos trabalhadores, do povo e das suas conquistas; a sua acção no combate às manobras dos que sonhavam com o regresso ao passado e dos que a tudo recorreram para impedir a caminhada para um futuro de paz e de justiça social; o seu papel enquanto divulgador do contributo singular dado pelo PCP na construção da democracia. E hoje, ao comemormos os setenta anos de vida do nosso jornal, reafirmamos essa postura, afirmamos a nossa determinação de darmos con-

tinuidade a uma intervenção informativa que tem na defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo e do País, a sua referência fundamental.

Procurando fazer todas as semanas um jornal melhor e mais atractivo e, por isso mesmo, susceptível de chegar mais longe com a sua mensagem, recusamo-nos a entrar nas guerras de audiências e a sujeitar-nos aos ditames da ordem comunicacional dominante e persistimos no objectivo de fazer um jornal que, tendo sempre presente o critério do rigor e da verdade, respeite a inteligência, a sensibilidade e os direitos dos seus leitores.

Comemorar setenta anos de vida de um jornal é, por si só, um acontecimento relevante. Mais ainda se se trata de um jornal de esquerda, órgão central de um partido comunista e que viveu quarenta e três desses setenta anos na clandestinidade. É natural, assim, que a história do nosso jornal, o seu passado mas também o seu presente, incomode muita gente. Com efeito, o passado do «Avante!» enquanto voz livre e insubmissa face à censura fascista, enquanto tribuna de permanente defesa da liberdade e da democracia e dos interesses dos trabalhadores, do povo e do País; e a sua postura presente de assumida coerência com esse passado, são realidades que os donos do País, através das suas poderosas redes de produção e difusão da desinformação organizada, procuram silenciar ou, pior do que isso, deturpar e denegrir. Num tempo caracterizado pelo domínio do poder económico e financeiro e em que uma nova ordem comunicacional, criada por esse poder e ao seu serviço, procura impor à escala planetária a ideia da inevitabilidade e das bondades desse domínio, a existência de um jornal que recusa integrar o coro unanimista e persiste em manter a sua voz própria, é um exemplo perigoso. Veja-se a forma como o «Expresso», exibindo «critérios» que o confirmam como representante paradigmático dessa nova ordem comunicacional, tratou o 70.º aniversário do nosso jornal...

Muito distante está esse 15 de Fevereiro de 1931 em que o «Avante!», impresso numa tipografia guardada com mil cuidados e coragens, surgiu pela primeira vez à luz do dia. E essa distância é visível nomeadamente nas condições em que o nosso jornal hoje é feito, sem o risco de, a qualquer momento, sofrer as consequências da repressão fascista.

Há, no entanto, aspectos em que as similitudes entre o «Avante!» de então e o que hoje fazemos são grandes e evidentes. Hoje, como há setenta anos, o «Avante!» continua a ser o Órgão Central do PCP e, por isso, o divulgador de um projecto de transformação da sociedade que tem como objectivo último o fim de todas as formas de opressão e de exploração; hoje, como há setenta anos, o «Avante!» continua a ser o fiel porta-voz dos interesses e dos direitos dos trabalhadores. E, tal como durante décadas rompeu o manto opressivo da censura fascista e foi expressão concreta de uma informação livre e democrática, rejeita hoje o manto não menos opressivo do pensamento único e continua, de facto, a assumir-se como a voz dos que não têm voz.

Actual Justiça proscrita

• Carlos Gonçalves

A abertura do ano judicial, atrasada pelas eleições presidenciais, foi marcada por factos que relevam a grave crise que grassa no sistema de Justiça.

Primeiro facto importante é o processo em marcha para reintroduzir na ordem jurídica interna a pena de prisão perpétua, no que constituiria um grave retrocesso civilizacional relativamente à perspectiva humanista que em Portugal exclui aquela pena já desde o século XIX.

O Tribunal Penal Internacional surge cada vez mais como instrumento da «nova ordem imperial-globalitária» a recusar, mas, além disso, é a própria revisão da Constituição por essa «razão» que teria implicações muito negativas no curto prazo, como tornou claro Durão Barroso ao sugerir a prisão perpétua no Código Penal.

Ou seja, no bojo de mais um acordo constitucional PS/PSD está uma nova perversão da Justiça.

Segundo facto, a proposta bem intencionada do Presidente da Repú-

blica de criação de «Tribunais de Bairro» para «aplicação rápida de penas efectivas» à «criminalidade de rua», que certos media perversamente colaram à campanha securitária da direita, teria sido bem mais eficaz se defendesse os Julgados de Paz. Não só para concretização da proposta legislativa do PCP, já aprovada na generalidade na AR, mas porque assim consta da Lei Constitucional.

As hesitações a este respeito, sobretudo do Governo, atrasam soluções e contribuem para agravar a crise da Justiça.

Terceiro facto, o «boicote» dos juízes do Tribunal de Instrução Criminal à referida cerimónia, exigindo meios e contestando o processo disciplinar, «bode expiatório» da previsível prescrição do processo Partex – a maior fraude no Fundo Social Europeu em prejuízo do Estado e da União Euro-

peia, envolvendo 7 milhões de contos e 144 arguidos.

Mas é apenas uma das 40 000 prescrições que ficaram por julgar em 10 anos, cuja causa primeira foi uma manobra legislativa e processual «cavaquista» e que já «salvou a pele» a muito pessoal político do PSD, do PS e do poder económico.

No fundo colocando, de novo e sempre, o problema essencial da crise da Justiça – a gritante desigualdade dos cidadãos.

O problema duma justiça de classe que discrimina e penaliza os trabalhadores e os cidadãos mais indefesos e favorece a impunidade dos ricos e poderosos.

E a este respeito, na abertura do ano judicial, houve um quase silêncio ensurdecedor e, particularmente do Governo, zero de propostas.

E assim, aprofunda-se a crise e mais proscrita fica a Justiça.



Acorrentado

• Leandro Martins

«Como é que um homem só consegue causar tanto distúrbio?», terá perguntado uma vizinha, segundo o relato de um vespertino que trazia vasta reportagem sobre mais um caso de «ameaça de bomba», desta vez ocorrido na Caparica. A vizinha tem razão. O caso, após o seu desfecho, era de somenos, não fosse o alarido de certos órgãos de comunicação que se precipitaram sobre o «drama», à míngua de um desastre maior. Na ausência de uma catástrofe, de um desabamento, de um sismo, de um acidente com sangue à mostra, de uma mortandade, de um holocausto, correram quase todos de microfones na mão, de câmara ao ombro, de máquina à cara, de lapiseira em riste. Horas a fio, os bravos da comunicação patronal «acompanharam» as «peripécias». E, apesar de não haver nenhuma após a bravata do jovem trintão que viera à janela de um prédio berrar que ia barricar-se e ameaçar fazer explodir um par de bilhas de gás, foram muitos os jornalistas que por ali ficaram a passar a noite ao relento. De meia em meia hora, algumas rádios transmitiam o relatório. Sempre o mesmo até à manhã seguinte: depois das nove e meia da noite, o rapaz correria os estores e pronto; nada mais se sabia, a polícia não dei-

xava ninguém aproximar-se nem fornecia informações. De meia em meia hora havia programas interrompidos para «comunicarem» o andamento da catástrofe. Certamente que o rapaz, passada a ira ou a angústia, ou desvanecida a esperteza de vir a tornar-se uma estrela de televisão e de magazine «popular», recolhera a penates, enfiara-se em

vale de lençóis, fora apenas «chónar». Ou então terá passado a noite a ouvir notícias de si próprio e terá estranhado que a «comunicação» tivesse tão pouco a comunicar sobre a sua pessoa e o seu drama pessoal. No dia seguinte, com grande aparato de forças especiais e embuçadas ao estilo de série televisiva, a polícia assaltou a casa. Armada de um mandato judicial e de toda a parafernália bélica encontrada no armeiro, «desencovou» o homem. Afinal não estava barricado. Apenas acorrentado a uma ideia infeliz e «armado» de uma faca e de duas bilhas de gás. Talvez uma faca da cozinha; e o gás fosse para preparar o jantar ou aquecer o banho. Ninguém quis dizer. O rapaz saiu com uma toalha azul na cabeça, a esconder o seu desgosto de amor. Mas «como é que um homem só consegue causar tanto distúrbio?». Não sei. A vizinha pergunte à «comunicação».



Lágrima de preta

• Anabela Fino

12 de Fevereiro, o dia do aniversário de Charles Darwin, foi a data escolhida para a comunidade científica apresentar ao mundo, em conferências de imprensa em Washington, Paris, Londres, Berlim e Tóquio, as conclusões da descodificação do ADN humano.

Muito mais do que revelar que o «livro» do corpo humano tem apenas 30 mil genes - pouco mais do dobro do que a mosca-do-vinagre, cerca de metade da do arroz -, o que a sequenciação do genoma humano veio comprovar foi uma verdade há muito intuída pelos melhores de nós: somos todos iguais, pelo que o conceito de raça - e mais ainda o de supremacia racial - não tem qualquer razão de ser.

«Espera-se que seja o fim das teorias da raça, que não é mais do que a cor

da pele», disseram os cientistas, e dei por mim a lembrar-me de Gedeão e da *Lágrima de Preta: Encontrei uma preta que estava a chorar, pedi-lhe uma lágrima para analisar (...) nem sinais de negro, nem vestígios de ódio, água quase tudo e cloreto de sódio.*

Ora até que enfim. Pois, mas logo o rezingão que me sarrazina o juízo - será um gene? - começou a semear dúvidas e a lançar sombras no entusiasmo de poder partilhar este momento histórico do conhecimento humano. Conhecida a sequência do genoma, que é nada mais nada menos do que o código genético necessário na criação de um ser vivo, seja animal, vegetal ou humano, que portas do futuro estamos a abrir?

As perspectivas para a medicina são sem dúvidas aliciantes, e ainda nem sequer passámos do

primeiro capítulo deste fabuloso livro da vida, como dizem os cientistas. Mas que nos reservam os próximos episódios? É um livro de amor universal ou de terror?

Sobejam razões para rezear, não o que se pode descobrir, mas o que pode ser feito com essas admiráveis descobertas.

O conhecimento e os meios de que já hoje dispõe a Humanidade são mais do que os necessários e suficientes para se viver sem os dramas da fome e da guerra. E no entanto o abismo entre ricos e pobres não cessa de aumentar, as desigualdades e discriminações estão na ordem do dia, as ameaças de destruição do planeta continuam a pairar sobre a espécie humana.

O conhecimento não pode, nem deve, ser acorrentado. Mas o fruto do conhecimento e o poder que dele advém terá de ser acautelado, pois só fará sentido se posto ao serviço da Humanidade. E essa decisão não está nos genes, está na vontade dos homens, o que torna tudo mais preocupante.



Frases

“O que espanta em tudo isto [caso TAP/ SWISSAIR] é a leviandade com que se gere ou desperdiça os dinheiros públicos, como se, pelo facto de serem públicos, não tivessem dono nem tivesse de existir um termo de responsabilidade pelo seu uso e investimento (...) Esse Estado pelintra que se ajoelha diante da SWISSAIR, ou de quem quer que seja, cedendo bens dos cidadãos, só merece o seu desprezo.”

(Francisco José Viegas, *Jornal de Notícias*, 08.02.01)

“(...) Reconhecemos existir algum desconhecimento, da parte de alguns [camaradas governantes], das regras dum Estado democrático moderno e alguma ausência de cultura democrática em muitos dos nossos dirigentes políticos.”

(Henrique Neto, ex-deputado do PS, numa sua moção ao Congresso do PS, *Público*, 13.02.01)

“[Há] excessos [de cultura de poder] que vão desde a arrogância de muitos governantes à falta de disponibilidade para atender subordinados e queixosos; da relação privilegiada com os poderosos, fora das circunstâncias e dos locais próprios, aos cortejos de automóveis e motoristas, em contradição com a pobreza dos recursos nacionais; (...) das formas criativas de pagar as fidelidades e a devoção, às diversas remunerações criadas aos baixos ordenados pagos aos políticos.”

(idem, *ibidem*)

“Ao defenderem a prisão perpétua, PS, PSD e quem os apoiar atiram para o lixo valores da nossa cultura em nome de interesses que só por acaso têm algo a ver com os direitos humanos. São os eternos idiotas úteis de guerras alheias.”

(António Ribeiro Ferreira, *Diário de Notícias*, 07.02.01)

“A criação do Tribunal Penal Internacional [onde se prevê a aplicação da prisão perpétua] (...) representa um grande progresso para a prevenção e punição dos referidos crimes contra a Humanidade e de genocídio. Os ditadores devem cuidar-se, porque não ficarão mais impunes (...) Representa, por isso, um grande progresso moral e político.”

(Mário Soares, *Expresso*, 10.02.01)

“Ninguém, nem nenhum poder, tem o direito de desesperar um homem, e todos, homens e poderes, têm o dever de não desesperar de um homem. A sensibilidade estruturante deste traço na nossa personalidade colectiva levará muitos - e leva-me a mim - a considerar nocivamente preocupante o seu apagamento, aceitando a prisão perpétua.”

(General Ramalho Eanes, *idem*)

“PS e PSD tentam consolidar sorrateiramente o seu monopólio sobre o regime democrático, «acorrentando» o eleitorado aos seus aparelhos partidários.”

(Alfredo Barroso, *idem*)

“PS e PSD trataram de repartir entre si os executivos municipais, exterminando eventuais eleitos do PCP ou do PP (...) O oportunismo e a sede de controlo absoluto de poder por parte dos aparelhos partidários do PS e do PSD já atingiram o paradoxo. É a cegueira política absoluta.”

(José António Lima, *idem*)

A mensagem dos sindicatos foi levada em mão ao Ministério de José Sócrates, após o plenário da Administração Local



Acções em curso estimulam mobilização dos trabalhadores

Tempo de lutar

A CGTP convocou duas manifestações para Março, a Fenprof leva para a rua os professores no segundo dia do seu congresso, os trabalhadores da Administração Local protestam já na próxima quarta-feira, em Lisboa. Grandes e pequenas acções são a expressão da resistência à ofensiva contra os rendimentos e os direitos dos trabalhadores, num tempo em que muitos milhares persistem em lutar por salários melhores e efectiva dignificação do trabalho.

«Temos direito a viver melhor», proclama a CGTP-IN, na resolução político-sindical aprovada pelo seu Conselho Nacional. Reunido na semana passada, o órgão dirigente da central decidiu exortar «todos os dirigentes e activistas sindicais a empenharem-se decididamente na

mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras, com vista ao desenvolvimento e intensificação da luta reivindicativa, promovendo e organizando acções de esclarecimento, mobilização e luta nas empresas, sectores e regiões». Esta acção irá «num sentido de crescendo,

ampliação e conjugação dos movimentos reivindicativos». Depois da campanha «Precariedade – Vergonha Nacional», a promover pela Interjovem, e das iniciativas comemorativas do Dia Internacional da Mulher, o objectivo é criar «condições favoráveis para realizar uma grande jornada nacional de luta, no dia 24 de Março, com manifestações em Lisboa e Porto, assente em três objectivos centrais: melhoria dos salários, combate à precariedade, efectivação dos direitos laborais e sociais».

Inaceitável e esgotado

Para a CGTP, «está reconhecidamente esgotado o modelo de desenvolvimento

económico baseado nos baixos salários, mão-de-obra pouco qualificada e utilização intensa de trabalho precário e clandestino».

No entanto, «não se vislumbram sinais claros, por parte do Governo e, muito menos, pelo lado do patronato, para assumir a necessária mudança dessa matriz»; pelo contrário, «invoca-se continuamente

perda de competitividade e baixo nível de produtividade para tentar justificar a continuação da política de baixos salários», enquanto «os principais estrangulamentos à melhoria da produtividade têm a ver com o reduzido nível de investimento em novas tecnologias e na área de investigação e desenvolvimento; a baixa formação dada aos trabalhadores e, em particular a reduzida qualificação de muitos patrões e gestores; processos produtivos que não favorecem a inovação; carências importantes na gestão e organização das empresas», protesta a resolução aprovada dia 7, em Lisboa.

No documento recorda-se que «foi nesse sentido que o Governo actuou no último processo negocial da Administração Pública» e reafirma-se as críticas a Vítor Constâncio: «O governador do Banco de Portugal – que sabe bem que o Governo não tem vontade política para mudar de rumo e que os grandes grupos económicos e grande parte dos patrões, que têm vindo a acumular lucros exorbitantes, não estão dispostos à mudança do modelo de desenvolvimento – vem reclamar ainda mais moderação salarial como única forma de assegurar para 2001 que o crescimento económico do País seja aquilo que o Governo projectou.» A CGTP contrapõe que, «se esta opção for prosseguida, será à custa do aumento das desigualdades e das injustiças e não significará efectivo desenvolvimento».

Procedimentos deste tipo «constituem, inquestionavelmente, uma insistência na manutenção da competitividade pelos preços através dos baixos salários, procuram interferir na livre negociação colectiva e dão, de mão beijada, os melhores argumentos ao patronato privado e das empresas públicas para assumirem uma postura de intransigência nas

negociações colectivas, quando não mesmo de recusa negocial, procurando inviabilizar assim, na prática, o efectivo exercício de contratação colectiva e o necessário e legítimo crescimento real dos salários».

Esta é «uma situação completamente inaceitável

para os trabalhadores e para a CGTP-IN», recordando o Conselho Nacional da Intersindical que os portugueses são os «mais mal pagos a nível da União Europeia, os que têm as piores condições de trabalho, os horários de trabalho mais pesados, a mais fraca protecção social». A *Inter* reclama «outra política de desenvolvimento, que promova a modernização da economia e a valorização da força de trabalho, com a criação de emprego de qualidade, a formação e qualificação profissionais e que dignifique os trabalhadores com a melhoria das condições de trabalho e o crescimento real dos salários, assegurando uma mais justa distribuição da parte dos salários no Rendimento Nacional».

Já na agenda

A União dos Sindicatos de Setúbal decidiu realizar na próxima quarta-feira, dia 21, uma acção junto da população do distrito, apelando à luta pelos salários, pelo emprego e pelos direitos. A 2 de Março vai realizar o lançamento distrital da campanha da Interjovem contra a precariedade.

Numa nota divulgada dia 6, a Comissão Executiva da USS/CGTP responde às pressões do governador do Banco de Portugal, recordando os aumentos de preços dos transportes públicos e telecomunicações, que entraram em vigor no início deste mês e se seguiram a aumentos anteriores, designadamente de bens e serviços essenciais que os portugueses já pagam bem acima das médias europeias. Em resposta à crítica de Vítor Constâncio contra os aumentos salariais de 3,71 por cento na Administração Pública, a União lembra que seriam precisos mais 25 anos para o rendimento dos portugueses atingir os níveis da UE, se se mantiver o ritmo dos últimos 10 anos; quanto aos trabalhadores com vínculo ao Estado, os aumentos salariais aplicados deixam-nos já a perder, face ao aumento dos preços; entretanto, o Governador «saberá certamente que os lucros, por exemplo, do BPI, aumentaram 22,1 por cento, mas nada disse sobre o aumento das desigualdades».

A Federação Nacional dos Professores, que está a promover a recolha de assinaturas pela aposentação aos 30 anos de serviço, vai entregar os abaixo-assinados no Ministério da Educação, no dia 22, quin-

ta-feira, culminando um encontro sobre o stress na profissão docente. Para 22 de Março está marcada uma manifestação nacional, que coincide com o segundo dia do 7.º Congresso dos Professores. Em preparação (só na região Centro, mais de três mil professores participaram já em plenários) está também uma greve, no dia 30. A Fenprof e os docentes querem assim marcar o seu descontentamento face ao sucessivo adiamento dos compromissos assumidos pelo Governo, designadamente sobre quadros de pessoal e concursos, num protocolo firmado em Maio do ano passado.

Em plenário nacional, na passada sexta-feira, os sindicatos da Administração Local decidiram marcar para 14 de Março, em Lisboa, uma manifestação nacional, que tem por objectivo principal exigir do Governo a publicação oficial imediata do suplemento de insalubridade, penosidade e risco. Uma nota conjunta do STAL e do STML condena o Governo, por ter uma postura de má-fé e de incumprimento da lei, ao deixar sem concretização um compromisso que apontava para a resolução do problema até ao Verão de 1996. No manifesto que aprovaram e entregaram depois ao Governo, os cerca de 500 dirigentes, delegados e activistas sindicais reclamam ainda uma política de salários dignos (que nenhum trabalhador receba abaixo do índice 144, ou seja, 87 200 escudos), a rápida conclusão de processos relativos a carreiras, e a defesa e modernização dos serviços públicos.

Campanha do PCP

Uma campanha nacional de contacto com os trabalhadores vai ser levada a cabo pelo PCP, na segunda quinzena de Março. Em conformidade com as decisões do 16.º Congresso, os comunistas vão desenvolver e intensificar naquele período a sua intervenção política e legislativa, tendo por pressuposto que o desenvolvimento da luta reivindicativa, nos próximos meses, será decisivo para alcançar melhores salários e melhores condições de vida.

Para o PCP, tal luta é indissociável do combate em torno da efectivação de direitos.

Durante a campanha, que tem início marcado para 15 e 16 de Março, com uma jornada especial de venda do «Avante!» junto de grandes empresas, será dado particular destaque aos problemas da juventude trabalhadora, à sinistralidade no trabalho, à proliferação dos contratos a prazo, aos sistemáticos e prolongados atrasos no pagamento dos créditos a trabalhadores de empresas falidas.

Objectivo da campanha é ainda reforçar a ligação do PCP aos trabalhadores e a adesão destes ao seu Partido.

A maior parte das iniciativas está ainda em preparação, nas organizações regionais e concelhias e nas células e organismos de empresas. Na agenda da campanha estão, desde já, incluídos um convívio de comunistas com responsabilidades em estruturas representativas de trabalhadores, a 31 de Março, e uma iniciativa sobre os problemas da juventude trabalhadora, a realizar conjuntamente com a JCP, no dia 18 de Março.

ADtranz

Pelo menos sete contos é o aumento salarial previsto no acordo obtido na ex-Sorefame, relativamente ao caderno reivindicativo apresentado pelos representantes dos trabalhadores. A actualização salarial geral é de 3,3 por cento, mas o baixo nível das remunerações faz com que muitos beneficiem do aumento mínimo, o que significa uma média de 5,5 por cento. As diuturnidades foram actualizadas em 6,2 por cento. «Após mais de 7 anos em que não se chegou a acordo, é uma significativa vitória dos trabalhadores ter-se chegado a um resultado em que os trabalhadores se sentem visivelmente satisfeitos», comenta o organismo de direcção do Sector de Empresas da organização concelhia do PCP na Amadora. O resultado foi «fruto de persistentes negociações e pressões dos trabalhadores e das suas ORTs», referem o organismo, numa nota enviada ao «Avante!», adiantando que os aumentos conquistados «não podem nem vão escamotear os graves problemas que afecta a ADtranz, nomeadamente por uma política desastrosa de destruição real do património produtivo que constitui a empresa».

Portucel

Mais 5,1 por cento nos salários em 2001, com garantia de nova actualização em Junho próximo, de modo a concretizar a uniformização salarial na empresa, pelos níveis mais elevados, foi a resposta obtida pelos trabalhadores da Fábrica de Papel da Portucel (ex-Inapa), em Setúbal, que em plenário decidiram suspender a greve marcada para dias 6 e 14, informou o sindicato do sector. Também o subsídio de alimentação sofreu uma significativa melhoria, passando de valores entre 230 e 600 escudos para 800.

Madrugada

Foi suspensa no dia 7 a greve das setenta operárias da fábrica de conservas «A Madrugada», na Póvoa do Varzim. Segundo um dirigente do Sindicato das Conservas do Norte, a administração pagou às trabalhadoras o ordenado do mês de Dezembro, e vai liquidar o restante em prestações mensais, como prometeu na quarta-feira da semana passada, no Porto, numa reunião onde estiveram um administrador, algumas trabalhadoras e um representante do Ministério do Trabalho. As operárias já se tinham insurgido várias vezes contra esta situação e, inclusivamente, já tinham ameaçado fazer greve de fome caso a administração não lhes pagasse os dois meses de salários em atraso e metade do subsídio de Natal.

Sindicatos acusam administração e Governo

Lisboagás à solta

Os tempos que se avizinham vêm carregados de maiores perigos para os consumidores de gás, alertam as organizações representativas dos trabalhadores da GDP.

Para hoje, informou a Fequimetal/CGTP, está marcada uma deslocação de trabalhadores ao Ministério da Economia (na Rua da Horta Seca, às 16 horas). Foi também editado um folheto, alertando a população do distrito de Lisboa para os perigos que ameaçam consumidores e trabalhadores.

Ilegalidades e arrogância

«O Governo e a administração da Gás de Lisboa não estão a cumprir a legislação e as normas comunitárias, que obrigam a substituir tudo o que na rede antiga está construído em tubagem de chumbo; ferro fundido com juntas rebatidas; ferro galvanizado com uniões rosca em estopa de linho; empanques de cordão de amianto e chumbo; etc.» — denuncia-se no documento.

Os representantes dos trabalhadores da Gás de Portugal começam por verificar que «nos últimos meses, têm-se multiplicado por muitos milhares as reclamações dos consumidores

de gás e têm aumentado significativamente os acidentes, devido à má qualidade dos serviços prestados pela Lisboagás». Explicam, de seguida, que «esta situação é o resultado do desmantelamento das áreas técnicas da Lisboagás, que levou à destruição de muitas dezenas de postos de trabalho» e a que «pessoal de elevada experiência e competência técnica» fosse substituído por «empreiteiros e subempreiteiros alugadores de mão-de-obra barata, em regime de trabalho precário, sem o mínimo de direitos, ou seja, mão-de-obra pouco qualificada».

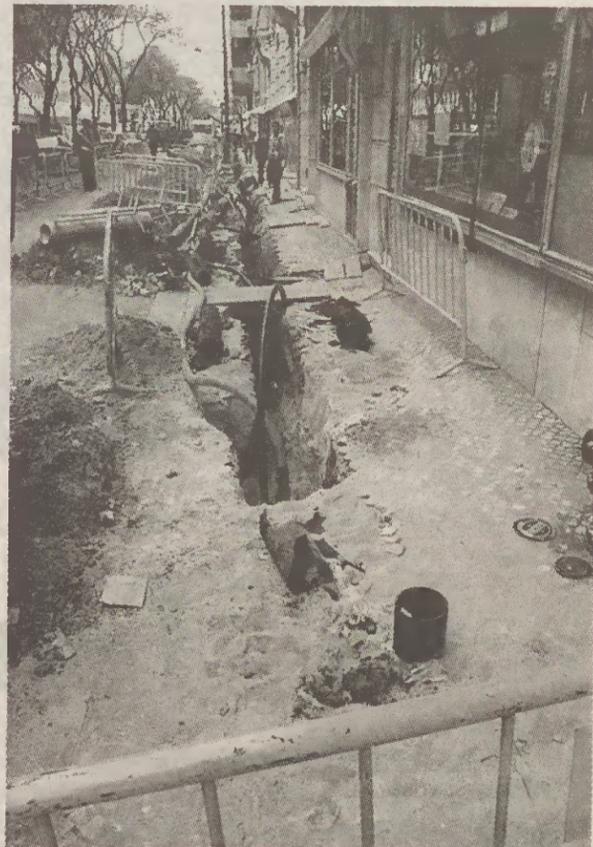
A actual situação, considera-se no texto, «é já inadmissível, face ao desrespeito e arrogância com que a Lisboagás trata os seus clientes», mas «os tempos que se avizinham vêm carregados de maiores custos e perigos para os consumidores».

Para além do incumprimento das leis e normas na reconversão de gás de cidade para o gás natural, os

representantes dos trabalhadores previnem que, «na ausência de renovação da rede, sempre que se vierem a verificar fugas de gás e eventuais acidentes, a Lisboagás e as companhias seguradoras irão lavar daí as mãos e serão os consumidores a arcar com os custos das reparações e a eventual destruição de bens».

O Governo, acusado de conivência com a administração da Lisboagás e da GDP neste agravamento dos perigos para os consumidores, demonstra «a mesma indiferença» pelos trabalhadores, pelos seus direitos e pelo futuro das suas famílias. Em marcha está o despedimento ilegal de mais de uma centena de pessoas, denunciam as ORTs.

Contrariando o protocolo que firmaram, em Maio de 1999, com a Fequimetal e no qual se comprometiam a reconverter e recolocar todos os trabalhadores cujos postos de trabalho fossem afectados pela reestruturação do gás, o Governo e a administração prepararam-se para encerrar a fábrica de gás de cidade (Petroquímica de Lisboa) e «deixar os trabalhadores à sua sorte,



Os buracos da Lisboagás são mais do que os que se mostram nas ruas

não os reconvertendo e recolocando, antes coagindo-os a rescindirem os seus contratos».

Tal postura leva os representantes dos trabalhadores a considerarem o Governo «totalmente insensível, medíocre e irresponsável», pois «deita fora as competências técnicas e a experiência profissional de mais de uma centena de trabalhadores, para favorecer os empreiteiros e favorecer aqueles que têm interesses escuros com os empreiteiros».

Ar a preço de gás

A fábrica de gás de cidade deverá ser encerrada no final deste mês, quando apenas 25 por cento dos consumidores de Lisboa estão abrangidos pelo processo de reconversão para gás natural, revela-se no folheto das organizações representativas dos trabalhadores da Gás de Portugal.

Nesta situação, «a “solução” que a Lisboagás se prepara para implementar, relativamente aos cidadãos que ainda consomem gás de cidade, é passar a fornecer temporariamente uma mistura de 50 por cento de gás natural e 50 por cento de ar, processo que está a ser tes-

tado em Cabo Ruivo, utilizando um “ventilador”».

Depois de recordarem que «este processo foi considerado como hipótese noutros países que tiveram a mesma situação, mas foi abandonado por não haver garantias sólidas quanto aos aspectos de segurança», as ORTs da GDP consideram «inaceitável que o Governo assista a tudo isto com total indiferença e escondendo dos cidadãos o que se está a passar nas suas costas». «É que, para além da segurança, ainda por cima os consumidores vão ser enganados, pois vão pagar ar como se de gás se tratasse», protestam.

Precários em greve

Com um dia de greve e uma concentração frente ao Ministério da Saúde, a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública e os trabalhadores em situação precária naquela área protestaram publicamente, no dia 8, contra a situação de precariedade que afecta entre 15 e 20 mil funcionários.

A FSNFP contesta que os trabalhadores cujos contratos terminam a 28 de Fevereiro, depois de uma prorrogação extraordinária em 2000, continuem em situação de precariedade.

O secretário de Estado dos Recursos Humanos e da Modernização da Saúde disse à Agência Lusa que estão a decorrer concursos públicos de admissão. Nelson Baltazar adiantou que os contratos a termo certo serão prorrogados, admitindo que, concluídos os concursos, permaneçam com contratos a prazo cerca de 3500 trabalhadores.

A prorrogação dos contratos até o fim dos concursos é, no entanto, contestada pela

FNSFP. Numa moção dirigida à tutela, e entregue no dia da greve e da concentração, exige-se a passagem de todos os trabalhadores com vínculo não permanente ao regime de contrato administrativo de provimento e o descongelamento dos lugares vagos nos quadros dos serviços e organismos, passando a sua gestão a ser da responsabilidade das respectivas administrações.

A FNSFP exige a revisão dos quadros dos serviços e organismos do Ministério da Saúde, nos próximos 12 meses, e a sua revisão regular anual, defendendo que o não cumprimento desse prazo «não faz caducar o direito dos trabalhadores à sua integração nos quadros, sendo os membros do Governo responsáveis pelo atraso e responsabilizados». Os quadros deverão prever a evolução das respectivas dotações em vários anos sucessivos, por forma a ser possível estabelecer planos de promoção e admissão de trabalhadores.

Despedimentos à vista com Medis na «Saúde 24»

Os enfermeiros que trabalham na «Saúde 24» receiam despedimentos se a Medis ganhar o concurso de adjudicação da linha. Mas já há dois anos que a seguradora do grupo BCP gere o serviço pediátrico telefónico.

Rui Santos, do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, disse à Agência Lusa que «tudo indica» que a gestão da linha de atendimento pediátrico passará para as mãos da Medis, a qual gere desde Fevereiro de 1999 o serviço, que conta com funcionários públicos, destacados dos hospitais, ou em regime de acumulação de tarefas.

A adjudicação à Medis surgiu por ajuste directo, situação que levou o Tribunal de

Contas a não dar o seu visto e a obrigar a um concurso público internacional, publicado em «Diário da República» em Setembro passado. A Medis concorreu e, segundo o director da «Saúde 24», ainda não obteve resposta, o que «deverá estar para breve». Alegando que a proposta é confidencial, João Machado Caetano adiantou, contudo, que «o concurso considera que os enfermeiros serão da responsabilidade da entidade adjudicadora» que, por isso, «terá toda a legitimidade para os seleccionar».

Confrontado com os receios do SEP, o director do serviço pediátrico respondeu que «nunca ninguém disse que os enfermeiros que ali se encon-

tram actualmente teriam de sair».

O SEP decidiu encaminhar segunda-feira os receios dos enfermeiros ao Ministério da Saúde, com a entrega de um abaixo-assinado. Para o sindicato, a situação representa «a entrega à exploração privada de um serviço que, para todos, funciona de uma forma exemplar».

A «Saúde 24» funciona 24 horas por dia, com acesso através de um número azul. Os cerca de 40 enfermeiros que lá trabalham realizam uma triagem, aconselhamento e encaminhamento, através dos quais adequam a prestação de cuidados de saúde às necessidades das crianças até 14 anos.

Identificação

Com adesão praticamente total, estiveram em greve na segunda-feira os trabalhadores da Direcção de Serviços de Identificação Civil (ex-Arquivo de Identificação), que lutam há cerca de dez anos pela sua integração na carreira dos Registos e Notariado. Este combate já levou a uma greve de 52 dias consecutivos, recorda a FNSFP/CGTP, notando que «na altura em que se desenvolveram aquelas lutas eram vigentes os governos de Cavaco Silva e o Partido Socialista, na oposição, estava de acordo em que os trabalhadores transitassem para aquelas carreiras». «Vir agora, como faz o Governo, dizer que os trabalhadores da DSIC não têm funções de natureza registral é má-fé e desconhecimento da realidade», protesta a federação, contrapondo a Lei Orgânica que define as competências da Direcção e sublinhando que, «chegados ao actual momento, os trabalhadores entendem que chega de esperar».

Emigrantes

Os portugueses emigrados no Reino Unido vão passar a receber informação bilingue sobre os seus direitos e vão ser chamados a sindicalizar-se nas estruturas do TUC. O acordo assinado na semana passada entre a central sindical britânica e a CGTP, que procura responder a uma situação de baixos níveis de sindicalização e de agravada fragilidade face ao patronato, prevê ainda a realização de eventos culturais e sindicais, o primeiro dos quais deverá ocorrer já em Abril. Uma nota do Departamento de Informação da Inter refere que trabalham no Reino Unido cerca de 21 mil portugueses, que vivem principalmente em Londres, na costa Sul e nas ilhas do Canal. Na sua maioria, estão na hotelaria e restauração, em hospitais e em padarias. Acordos semelhantes foram assinados pela CGTP com organizações sindicais do Luxemburgo, Suíça e Espanha.

Taxistas

São insuficientes as medidas preconizadas pelo Governo, na Lei 6/98, sobre a protecção dos motoristas de táxi, uma vez que «quem está mais exposto ao crime é o trabalhador» assalariado, enquanto o diploma «deixa aos empresários, que trabalham geralmente no turno diurno, que decidam livremente sobre a escolha do meio de segurança a usar» - considera a Festruc/CGTP. A federação defende a implementação obrigatória e progressiva do separador, durante um ano, complementando este sistema com um dos restantes três previstos na lei. Deve ainda ser obrigatório um seguro por morte ou incapacidade absoluta, no valor de 10 mil contos.

Negócios ameaçam 400 empregos e a qualidade do serviço

Projecto D ataca na EPAL

Apesar das desastrosas consequências que processos semelhantes provocaram noutras empresas públicas, o Governo, o grupo AdP/IPE e a administração da EPAL têm em marcha um plano com o objectivo último de entregar a empresa ao capital privado.

Mais do que as declarações oficiais, são os factos que denunciam as intenções dos mais altos responsáveis e dos grandes interesses económicos relativamente à centenária Empresa Portuguesa das Águas Livres, já transformada em sociedade anónima e integrada no grupo Águas de Portugal; este situa-se sob a égide do IPE (encarregue da gestão das participações do Estado em empresas), mas a EDP, privatizada a cerca de 70 por cento desde Outubro, é accionista de peso na AdP.

A reestruturação da EPAL foi desencadeada a partir do início do ano passado, mas só depois de muitas insistências e pressões é que os representantes dos trabalhadores conseguiram obter informação oficial sobre o assunto. Segundo adiantaram ao «Avante!» membros da Comissão de Trabalhadores da EPAL e da célula do PCP na empresa, a administração só aceitou reunir a partir de Dezembro; mesmo assim, evitou sempre prestar esclarecimentos sobre quadros de pessoal e objectivos de redução.

Por notícias que têm vindo a lume, estará prevista uma redução de 30 por cento dos trabalhadores até 2002, o que significa cerca de 400 empregos, pelo que a CT teria o direito legal a ser consultada.

Pode a administração argumentar que não haverá despedimentos, mas apenas pré-reformas e rescisões por mútuo acordo. É nesse sentido que estão a ser pressiona-

dos os trabalhadores com mais de 55 anos. Só que os Recursos Humanos da empresa revelaram que irão passar certidões confirmando «cessação do contrato de trabalho por causa não imputável ao trabalhador», o conceito legal de despedimento.

Os trabalhadores preparam-se para agir em defesa da empresa, do emprego e dos direitos

Em Janeiro, referiram-nos as nossas fontes, mais de uma centena de trabalhadores da EPAL tinham já aceite os processos de rescisão. O número poderá aumentar substancialmente até Março, devido

às promessas feitas e, também, por causa da inquietação e desmotivação que o processo de reestruturação está a provocar.

Condenação

Em Julho do ano passado, um comunicado da célula do PCP na EPAL denunciou publicamente, junto dos trabalhadores, os perigos do «Projecto D». A estrutura do PS apressou-se a desmentir as «investidas» e procurou transmitir aos trabalhadores «verdade e tranquilidade».

Em Novembro, a célula do PCP constatou que «se não todas, quase todas as nossas preocupações estão a confirmar-se». Enumerando alguns exemplos (laboratórios, serviços jurídicos, auditoria interna, gabinete de Imagem e Comunicação, transferências para o sector regional da Amadora), o comunicado denunciava o «clima de intimidação, chantagem,

ameaças, corredores largos para colocação de bancadas ou secretárias, pressões para rescisões de contratos, pré-reformas» e afirmava que «nem com Van Hoof Ribeiro, nem com Melo Franco, nem com João Bartolo, nem com Carrilho Pereira, todos do PSD, nem com outros, se viveu clima de tanta instabilidade e medo como o que se vive actualmente na EPAL».

Em Janeiro, no parecer entregue pela Comissão de Trabalhadores (para a qual foram eleitos 4 membros identificados com o PS, num total de 11), a administração recebeu uma fundamentada reprovação. A CT recusou o seu aval ao novo modelo de estruturação e apelou a que seja feito «um grande esforço para que, com bom senso, clarividência e coragem, possamos, apesar do muito

que nos divide, construir um futuro que seja capaz de conjugar as expectativas, os anseios e os interesses da empresa e dos seus trabalhadores».

Para tal, estão a decorrer plenários nos principais locais de trabalho, enquanto as estruturas (CT e sindicatos) preparam a denúncia pública da situação e analisam processos semelhantes noutras empresas.



Fornecer água a milhões de pessoas é um objectivo que está a ser preterido por uma política que considera mais importante garantir dividendos aos grandes accionistas



Contas e interesses

Até ao final do ano passado, a EPAL funcionava como empresa única de captação, tratamento, adução e distribuição de água. No «Projecto D» ocupa lugar central o desmantelamento da EPAL, a favor da holding AdP e do forte interesse em apresentar índices elevados de rentabilidade.

Para já, está feita a separação estrutural, do ponto de vista contabilístico e de organização interna, entre a distribuição em Alta (a municípios, que depois levam a água aos domicílios) e em Baixa (na cidade de Lisboa, onde a EPAL é responsável por todo o abastecimento).

A quem manda na empresa e no Governo, pouco importa que a EPAL seja uma empresa que, com capital do Estado e prestando um serviço público, apresenta lucros nas suas contas anuais. Também pouco importa que seja à custa da EPAL (do seu know how, dos seus trabalhadores e dos seus activos) que são feitos investimentos e projectos da AdP no estrangeiro ou até estudos para que outra empresa do grupo concorra a processos de privatização da distribuição de água em alguns municípios portugueses.

Mas como se não de sentir os trabalhadores que

construíram a EPAL e se esforçaram para manter uma elevada qualidade de serviço e o consequente prestígio junto dos consumidores? Já há nos quadros, mesmo a nível superior, quem não tenha trabalho distribuído de acordo com as capacidades, enquanto alastra a lógica da entrega de áreas importantes a terceiros (outsourcing). E, enquanto são gastas dezenas de milhares de contos na substituição de altos responsáveis ou na actualização das remunerações de quem ocupa lugares de chefia, na negociação dos salários para a generalidade dos trabalhadores a discussão arrasta-se na ordem das dezenas de escudos!

Ao mesmo tempo, falta pessoal para que sejam feitas com a necessária regularidade as operações de manutenção e renovação da rede. As roturas sucedem com mais frequência e demoram mais tempo a reparar.

Para as contas oficiais, o que importa - como se viu na EDP, na Rodoviária Nacional, nas minas, na Siderurgia, na indústria naval, na banca e na generalidade das privatizações - não é o interesse do País, dos trabalhadores ou dos utentes e consumidores.

Passada esta reestruturação, com rescisões e pré-reformas em que não de ser gastos mais de um milhão de contos do erário público, feitos investimentos profundos que, até 2006, alcançarão os 600 milhões de contos, a EPAL já será outra. Terá muito menos pessoal, compartilhará com a EDP, a Portugal Telecom, a Galpenergia e o restante grupo AdP uma gestão comercial de cerca de 3 milhões de clientes, será dirigida por quadros que já começam a ocupar posições de relevo e têm ligações a uma grande multinacional do sector. Para privatizar, então, só faltará um Governo que seja nesse objectivo tão determinado como têm sido os executivos do PS e de António Guterres.

Seria futurologia, se não tivéssemos visto tantas encenações com o mesmo argumento - e com o final que pagamos nas facturas da luz, do telefone ou do gás, nos «apagões» e outros cortes, nas paragens dos autocarros e eléctricos com carreiras reduzidas, na agravada dependência do exterior sobre a qual caem hoje as lágrimas dos que destruíram importantes empresas e sectores produtivos. Não é futurologia, não: são contas e interesses, em que há uns poucos que ganham e muitos mais a perder.

● Isabel Araújo
Branco
texto
● Sérgio Morais
e Jorge Caria
fotos

Em Lisboa
e Almada,
à semelhança
do resto do País,
milhares
de estudantes
manifestaram-se
contra o Ministério
da Educação



Números

Na quinta-feira, não houve aulas na maioria das escolas do país, devido à greve dos alunos. As manifestações multiplicaram-se, envolvendo milhares de estudantes. Eis alguns números:

Região de Setúbal – 15 mil estudantes.
Região Autónoma da Madeira – 13 mil estudantes.
Região de Santarém – 14 mil estudantes.
Braga – 6500 estudantes.
Lisboa – 7 mil estudantes.
Guarda – 4000 estudantes.
Porto – 500 estudantes.
Beja – 3000 estudantes.
Évora – 3000 estudantes.
Coimbra – 1000 estudantes.

100 mil estudantes saíram à rua pela suspensão da revisão curricular, a implementação

Dia 23 há mais

Mais de 100 mil estudantes do secundário manifestaram-se em todo o País, sem terem resposta do Ministério da Educação. Na próxima semana concentram-se em frente ao Parlamento. E têm o apoio dos professores.

Quinta-feira foi dia de luta para o ensino secundário. Milhares de estudantes voltaram a reivindicar a suspensão curricular, a revogação da lei de acesso ao ensino superior, a implementação da educação sexual e a melhoria das condições materiais e humanas das escolas.

Belmiro Magalhães, da Plataforma das Associações de Estudantes do Porto, faz um balanço muito positivo.

«Saíram mais de 100 mil pessoas à rua e é impossível contabilizar quantos fizeram greve», diz, acrescentando que esta jornada foi muito importante para consciencializar a opinião pública para as reivindicações dos estudantes e para aproximar os parceiros educativos.

Este dirigente associativo contesta os representantes do Ministério da Educação quando estes dizem que os

estudantes não estão esclarecidos sobre a revisão curricular. «O objectivo dessas declarações é descredibilizar a luta contra a política educativa. É jogo baixo. Conhecemos de trás para a frente e de frente para trás a proposta de revisão», afirma.

Apesar dos protestos se prolongarem desde o ano passado, os estudantes continuam sem receber nenhuma resposta do Governo. «O ministro reafirmou que não está disposto a suspender a revisão curricular», diz Belmiro Magalhães, que acrescenta que em relação às outras reivindicações não foi assumido nenhum compro-

misso. «Está tudo na estaca zero.»

Na próxima semana, no dia 23, estudantes de todo o País manifestam-se em frente à Assembleia da República. Nesse dia, o Parlamento discute a revisão curricular, por proposta do grupo parlamentar do PCP.

«Vão estar concentrados milhares de estudantes para pressionar os deputados. É possível fazer alterações de fundo na proposta de revisão», considera Belmiro Magalhães, que garante que a Fenprof estará também presente.

Apoios

Numa intervenção proferida na quinta-feira no Parlamento, a deputada comunista Margarida Botelho manifestou o apoio do PCP à luta estudantil, considerando que as suas reivindicações são «justíssimas». «Que se suspenda a revisão, para que esta seja discutida, tranquila e exaustivamente», pediu.

«Esta revisão caminha no sentido da desresponsabilização da administração central face ao financiamento, às instalações, ao equipamento e à oferta curricular das escolas.

Desiste do combate às desigualdades sociais, permite a elitização do ensino, põe em causa a igualdade de oportunidades no acesso e sucesso educativos», acusou a deputada.

A Fenprof também está solidária, reconhecendo a «justeza dos protestos dos estudantes, colocados à margem de decisões que vão condicionar o seu futuro». «A precipitação do ME ao querer avançar inopinadamente com esta camuflada reforma, ignorando professores, estudantes e a opinião de várias e acreditadas instituições justifica profundas apreensões quanto às consequências destas medidas», consideram os professores.

Um dia de protesto contra o Ministério da Educação

Na quinta-feira, o *Avante!* madrugou para acompanhar um grupo de estudantes de Almada, que se juntou expressamente para mobilizar os colegas para a luta, fechando escolas a cadeado, colocando faixas e distribuindo panfletos.



Às 5h30, os estudantes já estavam na rua a preparar as greves e as manifestações

Por volta das 5h30, cerca de 10 estudantes de diversas escolas do concelho de Almada encontram-se na rua, no local combinado na véspera. Distribuem-se correntes, cadeados, faixas, cartazes e autocolantes. A lua é a única companhia, nas ruas desertas da cidade. Corros, bonés, golas altas e luvas são essenciais para combater o frio.

Cláudia, Pedro e Célia

procuram Miguel, o amigo que se ofereceu para dar uma mãozinha com o carro do pai. É o único que tem carta de condução, elemento precioso no momento.

São cinco para as seis quando chegam à escola António Gedeão, na Cova da Piedade. Um forte aguaceiro obriga a adiar por alguns minutos a saída do veículo, mas logo se apercebem da presen-

ça de dois alunos perto do portão. Também já foi colocada uma faixa contra a revisão curricular, anunciando que «A luta continua».

Há outros locais onde são mais precisos e, depois de trocarem algumas palavras com os colegas que foram responsabilizados pelo fecho da instituição, seguem para a Escola Secundária Romeu Correia, no Feijó. Passa pouco das seis da manhã quando lá chegam e não perdem um momento. A porta da escola é fechada a corrente e cadeado.

Reivindicações

No percurso, passam perto da Faculdade de Ciências e Tecnologia e interrogam-se sobre as dificuldades que terão de ultrapassar para entrar no ensino superior: trabalhos individuais e colectivos, testes, exames nacionais, pressão, medo e muito cansaço.

É o próprio princípio dos *numerus clausus* que constam, não compreendendo porque são impedidos de seguir as suas vocações e porque têm de prestar tantas provas sobre as suas capacidades e conhecimentos. Como explica Célia, o ideal seria não haver um número limitado de vagas e os alunos serem avaliados ao longo de todo o ano, de forma contínua. No fundo, pedem justiça e igualdade de oportunidade para todos.

Próxima paragem: Escola Secundária da Sobreda. O portão é fechado a cadeado. Esta é mais uma escola cheia de pavilhões, «temporários» há anos. A degradação das instituições e a falta de meios materiais e humanos é, aliás, uma das causas do protesto.

Há histórias de escolas em que os buracos nas paredes deixam entrar chuva, frio e até animais; salas com carteiras onde já se sentaram os pais dos actuais alunos, com quadros velhos e

iluminação insuficiente; laboratórios sem os materiais para as aulas práticas; obras que se prolongam durante meses ou anos e que não resolvem os problemas de fundo.

Três mil na rua

Escola Secundária do Monte de Caparica. Ouve-se bater as sete horas num campário das imediações. No ano passado, os portões mantiveram-se abertos, mas os alunos bloquearam a entrada com um ecoponto. Agora decide-se o que se vai fazer: adoptar a estratégia de Maio ou encerrar a escola.

São sete e dez quando se aproxima um automóvel da «Escola Segura». Dois guardas republicanos abordam o grupo de estudantes. Dizem concordar com reivindicações, mas avisam-nos para «não pisar o risco». Os estudantes já os conhecem de greves anteriores e conversam à vontade com os agentes. Mais tarde, os alunos da escola acabam por resolver fechar a escola.

Entretanto, o dia nasce. Os candeeiros apagam-se e os almadenses começam a sair à rua, para apanhar o transporte para o trabalho. São 20 para as oito quando Pedro, Célia, Cláudia e Miguel se dirigem para a Escola Secundária do Laran-

jeiro. À porta está um carro com megafones. No gradeamento mais faixas com palavras de ordem do protesto. Começa-se a juntar um pequeno grupo de alunos.

Os estudantes passam ainda pela Escola Secundária de Cacilhas, pela Escola Anselmo de Andrade, em Almada, e pela Escola Secundária Fernão Mendes Pinto, no Pragal. Os alunos estão todos organizados, com panfletos na mão e autocolantes ao peito, falando entre si. Ao lado, os professores conversam animadamente.

Por volta das 10 e meia, os estudantes vão-se concentrando na Praça S. João Baptista, no centro de Almada. Antes das 11 horas, três mil alunos começam a descer a Avenida D. Afonso Henriques, em direcção a Cacilhas.

«Estudantes unidos jamais serão vencidos!», gritam em coro, empunhando faixas exigindo a suspensão da revisão curricular, a implementação da educação sexual, a revogação da lei de acesso ao superior e a melhoria das condições das escolas. Alguns apanham o barco rumo a Lisboa e juntam-se aos protestos dos colegas da capital. Se o Ministério da Educação não os ouve, os habitantes de Almada não hesitam em manifestar o seu apoio às reivindicações.

Se existe um curso que suscita pouco interesse nos

da educação sexual, um novo acesso ao superior e melhores escolas

Ana Pato é membro da Delegação Nacional de Associações de Estudantes do Ensino Secundário e presidente da AE da Escola Fernão Mendes Pinto, do Pragal, em Almada. Em entrevista ao *Avante!*, fala das principais reivindicações do movimento e explica por que é que os alunos estão contra a revisão curricular.

– Como são as condições das escolas do concelho?

– No concelho de Almada, à semelhança do que acontece em todo o País, as escolas estão degradadas. A escola Romeu Correia é o caso mais flagrante, com pavilhões provisórios há quase 20 anos. Aquilo são autênticos barracões, nem os alunos lhes chamam pavilhões, porque são salas dispersas. Eles próprios dizem: «Se a gente se encosta um bocadinho, entra por uma

– Pelo menos não foi aplicada em nenhuma escola de Almada. Há no máximo três escolas do distrito de Setúbal onde já se começa a fazer alguma coisa. Mas isto porque há um grande esforço dos concelhos executivos e das associações de estudantes, porque há uma total desresponsabilização do Governo. E nessas escolas pouco mais há que sessões de esclarecimento e tentativas de criação de gabinetes de apoio.

– Mas a educação sexual é bem mais complexa do que isto. É preciso alterar os programas das disciplinas, para que esta questão seja abordada de forma interdisciplinar. É preciso que haja formação de professores. Nada disto foi feito, nem há prazos para que seja feito. Em relação aos gabinetes de apoio, como é que as escolas – que não têm dinheiro – vão conseguir pagar a médicos e psicólogos?

– Por que contestam a revisão curricular?

– Primeiro, por causa da ausência de um processo de escuta. Uma revisão que venha resolver os principais problemas que sentimos todos os dias – e esses são essencialmente do conhecimento de quem vive nas escolas – só pode ser feita com a colaboração efectiva dos alunos, dos professores e de toda a comu-

– Como deveria ser o sistema?

– Antes de mais, deveria haver avaliação contínua. Depois, um sistema que uniformizasse as opções dos candidatos e as necessidades do País, o que terá de partir de uma diferente concepção de educação. Isto não é nenhum negócio, é um direito, logo é para todos. Uns não se chegam sequer a candidatar ao curso que desejam, outros que entram acabam por desistir a meio, porque não estão na licenciatura para que têm vocação.

– A lei da educação sexual já foi regulamentada. Já passou o papel para a realidade em alguma escola?

– Há escolas onde se recolhe dinheiro para comprar material

– Há escolas onde se recolhe dinheiro para comprar material



Educação de qualidade para todos

estudantes, a média é baixíssima. Mas se existe grande procura por uma licenciatura e há poucas vagas, a média sobre. É o que acontece com Medicina, por exemplo. É um sistema que obedece claramente às leis da oferta e da procura, sem ter em conta as opções dos estudantes – há muitos que só entram na última opção –, nem as suas capacidades.

Segundo o sistema de *numerus clausus*, um aluno com média de 16 não tem capacidades de entrar para Medicina.

– Como deveria ser o sistema?

– Antes de mais, deveria haver avaliação contínua. Depois, um sistema que uniformizasse as opções dos candidatos e as necessidades do País, o que terá de partir de uma diferente concepção de educação. Isto não é nenhum negócio, é um direito, logo é para todos. Uns não se chegam sequer a candidatar ao curso que desejam, outros que entram acabam por desistir a meio, porque não estão na licenciatura para que têm vocação.

– A lei da educação sexual já foi regulamentada. Já passou o papel para a realidade em alguma escola?

– Há escolas onde se recolhe dinheiro para comprar material



nidade educativa. Não foi isso que aconteceu. Esta reforma foi imposta pelo Ministério da Educação, elaborada por cúpulas, que não tiveram em conta a opinião dos parceiros educativos.

– Concretamente, o que contestam? As aulas de 90 minutos são muito faladas.

– As aulas de 90 minutos estão longe de ser o maior problema da revisão, até porque o Ministério tem-se contradito devido à pressão dos estudantes.

Com a revisão, passarão a existir 24 cursos, sete de carácter geral e 17 tecnológicos. Isto faz com que os alunos no 9.º ano, precocemente, tenham de optar pelo curso que vão seguir, sem acompanhamento psicológico. Esta escolha está a limitar a sua vida futura e o seu prosseguimento dos estudos.

O tipo de cursos tecnológicos que são oferecidos, de tão específicos que são, nem

sequer dão resposta às necessidades do mercado de trabalho, que exige uma formação mais abrangente. Os alunos terão muito menos formação a nível teórico, desligando o saber prático da teoria. Uma pessoa que vá para mecânica, só sabe daquilo e nada mais.

Por outro lado, a forma de organização destas duas vias de ensino, canaliza à partida os estudantes do carácter geral para o prosseguimento de estudos e do tecnológico para o mercado de trabalho, fazendo uma distinção de estudantes de primeira e segunda categoria.

Ao mesmo tempo, com 24 cursos, as escolas vão ter de optar, o que já acontece actualmente. E optam consoante a oferta de emprego na zona. Um aluno que viva numa área industrial, se quiser seguir hotelaria, terá de se inscrever numa escola de outra zona e deslocar-se diariamente muitos quilómetros. Na prática

isto não vai acontecer, porque é muito complicado fazer estas deslocações aos 15, 16 anos, e a pessoa acaba por escolher cursos das escolas da zona.

– Que perspectivas tens para o dia de hoje?

– Esperamos uma grande jornada de luta e estamos cientes que, tratando-se de direitos nossos e de reivindicações justas, não estamos sozinhos. Vamos continuar com a luta, se o Ministério não suspender a revisão.

– Sentem apoio dos professores e dos pais?

– Sim, estão do nosso lado, acham a nossa luta muito justa. No ano passado, os professores tinham um parecer negativo em relação à revisão curricular e hoje já aproximaram as suas posições às posições dos estudantes. Os estudantes têm desempenhado um papel de vanguarda nesta luta e têm trazido os professores, que se mostram cada vez mais solidários conosco.

A insegurança e o (des)governo...

• José Martins

De forma sinuosa e insinuante as questões relacionadas com a segurança dos cidadãos começaram novamente a fazer títulos nos jornais e a abrir os noticiários nas rádios e televisões. Os partidos da direita dão o mote no alarmismo e sobem a parada, colocando nas suas agendas políticas a temática da insegurança. A ávida e voraz máquina de informação iniciou, assim, o ciclo de municípioamento de pequenas e grandes tragédias (ainda empobrecido e limitado a entrevistas). Mas tal ciclo não tardará em ser enriquecido, com as habituais sondagens e estatísticas e as opiniões dos especialistas sempre disponíveis ou disponibilizados para dissertarem sobre as desgraças alheias, mas omitindo (como convém) as verdadeiras causas e diluindo (ao sabor dos seus interesses) responsabilidades e responsáveis. O hediondo crime, perpetrado contra um jovem estudante do Instituto Superior Técnico, levanta naturais e legítimas preocupações e condenação por parte de todos os cidadãos que pugnam pelo direito inalienável e constitucional à protecção, segurança e tranquilidade públicas, direitos que o Estado, na figura do Governo, tem a obrigação de garantir com os meios de que dispõe. Mas tal acto não pode ser objecto, da parte dos media, de levianas e especulativas generalizações que geram sentimentos de insegurança e conduzem ao isolamento e ao medo. Nem à sua utilização irresponsável como arma de arremesso político, neste caso concreto contra a edilidade lisboeta, como se esta entidade tivesse quaisquer competências ou responsabilidades na segurança pública; nem, mais grave ainda, como a direita faz (oportunistamente), exigindo medidas securitárias, que apontam para a limitação de direitos e garantias fundamentais dos cidadãos; ou pressionando, ainda que a pretexto da ratificação do TPI, para incluir na ordem jurídica interna, a figura da prisão perpétua, afrontando a nossa cultura humanista e realidade constitucional.

A aposta nas políticas integradas

É incontestável que a montante da delinquência e do acto criminoso, existe uma panóplia de causas que a não serem resolvidas ou despoletadas, não há polícia, nem moldura penal,

por muito eficazes e rigorosas que sejam, que consigam a sua definitiva expurgação.

É, pois, nas políticas integradas que apostam no desenvolvimento económico, social e cultural e na erradicação das bolsas de pobreza, miséria e segregação e da prevenção e combate ao flagelo da droga e da toxicoddependência, que se pode lograr obter êxitos na diminuição e prevenção da criminalidade e na luta permanente contra os factores geradores do sentimento de insegurança. São políticas correlacionadas com estratégias claras e consistentes de segurança, que privilegiem as esquadras de bairro e postos residenciais, o patrulhamento comunitário, preventivo e com visibilidade, a reformulação e ajustamento do dispositivo policial às necessidades concretas de segurança, a gestão eficaz dos recursos humanos, reorientando-os prioritariamente para as funções para que foram instruídos e formados, e uma desejável parceria polícia/cidadão que os Conselhos Municipais de Segurança contemplam.

O Governo do Partido Socialista, pela sua enfática opção pelas políticas neoliberais que favorecem o trabalho precário e o desemprego, a exclusão social e a miséria, logo contribuindo para a formação de «guetos» e para a marginalidade e criminalidade, também já provou não ser capaz de definir e implementar as políticas e estratégias de segurança que sejam eficazes e correspondam objectivamente ao quadro de preocupações dos cidadãos. O recente episódio, mediatizado, de futuros agentes de uma força de segurança (no caso a GNR), a prestarem juramento de fidelidade às Forças Armadas, além do insólito e flagrante inconstitucionalidade que representa, é paradigmático do padrão de segurança que o Governo pretende para o País e para os cidadãos. É por isso que, nestas questões relacionadas com a segurança dos cidadãos, é preciso estarmos atentos e ver o todo, tão bem como a parte. Se assim procedermos fácil será de concluir que o maior factor de desestabilização e insegurança é, mesmo, este Governo do Partido Socialista, pela inoperância e falta de vontade política que tem vindo a revelar nesta área tão importante, quanto sensível, em matéria de bem-estar, tranquilidade e segurança dos cidadãos.



A região do Douro também foi afectada pelas tempestades

Agricultores e viticultores exigem maiores e mais urgentes apoios

À espera de medidas de emergência

No rescaldo das tempestades que assolaram o País, tenta-se contabilizar prejuízos, entender o porquê das dimensões assumidas pelos estragos. A agricultura é uma das áreas profundamente afectada.

Medidas excepcionais de apoio são reivindicadas pela Confederação Nacional da Agricultura - CNA que, em conferência de imprensa realizada sexta-feira passada em Coimbra, lembra que os prejuízos, só na área agrícola, ascendem a muitos milhões e contos.

As tempestades afectaram «grandes e pequenas infra-estruturas, designadamente as hidro-agrícolas (públicas e privadas)», destruíram várias culturas, bem como estufas, vinha, olival e floresta. Um quadro confrangedor com reflexos também nas culturas de Primavera.

Neste momento está ainda a decorrer o levantamento dos prejuízos, mas a CNA alerta desde já para a insuficiência dos apoios prometidos, e sublinha que Governo e Ministério da Agricultura porque «não cuidaram de os discutir previamente como deviam e a situação exige».

As reclamações da CNA

Atendendo ao estado dos campos devido ao temporais e às incertezas dos agricultores quanto às condições para fazer as sementeiras, a CNA vai pedir ao Governo que prorogue, pelo menos por um mês, o prazo das sementeiras da Primavera/Verão.

Actualmente, a legislação obriga a que a declaração de intenção de cultura seja feita até 16 de Abril, devendo as sementeiras estar concluídas até 31 de Maio.

Os agricultores exigem, por outro lado, receber indemnizações a fundo perdido e não apenas que sejam criadas mais linhas de crédito bonificado, e consideram essencial a declaração de calamidade para as regiões mais atingidas.

Entre o vasto conjunto de medidas que a CNA reclama do Governo, encontra-se o alargamento do prazo dos seguros para além de 30 de Outubro e a atribuição de indemnizações por perdas não cobertas pelo seguro, nomeadamente estufas, gado, máquinas, armazéns e produtos armazenados.

A CNA defende também a necessidade de ser antecipado o pagamento dos subsídios INGA aos agricultores (e alargado o prazo de inscrição nos mesmos),

frisando ainda que a agricultura familiar deve ficar isenta, durante pelo menos este ano, do pagamento das contribuições para a Segurança Social.

Salienta-se ainda na necessidade de criar uma linha de crédito bonificado a 100 por cento, uma vez que há milhares de agri-

transformado, ela própria, em mais um elemento que ajudou o rio a alagar a região?».

A CNA considera que a resposta a esta questão passa pelos desvios sofridos pela obra, para a adequar aos interesses da indústria (EDP e celuloses). O assoreamento do leito novo e os grandes atrasos na execução da rede de rega e enxugo nos vales afluentes são apontados como «outros factores com muito peso nesta difícil situação».

Neste momento, os prejuízos

Faltam meios humanos

«A insuficiência, ou mesmo ausência de meios humanos na fiscalização e vigilância dos recursos hídricos do País, são uma das causas dos graves problemas e prejuízos verificados com as cheias dos últimos dias, nas principais bacias hidrográficas», considera a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública (FNSFP).

A FNSFP lembra que dezenas e dezenas de quilómetros dos nossos rios não têm qualquer protecção, e as infra-estruturas e equipamentos existentes não são controlados.

A isto somam-se ainda outros factores, como as frequentes acções de poluição e a extracção de inertes dos rios.

Face a esta situação a Federação reafirma a urgência da adopção de medidas que permitam, a curto prazo, a admissão de novos efectivos para a carreira de vigilantes da natureza e a atribuição de meios adequados para o cabal desempenho das funções atribuídas a estes trabalhadores.

cultores com problemas deimentação do gado.

A título excepcional - defende a CNA - devem ser retiradas as restrições ao pastoreio dos gados e ser criada uma ajuda suplementar ao sorgo forrageiro.

A Confederação pede ainda ao Governo que proponha a Bruxelas uma alteração da área base de regadio, por troca com a área de sequeiro, que não foi possível cultivar.

Por último, a Confederação Nacional da Agricultura considera essencial que seja assegurada a participação dos agricultores e suas associações na definição e distribuição de apoios e defende a constituição de «comissões regionais paritárias» de acompanhamento.

A obra do Mondego e os prejuízos no Douro

«De repente, a Obra do Mondego parecia ter sido feita de papelão...» É assim que a CNA comenta os rebentamentos múltiplos no canal novo do rio e no canal condutor principal de água. E questiona como é possível que uma obra desta envergadura, «supostamente feita para controlar o Mondego, se tenha

já se estimam na ordem dos 4 milhões de contos, pelo que a Confederação reclama, de par da atribuição de indemnizações a todos os sectores atingidos, a recomposição da obra do Mondego e o reforço das dotações orçamentais para completar o sistema de rega, enxugo e emparcelamento da região.

Na região do Douro, os prejuízos são também muito sensíveis. Na deslocação da comissão parlamentar de Agricultura à região, esta segunda-feira, os viticultores queixaram-se, em particular, da burocracia e lentidão nos processos de candidatura aos apoios e à reconstrução.

Depois de ouvir os problemas dos agricultores, a Comissão Parlamentar de Agricultura resolveu, como referiu Lino de Carvalho, deputado do PCP, «chamar de imediato o ministro da Agricultura, Capoulas Santos, à comissão para responder às questões apontados pelos lavradores».

Em segundo lugar, a comissão vai exigir medidas de emergência por parte da Protecção Civil para resolver os problemas de mobilidade das populações, com a reparação de estradas e acessos e, por fim, solicitar ao Governo mais apoios para além das linhas de crédito.

BEJA Solidariedade com as lutas

A solidariedade para com os mineiros de Neves Corvo por melhores condições laborais e contra a repressão, especialmente sobre os dirigentes sindicais, por parte da administração da Somincor e para com os mineiros de Aljustrel pela retoma da laboração e pelo futuro das Pirites Alentejanas — empresa encerrada há vários anos apesar das promessas do Governo PS — foram duas das deliberações da última reunião da DORBE, realizada no dia 9 de Fevereiro.

Outra luta a merecer a solidariedade da direcção daquela região alentejana foi a dos estudantes dos ensinos básico e secundário, no dia anterior, que contou com a adesão, por todo o País, de mais de 100 mil jovens. A saudação à realização das Jornadas Parlamentares do PCP, nos próximos dias 16 e 17 em Moura — com uma chamada de atenção para a importância desta iniciativa que conta com a apresentação de uma iniciativa legislativa do PCP sobre o Alqueva e a questão da posse da terra — foi outra das conclusões saídas da reunião.

ALGARVE Situação agrava-se

«Há mais de 10 mil desempregados, acentua-se a precarização do emprego e o incumprimento pela patronato das leis laborais com a total inoperância da Inspeção do Trabalho», afirma a Direcção da Organização Regional do Algarve em nota de imprensa de dia 10 de Fevereiro. A absorção dos baixos aumentos dos salários pelo aumento dos preços da electricidade, dos transportes públicos, do gás, das telecomunicações é outra das preocupações dos comunistas algarvios.

«No Algarve, a prestação de cuidados de saúde é preocupante, mais de 20 mil utentes inscritos nos Centros de Saúde não têm médico de família, aos quais têm de ser acrescentados largos milhares de habitantes que, confrontados com falta de capacidade e resposta, não fizeram a sua inscrição», assinala também a nota. Estes problemas têm, para a DORAL, um responsável: a continuação da política de direita do Governo PS.

PORTO É preciso reparar

Na reunião da Direcção Sub-Regional da Organização do Vale de Sousa e Baixo Tâmega do PCP foi prestada solidariedade às populações e aos municípios atingidos pelas tempestades que assolaram vários concelhos da região e provocaram derrocadas, degradação de estradas e destruição de explorações agrícolas. Além da solidariedade, os comunistas daquela região do distrito do Porto exigem do Poder Central «os indispensáveis apoios para que os problemas se resolvam e não fiquemos com as promessas». Mas outras questões preocupam aquela direcção do PCP. A situação «dos cerca de trinta enfermeiros com vínculo precário do Hospital de Amarante» é considerada preocupante. Na opinião do PCP, a ministra da Saúde, mantendo tantos enfermeiros precários, é responsável por toda e qualquer instabilidade no funcionamento dos serviços.

Não há paciência

Deixemo-nos de rodeios. O que PS e PSD visam com alteração da lei eleitoral para as autarquias é, substancialmente, construir um sistema alicerçado num poder absoluto, unipessoal e sem efectivo e regular controlo democrático.

Compreendemos a dificuldade e o embaraço em assumir como seu este objectivo. Mas poupem-nos, eles e os que se esforçam em secundá-los, ao cortejo de argumentos falsos e sem sentido que apresentam para justificar o que se apresenta sem ter condições para o ser. Poupem-nos àqueles peças de oratória que o ministro Alberto Martins repetiu no debate parlamentar sobre as virtudes das alterações quando se vê que o que propõem as negam ponto a ponto.

Poupem-nos a essa insistente invocação da estabilidade e governabilidade, esgrimida em abstracto, quando os factos e a realidade se encarregam de desmentir estes argumentos ou justificações. Na verdade os que os sustentam ainda não se deram conta de que estabilidade é coisa que não tem falta-

essa maioria já hoje existe em 90% dos municípios (277 em 305). Não sendo, pois, de acreditar que alguém pretenda alterar drasticamente o sistema eleitoral das autarquias por causa de 10% de municípios onde aliás não se vislumbram dilacerantes crises de governabilidade.

O inventário de argumentos para sustentar as propostas convergentes dos partidos do «Bloco Central» chega a incluir componentes manifestamente delirantes. Há quem, como o fez José Queirós na edição do «Público» de 1/2/01, não consiga ver na participação de eleitos de forças políticas diversas nos executivos municipais, mais do que um processo de corrupção em que os que aí se encontram mais não fariam do que tentar vender-se ou deixar-se comprar.

O que, mesmo admitindo que saiba do que fala, não deixa de ser atrevido insinuar que os cerca de 800 vereadores de diversas forças políticas em minoria não passam de mercenários a tratar da sua vida.

Outros, como Miguel de Sousa Tavares, não arranjam melhor argumento do que o de pro-

curar acusar os executivos plurais, e a alegada «cumplicidade activa entre governos e oposições autárquicas» que daí decorreria, pelas «barbaridades urbanísticas» cometidas em alguns municípios.

É espantosa, tão bárbara acusação. Não é crível que o autor possa desconhecer ou não queira ver que por exemplo em municípios como Loulé, Lagoa, Albufeira e até Portimão, comum e justamente identificados com uma gestão urbanística caótica, a gestão nos últimos 20 anos tenha sido assegurada, ininterruptamente nalguns dos casos,

por gestões predominantemente assentes em maiorias absolutas. Poupem-nos a este atirar de argumentos que se sabem falsos.

Factos que ninguém nega

Factos são factos. E esses estão à vista. O sistema eleitoral que agora se propõe tem em vista eliminar a proporcionalidade na constituição do executivo municipal por recurso ao truque de acabar com a eleição directa para esse órgão. O executivo municipal — o mais importante e decisivo órgão no processo de gestão e decisão da política municipal — deixa de resultar da escolha que hoje é feita através da vontade directa dos eleitores para passar a depender da mera escolha unipessoal do futuro presidente da Câmara. Com a exclusão dos vereadores em minoria vai-se no essencial a capacidade de fiscalização e controlo democráticos que só a sua presença está em condições de assegurar. O sistema agora proposto repousa na estrita lógica do poder absoluto de um único partido e não em razões de interesse do poder local e das populações. O alegado poder do órgão deliberativo não passa, naquilo que é apresentado como elemento valorizativo — o poder de com o seu voto aprovar moções de rejeição — de uma absoluta fraude sem aplicação na generalidade das autarquias (onde em regra a oposição não tem 2/3 dos votos). O sistema conferirá ao presidente eleito a exclusiva competência de poder decidir que todos os seus vereadores passem a estar a tempo inteiro.

É um facto indesmentível que o actual sistema autárquico tem garantido não apenas a estabilidade das autarquias como assegurou um funcionamento do poder local que permitiu elevados graus de realização e trabalho em benefício das populações. Pelo nosso lado retemos-nos num sistema eleitoral que preserve o direito das populações a escolherem a composição da Câmara e a sua expressão plural indispensável ao funcionamento colegial da autarquia e ao exercício de um controlo e fiscalização democráticas.



Jorge Cordeiro
Membro da Comissão Política

“A realidade encarrega-se de desmentir o argumento da «estabilidade»”

do ao Poder Local como irrefutavelmente se comprova pelo facto de se terem apenas registado 19 eleições intercalares ao longo dos 2135 mandatos municipais gerados até hoje. Porventura ainda não deram conta de que, por exemplo, as duas últimas eleições intercalares realizadas (Albufeira em 1996 e S. Pedro do Sul em 2000) correspondiam a municípios com situações de maioria absoluta. E também ainda não perceberam que a governabilidade que identificam com uma maioria absoluta de mandatos é coisa que não falta num quadro geral em que



Analistas e (in)dependência

• Lino de Carvalho

«É um meio. Ideias uniformes e decifreadores idênticos. Jornalistas ou intelectuais são uma pequena trintena, inevitáveis e volúveis. Entre eles, a convivência é a regra. Encontram-se, frequentam-se, apreciam-se, entrecruzam-se, estão de acordo em quase tudo.» Esta citação de Serge Halimi vem a propósito da multiplicação, nos ecrãs das nossas comunicações sociais, de comentadores, alegados especialistas, que têm uma responsabilidade particular na (de)formação da opinião pública e cujas opiniões e comentários não assentam, salvo raras exceções, no conhecimento mínimo dos temas que tratam mas num conjunto de verdades feitas, previamente construídas segundo os parâmetros ideológicos dominantes em que se inscrevem. Analistas e comentadores que, normalmente, falam sozinhos e que não se submetem ao contraditório porque quando o fazem verifica-se que o rei vai

globalização capitalista. Na ausência de investimento visando o aumento da produtividade do capital constante. Na pouca preocupação com a melhoria da formação e da organização dos recursos humanos. Na contradição entre as elevadíssimas taxas de remuneração do capital e dos accionistas das transnacionais, grandes empresas e grupos financeiros (ainda esta semana foi anunciado que o Banco Privado Português encerrou o exercício de 2000 com um lucro líquido superior em 52% ao do exercício anterior) e os sacrifícios que, repetidamente, pedem aos trabalhadores. Nos processos crescentes de deslocalização selvagem de empresas (como está a acontecer agora com o Grupo Clarks em Arouca), para os quais se recusam a impor normas por mínimas que sejam, e no rasto de desemprego e depressão que deixam atrás de si depois de rentabilizarem ao máximo os milhões de contos em apoios e subsídios que lhes são oferecidos pelos recursos públicos orçamentais. Aqui já nunca

falam dos custos para os contribuintes. O que interessa é fazer passar a mensagem de diminuir o preço da força de trabalho, congelando salários, despedindo (ou, mais eufemisticamente, promovendo rescisões por comum acordo). Ou a ideia de que uma eficiente gestão profissional dos recursos e das empresas só pode ser feita no quadro da economia privada. E, depois, dar como assente e indiscutível que essa é também a percepção que tem a opinião pública confundindo-a com a sua própria opinião publicada (que, obviamente, é responsável pelo condicionamento geral das opiniões). Condicionamento que, muitas vezes, atinge os próprios visados, os trabalhadores e as suas

organizações. Aceitando a tese como inevitável não contestam os modelos e os raciocínios em si mesmo mas passam, jogando no terreno que lhes é apresentado, a discutir qual o valor das indemnizações, se os meios financeiros são ou não suficientes para as pagar, se o número de trabalhadores que deve deixar o sector ou a empresa é o proposto ou deve ser um pouco inferior. Este é um terreno de jogo minado que, necessariamente, encurrala quem nele se mete. Sinto que é necessário, aqui, multiplicar o debate em torno desta questão-chave.

É aí de quem, cronista convidado, ousa pôr em causa as teses dominantes no sistema ou critique quem lhe paga (mesmo que seja da casa). Nesse quadro, é paradigmático o exemplo recente em torno do despedimento sumário de um colunista do Diário Económico.

Discutir a formação da opinião em Portugal e como comentadores, colunistas e jornalistas circulam entre os corredores da profissão e os gabinetes dos poderes político e económico é, seguramente, tarefa urgente e tema maior. Até se pode começar pelo exemplo maior do infável Albarran.



nu e têm muitas dificuldades em sustentar as suas posições. Viu-se isto recentemente a propósito do debate da TAP. Mas a verdade é que se tropeça diariamente com este novo universo faunístico. Basta abrir as páginas da imprensa escrita ou os ecrãs da televisão. Na maior parte dos casos as análises que fazem (e que nalguns casos apresentam como grandes originalidades) ou resultam de visitas aos portais diversos da Internet ou à leitura de um ou outro artigo de outros analistas. Como afirma Halimi, «plagam-se uns aos outros». Agora, um tema recorrente das análises de certos gurus é a insistência, a propósito e a despropósito, da responsabilidade dos trabalhadores e da alegada inflexibilidade das relações laborais na crise das economias e nas dificuldades das empresas, mesmo que a realidade sobre que estão a falar desminta fragorosamente as suas teses. São os porta-vozes do pensamento dominante, do situacionismo neoliberal. Nunca falam, ou raramente falam, ou quando o fazem dedicam-lhe um lugar secundário, na responsabilidade da desregulamentação e desregulação das relações económicas em nome da

Alteração do sistema eleitoral para as autarquias

Desfigurar a democracia

PS e PSD, como se previa, consumaram faz hoje oito dias o «arranjo» fazendo aprovar os respectivos diplomas que alteram o sistema eleitoral para as autarquias locais. Trata-se de um ataque sem precedentes à democraticidade do poder local democrático.

Em causa está o direito do povo português a eleger directamente as câmaras municipais e, por isso, várias foram já as vezes que se ergueram reclamando o veto político do Presidente da República. Para o PCP, de quem partiu a mais firme denúncia a mais este entorse à democracia, não restam dúvidas: o que o PS e PSD querem é sacrificar um modelo com provas dadas ao serviço das populações, substituindo-o por «um modelo que sirva as suas mais mesquinhas conveniências partidárias».

Nestes precisos termos definiu o deputado António Filipe os intentos dos autores dos diplomas agora aprovados na generalidade, que baixaram à comissão para debate na especialidade. No caso da proposta do Governo, ao substituir a eleição directa das

câmaras municipais pela eleição apenas do presidente, eliminando a composição plural dos executivos municipais e trocando-a por executivos monocolors, do que se trata, em síntese, é de romper brutalmente «com a tradição de pluralismo que tem caracterizado o exercício do poder local na maioria dos municípios».

Uma ruptura que, nas palavras do líder parlamentar do PCP, Octávio Teixeira, a ir por diante, terá consequências em três planos: a eleição passa a ser a do presidente da câmara; a eleição da assembleia municipal aparece como uma espécie de efeito secundário da eleição do presidente da câmara; os vereadores perdem a legitimidade de serem eleitos como tal e passam a ajudantes do presidente da câmara.

«A eleição é assim na prática unipessoal, o órgão deliberativo perde importância na eleição como órgão a ser eleito, e a câmara desaparece como órgão legitimado pelos eleitores», sublinhou Octávio Teixeira.

Mas o que igualmente ficou provado no debate – nem PS nem PSD conseguiram refutá-lo – é que todos os argumentos invocados enfermam, para além de uma enorme hipocrisia, de uma total falsidade. Não é verdade que as alterações propostas – como aliás aprofundadamente o «Avante!» demonstrou na última edição – visem garantir a estabilidade, a governabilidade e a transparência das autarquias locais. Ao contrário, o que o PS e PSD desejam é «impor artificialmente nas autarquias a bipolarização», indo mesmo o primeiro mais longe ao pretender instituir, como frisou António Filipe, um regime em que os presidentes de câmara se transformem em «autênticos senhores feudais nos seus municípios, capazes de pôr e dispor sobre tudo e todos».

Associativismo juvenil

Respeito e autonomia

A Lei Quadro do associativismo juvenil esteve em debate no Parlamento. O desafio colocado, como assinalou a deputada comunista Margarida Botelho, era encontrar um enquadramento legal capaz de responder às verdadeiras necessidades do associativismo juvenil. Nesse objectivo, teoricamente, qualquer dos diplomas apresentados (Governo, PSD e PCP) se reconheciam. Mas foi o projecto de lei do PCP – que levava mais longe o respeito pela autonomia do movimento associativo e pela sua efectiva participação na definição da política de juventude – que acabou por ficar pelo caminho, inviabilizado pelos votos contra do PS e do CDS/PP.

Aquelas eram, com efeito, as grandes linhas de orientação preconizadas pelo projecto do PCP quanto aos princípios que devem pautar o relacionamento entre o Estado e o movimento associativo juvenil. Em conformidade, entre as várias propos-

tas por si apresentadas, destaca-se para a equiparação em termos de direitos entre as associações juvenis legalmente constituídas e os grupos informais de jovens sem personalidade jurídica, assim respondendo à realidade do associativismo e da participação juvenil.

Entendimento diferente teve o Governo – e este foi um dos aspectos mais criticados por Margarida Botelho – ao continuar por via do Registo Nacional das Associações Juvenis a separar as águas entre o associativismo formal e o não formal. Para a bancada comunista esta é uma forma clara de limitar o desenvolvimento do associativismo e de o manter dentro de «limites rígidos».

O entendimento que o Executivo tem do associativismo não formal (tal como o PSD) mereceu, aliás, a frontal discordância da deputada do PCP. Ao contrário do que pensa o Governo, observou, aquela não é uma «forma rudimentar de associativismo». Mais, «o associativismo

formal e o não formal são realidades diferentes, igualmente respeitáveis, igualmente interventivas».

Questões de método foram ainda invocadas pela bancada comunista para zuzir o Governo neste processo. Lamentável, segundo a parlamentar do PCP, é que o Governo não tenha convocado o Conselho Consultivo da Juventude para se pronunciar sobre esta matéria, como lhe compete.

Questão fundamental para o Grupo comunista é a dos apoios do Estado às associações, os quais, do seu ponto de vista, devem reger-se por princípios de transparência e objectividade, bem como de respeito pela autonomia e independência das associações e dos seus dirigentes. Neste plano, reconhecendo embora ao Governo idêntica preocupação, Margarida Botelho fez notar a necessidade de tomar mais claros os limites da fiscalização por aquele propositos, nunca pondo em causa o princípio da confiança.

Muralhas de Santarém

Uma delegação da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura deslocou-se na passada semana, sob proposta dos deputados comunistas Luísa Mesquita e Joaquim Matias, às muralhas das Portas do Sol em Santarém. Depois de uma visita ao local, onde puderam constatar o efeito devastador das intempéries sobre aquele valioso património classificado, os deputados, entre os quais se

encontravam também representantes da Comissão de Administração do Território, Ambiente e Poder Local, participaram numa reunião de trabalho na Câmara Municipal de Santarém onde estiveram presentes várias entidades e organismos de âmbito regional e nacional.

Sobre a queda das muralhas já a deputada comunista tomara posição ao questionar o Governo sobre as medidas que

pensa adoptar para garantir a sustentação das barreiras que envolvem o planalto da cidade de Santarém.

Em requerimento dirigido ao Governo, Luísa Mesquita considerou que a queda de parte da muralha foi um acontecimento previsível que resultou da «negligência, incúria e irresponsabilidade» de quem tinha responsabilidades para zelar por aquele património.

15 Fevereiro 1931

AVANTE! PROLETARIOS DE TODOS OS PAISES UNI-VOS!

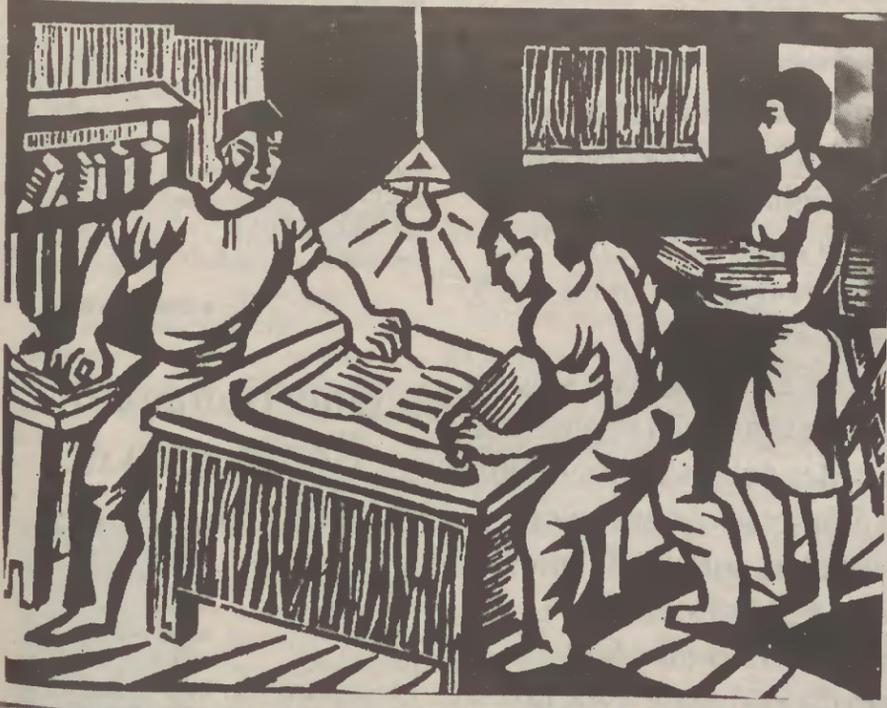
Órgão Central do Partido Comunista (S. P. de L. C.)

AO PROLETARIADO DE PORTUGAL

CAMARADAS:

As condições de vida dos trabalhadores em Portugal são cada vez mais duras... A luta pela liberdade e pela paz é a luta pela liberdade e pela paz...

70 anos com futuro



Maria Machado



José Moreira



Comemorar um aniversário não é apenas recordar o passado dos anos que fizeram uma história e só faz sentido quando lhe auguramos futuro. É esse o caso do nosso Avante! Trata-se, porém, de um aniversário muito especial. Raro é o jornal que comemora 70 anos de vida. Mais raro – e neste caso único – é o exemplo de um jornal que comemora a passagem de sete décadas orgulhando-se de ter travado ao longo da sua vida uma verdadeira batalha. Mais raro é o exemplo deste jornal, fundado na clandestinidade em 15 de Fevereiro de 1931 e conseguindo atravessar 43 anos das mais duras provas, escrito, impresso e distribuído no interior do País – caso único na imprensa comunista em todo o mundo. Foi assim até ao 25 de Abril e, nesses longos anos de clandestinidade, muitos sacrificaram a sua liberdade e alguns deram a vida para que o Avante! pudesse levar a notícia verdadeira, os exemplos das lutas operárias e camponesas, das lutas de todos os trabalhadores e dos estudantes, das lutas dos democratas contra a opressão fascista pela liberdade. No passado ainda se inscreve o exemplo do nosso jornal durante e após a Revolução de Abril, apoiando as conquistas revolucionárias e a institucionalização da democracia, defendendo essas conquistas, dando novas de Portugal e do mundo, sempre com a preocupação do rigor e a exigência da verdade. Cumprimos 70 anos. Neste número de aniversário, recolhemos depoimentos de leitores – camaradas e amigos –, que nos acompanham calorosamente, com a fraternidade do seu acordo e das suas sugestões e críticas. E damos conta da sessão pública realizada no passado sábado no Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, em que se falou de letras e de lutas, do passado e do presente. E sobretudo se apontou para o futuro, onde o Avante! continua a ser voz imprescindível.

15 Fevereiro 1931

AVANTE!
AO PROLETARIADO DE PORTUGAL

AVANTE! AO PROLETARIADO DE PORTUGAL

70º aniversário do Avante!

Depoimentos

É o *Avante!* que nos ajuda a reflectir sobre questões relevantes da nossa vida colectiva. É no *Avante!* que encontro notícias das lutas do nosso povo e da solidariedade internacional. Encontro, enfim, no *Avante!*, as notícias que a restante comunicação social ignora e que não quer conhecer porque fogem à rotina do pensamento único. Durante os 24 anos em que tenho tido responsabilidades de direcção na Associação de Amizade Portugal-Cuba aprendi que só no *Avante!* encontramos



sempre um espaço para divulgar iniciativas, para denunciar os atentados perpetrados pelo governo norte-americano contra Cuba, para apelar à solidariedade com a revolução cubana. Ainda em Novembro foi completamente ignorada pela comunicação social a reunião em Havana de 4200 delegados de todo o mundo que manifestaram a sua solidariedade com Cuba e contra o bloqueio. Este encontro simplesmente não existiu para a generalidade da comunicação social. Tivesse sido um movimento de sentido contrário, ainda que agrupando uma dúzia de pessoas e certamente teria merecido grande destaque na Imprensa. Na verdade, só o nosso *Avante!* rompe o bloqueio a Cuba! Sempre!

● Arminda Carvalho da Fonseca
Presidente da Direcção da Associação de Amizade Portugal-Cuba

Já lá vão muitos anos, mas lembro-me lindamente. Recordo-me do sentimento que me invadiu, a mim então um adolescente. Por um lado, o medo que seca instantaneamente a boca e faz olhar por cima do ombro; por outro, o entusiasmo de, finalmente, ter aquelas folhinhas míticas na mão. Um companheiro passa-mo dobrado em quatro. O *Avante!* de papel macio, de letra

miudinha. Passo estugado para casa, para o ler e reler, para saber o que era, na verdade, a vida à nossa volta. E depois o gesto repetido. Dobrado em quatro, da minha mão para a dum colega. E eu agora como no final dos livros do Jorge Amado que líamos naquele tempo. Eu todo contente, porque tinha dado o meu primeiro pequeno passo.

● Luís Filipe Costa
Realizador



Os jornais, designadamente os jornais partidários, são indispensáveis como fonte de informação sobre os problemas da actualidade e sobre as posições assumidas pelos respectivos partidos. O *Avante!* merece, no entanto, uma referência particular. Nos 43 anos que mediaram entre a sua criação e o 25 de Abril, o *Avante!* foi o único veículo de concreta informação das lutas sociopolíticas no País, inclusivamente para não comunistas, contribuindo desse modo para o combate dos democratas portugueses no derrubamento da ditadura. No pós-25 de Abril, o leitor continua a dispor, nas páginas do *Avante!*, de notícias, informações e análises dos problemas e das lutas que se travam em diversos sectores da vida nacional e internacional. Trata-se, sem dúvida, de um conhecimento

incontornável para os que se preocupam com a dinâmica de transformação da sociedade portuguesa e mundial. Como nos restantes órgãos não se encontra, ou se encontra escassamente, uma informação tão



desenvolvida e objectiva sobre as lutas sociais como no *Avante!*, este semanário tem sido insubstituível no preenchimento dessa grande lacuna na nossa comunicação social. Ao completar 70 anos de existência, resta-me desejar ao *Avante!* os maiores êxitos no exercício de uma função informativa e crítica, baseada em critérios de objectividade e norteada pelo progresso social.

● Blasco Hugo Fernandes
Presidente da Intervenção Democrática

Trincheira de papel

Na esfera militar, costumava dizer-se: «a antiguidade é um posto». Na esfera política, poderá dizer-se: o *Avante!* é um posto. Pela antiguidade e, sobretudo, pela postura. Jornal da resistência antifascista, trincheira e bandeira de papel; jornal da coerência democrática e socialista. Ei-lo com 70 anos, digno de uma homenagem nacional, para além da evocação partidária. Durante 44 anos de ditadura, foi o único órgão de Informação que não se sujeitou à Censura. Pagou o preço da liberdade: produzido, distribuído e lido na clandestinidade. Derrubada a tirania, o *Avante!* conquistou o direito a fabricar-se e a circular à luz do sol e da Electricidade de Portugal. Conquistou esse direito com imensos sacrifícios, com imensos artifícios. Hoje, volta a ser indispensável ler o *Avante!*. Há informações e perspectivas que já só se encontram regularmente nas suas páginas. É, de facto, um dos raros órgãos de Informação sem exame prévio do capital mediático (dos detentores da propriedade e da publicidade). É, de facto, o único semanário que marca a diferença e não apenas a divergência, que propõe a alternativa e não apenas a alternância. Em Portugal, dificilmente alguém se achará habilitado sobre temas sociais e laborais e sobre aspectos da cena internacional, sem assiduamente consultar o *Avante!*. Será razão para felicitar o aniversário, mas também é preocupante o estado a que chegou o regime da Comunicação. É caso para reflectir: o *Avante!* tornou-se tão necessário em democracia como em ditadura. A Revolução dos Cravos perfaz 27 anos no próximo Abril. O seu melhor presente, o seu mais fiel aliado é o «eterno» mensageiro das grandes causas e dos que não têm voz. Neste país de «acorrentados», uns pelos televisores outros pelos computadores, mas todos proletários, uns conscientes outros ignorando ou negando a sua condição, saudemos o *Avante!* e o seu cabeçalho: UNI-VOS, vítimas da fome informativa e da sede de justiça.

● César Príncipe
Jornalista

Questionação, Renovação e Aprofundamento

Numa sociedade democrática é salutar a diversidade/pluralidade de

/confluência de uma voz plural, assumindo uma atitude de questionação, renovação e aprofundamento da sua linguagem, bem como instituição partidária de que é voz, não cedendo a uma prática jornalística de entropia ou isolamento do mundo actual. Saúdo-vos no seu 70.º aniversário.



opiniões enquanto possibilidade de construção de um pensamento reflexivo e crítico. O *Avante!* pode representar um espaço/

● Isabel Aguiar Barcelos
Professora

O Partido ia fazer dez anos de existência. Uma existência atribulada pela recente instauração da ditadura fascista. Na sequência da reorganização de 1929, visando tomar medidas de organização face à repressão, surge a necessidade de um órgão central do PCP à altura das necessidades da luta. O *Avante!*, impresso e distribuído clandestinamente, surge pela primeira vez em 15 de Fevereiro de 1931, dirigindo-se em editorial «Ao Proletariado de Portugal». Nos dez anos seguintes, a sua publicação é irregular. Mas, no auge das lutas, chega a ser impresso e distribuído semanalmente e a atingir uma tiragem de dez mil exemplares. Difundindo os ideais comunistas e a orientação do Partido, divulgando as lutas abafadas pela censura, o jornal do PCP torna-se numa voz insubstituível, um jornal de concepção leninista, agitador, propagandista e organizador político.

(Continua na 4.ª página)

AVANTE!

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES: UNI-VOS!

ANO 1 — Número 1

Órgão Central do Partido Comunista (S. P. da I. C.)

15 de Fevereiro de 1931
PORTUGAL

AO PROLETARIADO DE PORTUGAL

CAMARADAS:

A persistente repressão que vimos sofrendo por parte do governo, apoiado em forças mercenárias, que têm como único objectivo, a satisfação da sua vaidade, o brilho das suas galões, sem a menor consciência pela dor e pela miséria que o povo sofre, levou o P. C. P. a desenvolver uma maior acção revolucionária, dispondo-se a lutar, sem desânimo, pelos sagrados direitos do proletariado português.

Impossibilitado de fazer ou de escrever por uma censura estúpida, draconiana e caprichosa; perseguido, por toda a parte, ao menor pretexto, sem pretexto até; o povo, cada vez mais, reprimido e explorado, debatendo-se entre a miséria, proveniente do marcado predominio de uns tantos senhores, que detêm a riqueza e o poder político; e as injustiças, que são a característica de Portugal no momento presente, o povo, dizemos, vê-se obrigado a multiplicar as suas forças, além de, terminar, violentamente, tudo quanto contribui para a sua miséria.

O P. C. P. não pode permitir, com a sua passividade, que as colónias se encontrem pejudicadas, de operários considerados indesejáveis em face das suas ideias políticas; que os parentes cheguem por mais tempo os entes queridos que morrem na deportação, ou de fome, os que conseguem manter-se na metrópole; que o contribuinte continue suportando os impostos governamentais para recepções a reis que nunca chegam, ou para manter um exercício decorativo e impotente.

Impõe-se-nos o dever de protestar contra o desenvolvimento das forças policiais, organizadas tão simplesmente para assustar os trabalhadores indelicados, que não cometem outro delito, que não seja o de pedir pão para si e para sustentar os seus.

Um órgão na imprensa se nos tornava indispensável para denunciar ao povo português todas as frotelas, todas as maldades e todos os crimes que contra ele se praticam diariamente. Este órgão será AVANTE! que surge da sombra da clandestinidade, mas que iluminará o caminho que o proletariado português

deverá seguir para alcançar o poder político e económico do país, para alcançar a sua emancipação.

A política reaccionária de Carmona e seus cúmplices, coloca todos os portugueses ante o dilema de escolher, entre a guerra sem quartel às instituições e princípios que as sustentam, ou morrer ignominiosamente sob o seu despótico dominio, com o labes infamante dos cobardes.

Perante estas duas perspectivas, o P. C. P. opta pela primeira, certo de que traduz bem fielmente os desejos do povo trabalhador e daquela parte do exercito que não cranga a classe social a que pertence.

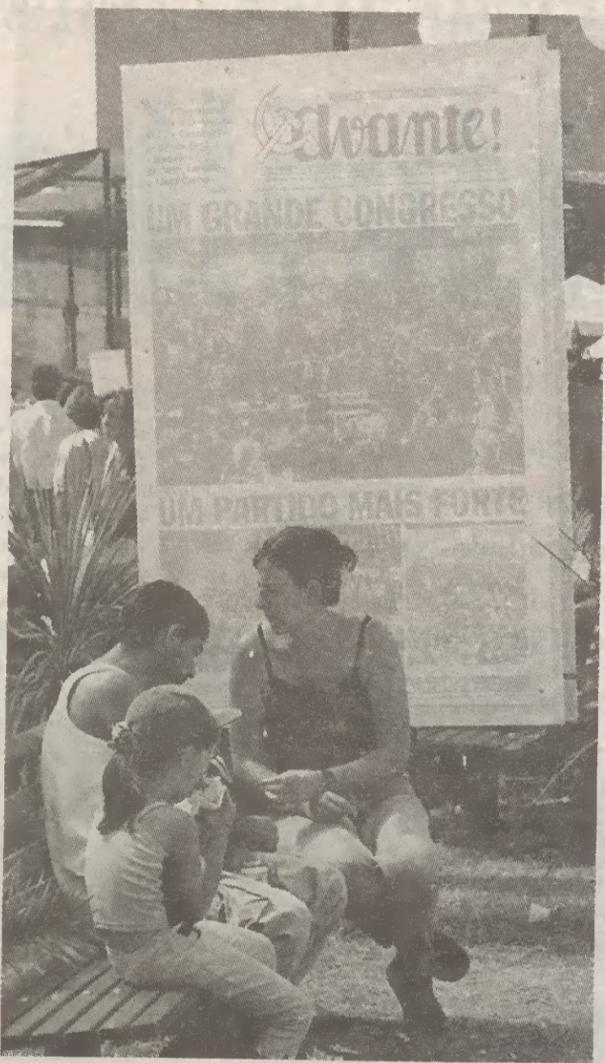
O P. C. P., a partir deste momento, ergue a sua bandeira revolucionária, ao grito de: rebelião das massas escravizadas, recolhendo no seu seio todos os lamentos do povo português, que pede justiça contra os tiranos insensíveis, responsáveis do caos em que o país se encontra.

Pretendemos conduzir a acção revolucionária, independentemente de qualquer colaboração com outros partidos, posto que, a experiência e o nosso credo político nos proibam a coligação com forças alheias ao proletariado.

Soon o clarim, chamando os que sofrem a incorporarem-se nas fileiras revolucionárias. O P. C. P., consciente da sua grande responsabilidade ante a proxima revolução, coloca-se desde já na vanguarda do exercito proletariano.

É indispensável organizar as forças de choque, que irão de derrubar a burguezia do pedestal que a suporta. AVANTE! que é o eco dos clamores internos dos que sofrem, contra o estado politico, económico e social em que desastrosamente se debate Portugal, será o órgão condutor das forças dispersas, ansiosas de justiça.

Apelamos clamorosamente para todos os que se encontram impregnados da chama revolucionária, no sentido de que sigam fielmente a trajetória que o P. C. P. demarcou, neste momento de decisões rápidas e radicais.



Todos os anos em Setembro o Partido está em Festa. A maior iniciativa político-cultural do País, a que o Avante! dá o nome

Porta-voz dos oprimidos e recado ao futuro

Muito antes de ser militante do Partido Comunista já eu lia o *Avante!*, com emoção e ansiedade. Era o único jornal português que não se submetia à censura. Falava-nos de reivindicações operárias, de greves, de prisões, do Portugal à vista e do País oculto. E do que acontecia lá fora, do medo como Portugal, isto é, a ditadura fascista era olhada, condenada, desprezada pelas nações democráticas, mesmo, no fundo, por aquelas que consentiam o regime de Salazar, seu apoiante na Guerra Fria. O *Avante!* encarnava também a proposta de uma democracia avançada e do comunismo como meta do futuro. E esse projecto, essa mensagem acesa que nos

chegava da clandestinidade, que era a voz de umas centenas de homens e mulheres dispostos a correr todos os riscos para nos dizerem a verdade proibida, falavam-nos de fraternidade e de esperança na



libertação do povo, na mudança do país-prisão (também jardim policiado dos ricos e poderosos e dos seus sabujos). O *Avante!*, no seu papel fininho, nas suas poucas páginas, esclarecia, comovia e incitava a aderir. Assim cá chegámos, tantos de nós.

● Urbano Tavares Rodrigues
Escritor

Um jornal que toma Partido

«Já leste o *Avante!*?» «O *Avante!* já chegou?» «Não sabias? Vem no *Avante!*» O *Avante!*. Nome de um jornal, expressão de luta e confiança, símbolo da Festa que dele recebe o nome, palavra-refrão da canção que gostamos de cantar antes d'*A Internacional*. Fundado há 70 anos, o *Avante!* já viveu a clandestinidade, as perseguições, a revolução que fundou o regime democrático que ajudou a construir, os avanços e conquistas que conseguimos que com todos festejámos. Há livros de História que ensinam ter existido uma censura que controlava e limitava todos os órgãos de comunicação do País; todos não: o *Avante!* foi o único que escapou ao lápis azul. Muitos pagaram com a liberdade e a vida esta ousadia. Foi uma opção que os seus redactores e distribuidores não escolheram, que

lhes foi imposta mas que assumiram com a coragem de quem assume a posição vertical que a humanidade vai conquistando em cada século, em cada milénio; valeu seguramente o sacrifício: o *Avante!* aí está, rejuvenescido, assumindo o seu papel de cabeça erguida, orgulhoso



do seu cabeçalho comunista. Não está à venda, não está cotado na Bolsa, não está em falência nem recebe injeções de capital dos grupos económicos. Ainda bem.

Avante! escreve-se assim, com um ponto de exclamação, a manifestar a nossa força, a força da nossa razão, da razão de todos os trabalhadores e de todas as lutas que nas suas páginas são espelhadas e encorajadas, sem falsos distanciamentos e pretensas isenções; pelo contrário, sempre tomando partido e honrando assim o Partido de que é, assumidamente, voz e instrumento. Os meus parabéns.

● Afílio Fernandes
Presidente da Câmara de Évora

O que eu sinto

O *Avante!* merece uma lágrima de emoção pela memória das lutas, sofrimentos, resistência e vitórias que o povo oprimido viveu durante o fascismo. E também merece o sorriso, a gargalhada e a ironia com que conseguiu sobreviver às perseguições e armadilhas de mil esbirros e videirinhos. *Avante!* é para ir em frente. Que assim continue.



● Hélder Costa
Encenador

Saudação

Hoje, mais do que em qualquer outra época da história das sociedades humanas, há uma supremacia das coisas sobre o Homem. Marx notava que o puro movimento da vontade de poder agia no sentido do crescimento sem outro fim que o crescimento. Na sua crítica reprova ao capitalismo o ter libertado as coisas, isto é, o produto, sem rigor, sem outro fim, sem outra lei

caracteriza o interesse isolado é exactamente o facto deste não ter em conta as repercussões exercidas sobre as populações. Na Europa, o processo de acumulação do capital submete de novo as populações à exclusão e, por extensão, à proletarianização enquanto no Terceiro Mundo as guerras pela posse dos recursos naturais, única garantia de sobrevivência dos estados, leva as populações à dispersão e ao aniquilamento. Neste grave contexto, o semanário *Avante!*, Órgão Central do Partido Comunista Português, traz até nós a manifestação de um dinamismo que emana de uma corrente humana unida no ideal de libertação do Homem. A todos os que trabalham no *Avante!* assim como a todos os seus leitores envio as minhas fraternas saudações.

● Joana Ruas
Escritora



que o acaso e o interesse privado. Tomou-se habitual encarar o interesse geral sobre o modo do interesse isolado o que introduz um erro de perspectiva que consiste em conceber o interesse global dos homens como uma multiplicação do interesse isolado de alguns indivíduos e grupos. O que

Quarenta e três anos após o seu primeiro número, o *Avante!* publica o seu último número na clandestinidade. Abril de 1974 quase podia respirar-se. Faltava pô-lhe a data. E isso podia já antever-se nos artigos do nosso jornal - «Não dar tréguas ao fascismo» era a palavra de ordem. E também: «Aliar à luta antifascista os patriotas das forças armadas». Esses patriotas saíram à rua e na rua se estabeleceu a aliança entre o Povo e o MFA. Para esse desfecho havia contribuído o trabalho e o sacrifício de muitos milhares de comunistas, na vanguarda da luta. Nos últimos estertores, o fascismo procedia a uma escalada da tortura, de que o *Avante!* dava conta. Muitos foram os militantes presos torturados e mesmo assassinados durante quarenta e oito anos de ditadura. Muitos aqueles que deram a vida. Recordemos entre eles os camaradas Maria Machado e José Moreira, assassinados em defesa do *Avante!*. A sua memória inspira o nosso trabalho presente.

ANO - 41 SÉRIE VI - Nº 464 - ABRIL DE 1974 PREÇO: 1400



Não dar tréguas ao fascismo

«O Povo analisará film as guerras coloniais e ao governo dos monopólios e ao país quer uma mudança de regime e as liberdades democráticas. Estes objetivos, estes anseios, tornaram-se uma exigência insubornável!» Esta conclusão apontada num dos manifestos de Março da Comissão Executiva do Partido, é confirmada em cada dia que decorre.

As massas populares, as mais variadas camadas sociais, podem mesmo dizer-se que todas as medidas não-monopolistas, decretadas cada vez mais pelo governo de M. Caetano e manifestam o recente descontentamento. Muitos dos que ainda ontem estavam com o governo do povo deixaram de o apoiar, manifestam a sua descrença ou mesmo oposição.

O governo está ao serviço exclusivo dos monopólios

Na «conversa» de 28-3, M. Caetano bem procurou disfarçar o acentuado aprofundamento da crise e isolamento do regime e do governo. Até disse que tem recebido a milhares de mensagens de apoio e foi mesmo «prezioso» ao desinar de futebol Sporting-Benfica, onde se ferrou de estracagar, a pedir aplausos que não se viu. Praticou o mesmo com o desporto de futebol. «Será que as infames guerras e dominação dos povos coloniais se fazem para delicia do interesse da classe operária, dos desempregados, da juventude, do povo português?»

M. Caetano não consegue esconder a realidade que se impõe cada vez mais claramente: O governo está ao serviço exclusivo dos monopólios. Escrus cada vez maiores para os monopólios e uma crescente exploração e miséria para os trabalhadores controlados numa tentativa de conter as suas perturbadas hostes e minimizar o significado da sublevação militar que atribuiu à irreflexão e talvez ingenuidade de alguns oficiais... Afirmou que «nada do que de verdadeiro ou justo e que no público interesse, deixa de ser trazido ao conhecimento dele». Mas escondeu o facto de que na madrugada de 16 de Março ele teve o cuidado de se refugiar no reduto de Monsanto, juntamente com A. Tomaz e outros mais das suas respectivas camarilhas; escondeu que a coluna militar saída das Caldas da Rainha contrariou com outras forças ao passar por Santarém ou quando se encontrou com outras unidades enviadas para a conter; escondeu que forças da Aviação se recusaram a bombardear a coluna militar, a qual só foi contida à porta de Lisboa e não em Alverca; escondeu que dias antes da sublevação ti-

colonialista assume formas crescentes. O governo está a ser acusado e batido em todas as frentes e mesmo nas forças armadas cresceu a resistência, oposição e a luta contra o fascismo e o colonialismo. Não há que dar tréguas. Transformar o descontentamento em acções de massas é a tarefa que se coloca a todos os antifascistas e democratas e patriotas.

Unir, organizar e lutar à a tarefa que se coloca a todos os antifascistas e democratas e patriotas.

No já citado manifesto da Comissão Executiva, afirma-se: «As condições políticas são ali-

ESCALADA DA TORTURA

Qualquer regime fascista é inconcebível sem a violência e o crime. São inumeráveis e inenarráveis os crimes que o fascismo tem atizado de si. Que o digam os povos do mundo que o têm sofrido ou o sofrem. Que o digam os portugueses que o sofrem há 48 anos. Que o digam o martirizado povo do Chile. Um dos aspectos mais característicos da violência fascista é a tortura sobre os presos políticos e o grau de violência que assume a tortura praticada pela polícia política geralmente conforme a agudização da luta pelo derrubamento do regime e também conforme o grau das contradições internas do próprio regime.

Neste momento assistimos a um novo acentuado da tortura praticada pela PIDE-DGS sobre os antifascistas que lhe caem nas mãos. A generalidade dos presos que se encontram detidos nas prisões, incluindo as forças armadas, e formar novos e variados tipos de comissões. A classe operária, os trabalhadores e o movimento sindical de massas, o movimento democrático, os movimentos de juventude trabalhadora e estudantil, as mulheres, os camponeses, a intelectualidade, todos têm condições para alargar e aprofundar a legalidade dos seus movimentos e organizações.»

ALIAÇÃO À LUTA ANTIFASCISTA os patriotas das forças armadas

A existência de um amplo movimento que abraça centenas de oficiais do quadro permanente dos três ramos das forças armadas, assim como a soldado da sublevação de 16 de Março - afirmou-se num dos manifestos de Março da Comissão Executiva do Partido - «expressim a crescente oposição das forças armadas às guerras coloniais e à política do governo de M. Caetano.»

Na «conversa» de 28-3, M. Caetano procurou aparecer descontradido numa tentativa de desmentar as suas perturbadas hostes e minimizar o significado da sublevação militar que atribuiu à irrelexão e talvez ingenuidade de alguns oficiais... Afirmou que «nada do que de verdadeiro ou justo e que no público interesse, deixa de ser trazido ao conhecimento dele». Mas escondeu o facto de que na madrugada de 16 de Março ele teve o cuidado de se refugiar no reduto de Monsanto, juntamente com A. Tomaz e outros mais das suas respectivas camarilhas; escondeu que a coluna militar saída das Caldas da Rainha contrariou com outras forças ao passar por Santarém ou quando se encontrou com outras unidades enviadas para a conter; escondeu que forças da Aviação se recusaram a bombardear a coluna militar, a qual só foi contida à porta de Lisboa e não em Alverca; escondeu que dias antes da sublevação ti-

70º aniversário do Avante! Depoimentos



70º
aniversário
do Avante!

Avante! comemora 70 anos com sessão pública no Centro de Trabalho Vitória

«E o sol brilhará para todos nós...»

Foi com esta convicção que as várias dezenas de camaradas e amigos presentes quiseram dar os parabéns ao *Avante!*, lembrando episódios passados nos duros anos da clandestinidade e reforçando o insubstituível papel que tem na sociedade de hoje um jornal que, nas palavras de José Casanova, «assume estar do lado dos explorados e contra os exploradores».



Perante uma sala completamente cheia, José Casanova, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP e director do *Avante!*, ladeado na mesa por Fernando Vicente, membro do CC, Fernando Correia, Bruno Dias, Arménio Carlos, Jorge Cortez e Rui Paz – cujas intervenções são tratadas noutra página – sublinhou que o órgão central do PCP é um caso ímpar, pela sua capacidade de resistência às duras condições da clandestinidade. «Desde Agosto de 1941 até ao 25 de Abril de 1974, o *Avante!* saiu com regularidade, tendo sido sempre impresso em Portugal, o que faz dele um caso único na imprensa mundial», lembrou. Outra das características de um jornal comunista como o *Avante!* é, nas palavras do seu director, o facto de tomar partido. Afirmando que nenhum

jornal é imparcial, José Casanova frisou que «o *Avante!* assume estar ao lado dos explorados, dos ofendidos e dos humilhados contra os exploradores». Na intervenção inicial foi ainda acentuado que, embora vivendo em condições muito diferentes das da clandestinidade, o órgão central do PCP carrega uma enorme responsabilidade, a de ser a única voz que leva os ideais, as propostas e a visão dos comunistas portugueses aos trabalhadores e ao povo. «Enquanto na clandestinidade o *Avante!* tinha que romper o manto espesso da censura fascista, actualmente luta contra um outro manto espesso, o do pensamento único», frisou o dirigente do PCP.

Histórias e ideais

Do lado da audiência, eram igualmente muitas as histórias e os contributos que havia a dar para a discussão do papel e da importância do *Avante!*. O primeiro orador, Joaquim Gomes, um dirigente histórico do Partido – também ele já responsável, durante a clandestinidade, pelo órgão central – afirmou que «é preciso trabalhar para que o *Avante!* seja cada vez mais o jornal de todos os trabalhadores» e que, para isso, é necessário que chegue a mais gente,

acentuando que «o Partido devia dar cursos – seguindo o exemplo de S. João da Madeira – de venda e distribuição do nosso jornal». As outras intervenções foram no sentido de procurar melhorar a distribuição do *Avante!* nas

organizações do Partido – acentuando que «esta é uma tarefa política e não administrativa», como disse José Casanova –, realçando o papel indispensável que assume no esclarecimento dos militantes do Partido e demais leitores acerca do que

se passa em Portugal e no mundo. Depois do debate, e antes do pequeno convívio que se seguiu à volta da mesa com bolo de aniversário, José Casanova terminou agradecendo aos representantes da CGTP-IN, da União de Sindicatos de Lisboa, do Sindicato dos Jornalistas, do

Partido Ecologista «Os Verdes» e da Intervenção Democrática, que se deslocaram ao local para saudar o septuagésimo aniversário do jornal que se mantém fiel ao lema, que é seu desde há setenta anos, «Proletários de todos os países, uni-vos!».



70º
aniversário
do Avante!

• Gustavo Carneiro
texto

• Jorge Caria e Sérgio Morais
fotos



Uma informação de combate

O primeiro orador, a seguir à intervenção de abertura, foi **Fernando Correia**, antigo subchefe de redacção do *Avante!* e com várias obras publicadas sobre as questões da comunicação social. Perante o panorama actual, com «um omnipresente império televisivo, obsessivamente virado para a recreação e o divertimento, uma informação-espectáculo, mais interessada em entreter do que em informar, o recurso a diversos tipos de manipulação, branqueamento e silenciamento em prejuízo da realidade social, o predomínio da ideologia da classe dominante e a insistência do preconceito e a permanência de estereótipos sobre os comunistas, assim como sobre o movimento sindical, Fernando Correia, considera que «a solução passa necessariamente pela formação de leitores, ouvintes e telespectadores, apetrechados para lidarem criticamente com essa comunicação social, sendo que o *Avante!* fornece um contributo decisivo,



proporcionando a informação e os argumentos susceptíveis de a complementar, a desmontar, a combater e a denunciar». A imprensa partidária possui uma «identidade própria, que está ligada à sua natureza e objectivos de classe, abertamente assumidos e expostos perante os leitores», acentuou. Um jornal como o *Avante!* destina-se a todos os militantes, simpatizantes e amigos do Partido. Mas não só. «A própria evolução da comunicação social e das exigências das pessoas leva a que o relacionamento com a imprensa do Partido tenha de ser encarado não só como manifestação de militância, mas também como um acto imposto pela necessidade cada vez mais premente de uma informação diferente da que predominantemente é veiculada pelos outros media», afirmou ainda Fernando Correia. Ou seja, uma «informação alternativa, que verdadeiramente ajude a compreender, a desmontar, a reflectir e a agir sobre a realidade».

Ao lado da juventude

Bruno Dias tem 24 anos e é jornalista de formação – mas não de profissão. Numa intervenção feita com base em algumas notas, referiu o «papel do *Avante!* no dar voz a quem, de outro modo, não teria voz». Um dos sectores da sociedade portuguesa a quem o órgão central do PCP dá voz é a juventude. «Os jovens estudantes do ensino secundário têm dinamizado uma luta como há anos não há memória de acontecer com esta dimensão, com esta firmeza e com esta abrangência.»

Sobre esta luta, que já fez sair para a rua quase 200 mil jovens, Bruno Dias refere que «o *Avante!* teve uma ou duas páginas, durante três semanas seguidas, em que aparece uma entrevista a um dirigente associativo e onde se publica o que está de facto em causa». A opinião do ministro, prossegue o orador, «já tem muito tempo de antena». O *Avante!* é, na opinião de Bruno Dias, o único órgão de comunicação em Portugal «que escolhe dar todo o tempo de antena que tem a quem o merece». «Desde o início desta luta – que já dura há mais de um ano –, em que foram necessários vários meses de contactos, de esclarecimento, de explicação aos jovens, de mobilização e de contactos com o movimento associativo, o *Avante!* foi publicando todo este processo, ao mesmo tempo que os estudantes se iam mobilizando», assinalou.

Esta é uma característica inatável do *Avante!*, afirmou Bruno Dias, referindo-se à luta dos estudantes da Universidade de Lisboa, em 1962. Enquanto esta luta foi silenciada e reprimida pelo poder e, fruto da censura, pela comunicação social, «o *Avante!*», na primeira página, em toda a sua largura, apresentava a questão da luta dos milhares de estudantes que saíram à rua», lembrou. Isto demonstra, na sua opinião, que o *Avante!* sempre foi assim, «um jornal de luta, de denúncia e de acção transformadora, como deve ser um jornal comunista».



«Esteve sempre lá...»

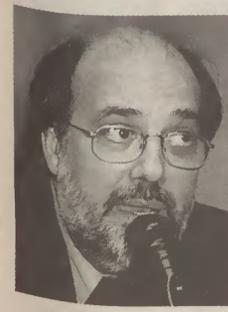
«Falar da relação deste prestigioso jornal com a luta dos trabalhadores, implica necessariamente falar do Partido Comunista Português, do Partido da classe operária e de todos os trabalhadores, que o suporta ideologicamente», afirmou **Arménio Carlos**, coordenador da União de Sindicatos de Lisboa e dirigente do PCP. Para este sindicalista, o *Avante!*, ao longo da sua existência «tem-se assumido como um instrumento de inegável importância para o esclarecimento e formação ideológica de um número muito significativo de trabalhadores», independentemente da sua filiação partidária ou convicções ideológicas. «Durante a longa noite



fascista, o jornal que tem como lema «Proletários de todos os países, uni-vos!» foi o único que, apesar das dificuldades e perigos, esteve sempre lá, nas empresas e nos campos, contando com a cumplicidade de classe dos operários, dos camponeses e dos trabalhadores para chegar a mais um camarada», disse o coordenador da USL antes de referir que, também a seguir à Revolução de Abril, foi o *Avante!* que apoiou a luta dos trabalhadores «na divulgação e implementação de um conjunto de medidas que nos restituíram os direitos individuais e colectivos». Nem só de passado vive o *Avante!*. O sindicalista referiu a importância de um jornal com características do órgão central do PCP numa altura em que, «em simultâneo com a ofensiva económica, desenvolve-se uma outra cujas consequências para os povos e as sociedades não são menores, a ofensiva ideológica». Arménio Carlos considerou que a informação tem um papel decisivo no confronto que opõe exploradores e explorados e assume, nos dias de hoje, um factor determinante na luta dos trabalhadores e que «os nossos adversários dispõem de meios incomparavelmente superiores aos nossos no que respeita a esta área, mas nós temos um trunfo importante, que é o *Avante!*». Para terminar, o membro do Conselho Nacional da CGTP-IN acentuou que o *Avante!* é o jornal «dos que, como nós, acreditam que é possível construir um futuro melhor».

Informar em Portugal e no mundo

Também além-fronteiras o *Avante!* é um instrumento indispensável para a compreensão do que se passa no nosso país e no mundo. Quem o diz é **Rui Paz**, musicólogo emigrado na Alemanha e colaborador da secção internacional do *Avante!*. Esta colaboração, diz, deve-se à constatação de que a informação sobre assuntos que se passam, por exemplo, na Alemanha, «chega, por vezes, deturpada, adaptada a certas conveniências de ordem política, ou é simplesmente ignorada por não caber nos esquemas oficiais». Um exemplo particularmente revelador desta situação é o recente caso de



corrupção envolvendo o ex-chanceler Kohl, em que, disse Rui Paz, a imprensa portuguesa se preparava para abafar a questão. «O *Avante!* publicou então um artigo intitulado «Capital compra Democracia Cristã», todo ele baseado só em dados da imprensa alemã já então existentes», prosseguiu o nosso colaborador para concluir que «só umas semanas mais tarde é que os jornais portugueses se viram obrigados a dar ao assunto a relevância que merecia». Por outro lado, um emigrante que queira saber o que se passa em Portugal tem, no *Avante!*, um instrumento insubstituível. «Já tem acontecido que jornais da emigração publiquem integralmente artigos do *Avante!* por não encontrarem melhor na imprensa portuguesa», afirmou. Esta situação não é de hoje. Nos anos da Revolução de Abril eram milhares os portugueses ávidos de notícias sobre o desenvolvimento da situação política do seu País. «Sem o *Avante!*, e a milhares de quilómetros de distância, não teria sido possível esclarecer e informar o que tanta gente estava ansiosa por saber», prosseguiu Rui Paz para concluir que o órgão central do PCP «está a assumir o papel que sempre representou, sobretudo nos momentos de maior atropelo antidemocrático, isto é, ser o único jornal que seriamente procura mostrar que muito do que nos é impingido como verdadeiro nem sempre corresponde à verdade».

É fácil, faz bem e dá «milhões»

Jorge Cortez confessou-se admirado pelo convite para estar presente na sessão pública de comemoração do septuagésimo aniversário do *Avante!* e considerou que seria o que iria dizer «coisas com menos importância para os camaradas que estão presentes». Este camarada, pouco conhecido entre a maioria dos presentes, é, «tão-só», membro da concelhia de S. João da Madeira, a organização do Partido que, proporcionalmente ao número de militantes que tem, mais jornais vende.

«Após o 25 de Abril, e dissipado o entusiasmo da Revolução, o *Avante!* em S. João da Madeira caiu num profundo desleixo – ficou no Centro de Trabalho, deixou de se entregar e o dinheiro realizado da sua venda passou a ser utilizado para acorrer a outras despesas», contou o membro da concelhia daquele município aveirense. O *Avante!*, continuou, «cortou no crédito, e deixámos de o receber». A dada altura, os militantes de S. João da Madeira, contou Jorge Cortez, começaram a perceber que sem o *Avante!* – e só recebendo informação

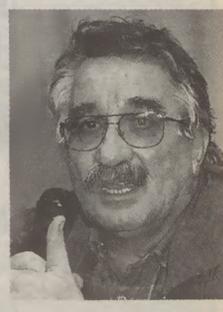


no Centro de Trabalho, deixou de se entregar e o dinheiro realizado da sua venda passou a ser utilizado para acorrer a outras despesas», contou o membro da concelhia daquele município aveirense. O *Avante!*, continuou, «cortou no crédito, e deixámos de o receber». A dada altura, os militantes de S. João da Madeira, contou Jorge Cortez, começaram a perceber que sem o *Avante!* – e só recebendo informação

Duas manifestações de militância

«O *Avante!* é, tal como a Festa, um instrumento da intervenção do Partido», afirmou **Fernando Vicente**, membro do Secretariado da Festa do *Avante!* e do Comité Central do PCP. Tendo como base da sua intervenção apenas umas breves notas, falou exactamente sobre esse segundo instrumento que, segundo considera, não é a Festa de um jornal, mas a Festa de todo o Partido.

«A Festa, realizada desde 1976, veio beber um pouco da tradição dos jornais e do movimento comunista na Europa em que os jornais operários e comunistas davam o nome às festas, que eram grandes momentos de intervenção e de dinamização dos partidos», lembrou. «A Festa começou em 76, porque em 74 e 75, nos chamados «anos de brasa da Revolução», era preciso avançar com a luta e não fazer festas», situação que se alterou a seguir a Novembro de 1975, com a ideia tida por vários camaradas de iniciar a Festa. «Estamos este ano a comemorar os 25 anos da Festa, mas poderíamos estar a comemorar os 80 anos, porque até 1974 ela não se realizou apenas porque não era possível», disse o membro do Comité Central do PCP. Já tendo passado por vários locais – desde a FIL, ao Jamor, Loures, Alto da Ajuda e, agora, Quinta da Ataláia, no Seixal – a Festa é, para Fernando Vicente, uma manifestação de militância, «semelhante ao esforço feito pelos camaradas de S. João da Madeira, trazido aqui pelo camarada Cortez». «A dada altura, houve, no Partido o seguinte sentimento: «basta de andar com a casa às costas, vamos ter um terreno nosso». E daí aquela heróica campanha dos 150 mil contos que nos levou à Amora», recordou. Para terminar, referiu a importância da militância para que esta grande realização que é a Festa do *Avante!* – que este ano se realiza nos dias 7, 8 e 9 de Setembro – seja uma realidade. Na contabilização dos gastos na construção da Festa, Fernando Vicente lembrou à audiência que o factor trabalho não é contabilizado, é, sim, «uma dádiva dos militantes do Partido, e isto tem um valor incommensurável».



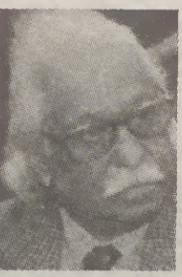


70º aniversário do Avante!

Depoimentos

Votos em mais um aniversário

Aniversários acontecem todos os dias. Mas nem todos os dias são dias, como reza a sabedoria dos povos e a experiência vivida dos tempos que mudam.



haverá a ganhar? Eu, por exemplo, a seguir ao 25 de Abril, perdi o fascínio, sim, o fascínio - feito de temor e ansiedade e a alegria disfarçada de mistura com a rotina revolucionária de receber e distribuir os exemplares do Avante!, que em pequenos pacotes me eram destinados para, das minhas mãos, passarem, um a um, para outras mãos, quantos deles sob o sigilo dos correios e o

anonimato do remetente. Era o tempo da clandestinidade, que para mim durou empenhadamente desde 1954, ou seja, a vida de um «pombo-correio» que durou duas dezenas de anos. Não era um amor, era uma dedicação: tarefa humilde, mas não humilhante, porque era a comunicação necessária e possível na guerra das audiências de então num espaço sem liberdade, uma arma legitimada por convicções e nobres objectivos de informar, denunciar, esclarecer, aliciar, contra a ditadura do silêncio de opinião e o múltiplo jugo da exploração.

Vivia e vivo a utopia da fraternidade, do convívio pacífico, mesmo quando de confronto, e do respeito do homem pelo homem, sem grandes ilusões, isto é, com o realismo militante, que reconhece a sabedoria da idade, mas não emparceira com o envelhecimento. Digo-o como senhor da minha própria voz, que já não é nada nova. O «pombo-correio» deixou de ser,

para voar no céu aberto, quando o Avante!, saído dos corredores obscuros da clandestinidade passou para as bancas dos jornais, mantendo-se portavoiz defensor de direitos e aspirações que salvaguardem todo o cidadão de qualquer forma de discriminações e opressão, enganos e subterfúgios. Por isso, faço votos, hoje e sempre, para que o Avante! se empenhe cada vez mais em ser tribuna da livre expressão de quantos pensam e defendem com sinceridade os ideais que consubstanciam uma esquerda política progressista, actual, activa e vivaz.

Não me recordo de quando foi a última vez que enviei o derradeiro Avante! antes do 25 de Abril, mas sei que a última vez que nele colaborei foi na edição de 8 de Junho de 2000, nas páginas que foram dedicadas ao camarada José Gomes Ferreira, o poeta militante que então faria 100 anos e que um dia declarou que recusava ter mais de 20!

Orlando da Costa Escritor

Conhecer a História

Toda a imprensa escrita é um elemento de estudo indispensável ao conhecimento da História. Nas suas páginas reflecte-se, com maior ou menor fidelidade ou isenção, a vida social, política e económica de um povo, e nelas se avalia também do grau de liberdade e civilização em que vive, ou viveu, esse mesmo povo. Deste panorama comum destaca-se, em Portugal, um caso único, que constitui um elemento incontornável para o conhecimento da nossa história contemporânea. Trata-se, naturalmente, do jornal Avante!, que comemora agora setenta anos de existência, com cerca de meio século transcorrido sob a mais absoluta clandestinidade. Foi graças ao Avante! que, durante os anos da ditadura salazarista, inúmeros portugueses puderam conhecer aquilo que a censura calava, e muitos outros ganhar uma consciência cívica e política. Pode dizer-se, em suma, que o Avante! mergulhava fundo na vida atormentada de um povo sacrificado e



oprimido, dando assim a única voz livre a um país silenciado pela opressão. Por isso, ainda hoje, os historiadores, os escritores, os cronistas, não podem escrever sobre o Portugal salazarista, sem passarem primeiro pelas páginas deste jornal ímpar entre nós. O Avante! merece os nossos parabéns, pelos seus setenta anos de vida, mas eu desejaria sobretudo homenagear a memória dos homens e mulheres - muitas centenas, sem dúvida -, que ao longo de tantos anos lutaram, no anonimato da sua abnegação, sacrificando uma vida normal, e às vezes a liberdade e a própria vida, para que este jornal pudesse ficar, no futuro, como testemunho de uma das épocas mais negras da nossa História.

Mário Ventura Escritor



Em tempos de censura, o Avante! foi uma voz livre. Ao preço de muitos sacrifícios



O dever de crescer

Se calhar, é mesmo insensato pedir mais aos poucos camaradas que fazem o Avante!, mas talvez não o seja se o pedido for feito ao Partido. Quem lê o nosso jornal desde os tempos em que ele era uma folhinha em «papel bíblia» tem ideia de quanto ele cresceu e melhorou. Só que o tempo que vivemos é muito exigente em matéria de informação e análise dos acontecimentos, pelo que não me parece que possamos contentar-nos com o que temos. A verdade é que, depois do encerramento de o diário, o Avante! ficou praticamente como ilha única neste oceano lodoso do pensamento único. Enquanto órgão central do Partido, tem cumprido bem a sua missão fundamental, que é transmitir a orientação política aos militantes. Além disso, todas as semanas nos traz um variado leque de crónicas em que não são raros os casos de excelência e grande oportunidade. Julgo, no entanto, que, dado o actual panorama da

Comunicação Social, é inevitável que os comunistas - e muita gente de recta intenção ou maior exigência informativa - reclamem do Avante! um espaço mais folgado para peças de análise da actualidade nacional e internacional. A globalização económica, a evolução da NATO, as cimeiras de Seattle e de Davos, a questão do Congo, a reunião de Porto Alegre, os despedimentos massivos nos Estados Unidos, os grandes temas em discussão no Parlamento Europeu ou na nossa Assembleia da República, assim como o problema da insegurança nos grandes centros urbanos, a degradação do sistema de saúde, a falência da «paixão» da Educação, a sufocação da agricultura e os consequentes processos de desertificação do interior, a produção cultural e os comportamentos sociais são alguns dos muitos temas de actualidade que o Avante! devia tratar com a profundidade exigível. Seria não só uma forma de tornar o nosso jornal indispensável a muito mais leitores, mas também uma resposta insubmissa ao pensamento único e um precioso apoio a quem está confinado ao que vai lendo, ouvindo ou vendo nos media portugueses, que tão diligentemente acataram a moda da informação espectáculo ao mesmo tempo que iam escorregando do modelo informativo para o modelo comunicativo que tudo reduz, deforma e descontextualiza. Ah, já me ia esquecendo do principal: Parabéns ao Avante! pela sua juventude aos 70 anos!

Carlos Coutinho Jornalista

Avante! logo and address: Rua de 4 de Maio de 1974, 44 - 104-VII, Lisboa. Tel: 772284. Distribuição: 10 exemplares por mês.

O «AVANTE!» LEGAL! O «Avante!» é o primeiro jornal legal. Desde 1974, o jornal passou a ser publicado legalmente em Portugal. Este anúncio celebra o aniversário de 25 anos da legalização do jornal.



OS COMUNISTAS NO GOVERNO PROVISÓRIO

Após de ser constituído o Governo Provisório, a participação dos comunistas no governo tornou-se uma realidade. Este anúncio celebra o aniversário de 25 anos da legalização do jornal.

OS TRABALHADORES E A INTERSINDICAL

Abandonado há cerca de 25 décadas, o intersindicalismo tem vindo a ganhar importância. Este anúncio celebra o aniversário de 25 anos da legalização do jornal.

O general Spínola na Presidência da República

Spínola foi o primeiro general a ocupar a Presidência da República Portuguesa. Este anúncio celebra o aniversário de 25 anos da legalização do jornal.

No dia 17 de Maio de 1974, menos de um mês decorrido após o 25 de Abril, o primeiro Avante! legal está na rua. Foi disputado em todo o País e a tiragem deste número atingiu o meio milhão de exemplares. Anunciava a participação dos comunistas no Governo Provisório. O que garantia à partida o empenho e a influência do PCP na Revolução que nascia e tomava alento, com base na aliança que desde a primeira hora se formou entre o Povo e o MFA. Quem quiser saber o que foi Abril e as suas conquistas, a participação dos trabalhadores e das largas massas no aprofundamento da democracia, na sua institucionalização e consagração de direitos e liberdades, quem quiser saber o que foi a luta heróica travada pela Reforma Agrária, pelas Nacionalizações, pelo controlo operário, quem quiser saber da solidariedade internacionalista e da batalha pela consagração da independência dos países dominados pelo colonialismo português, quem quiser saber da Revolução, leia o Avante! desses tempos. Está lá o essencial.

Parabéns, camarada Avante!

Imagem que ao falar do *Avante!* (um rapaz da minha idade) me sinto mais romântico do que o marxista que há tantos anos (quase 50) procuro ser. O que eu recorde, acima de tudo, do jornalzinho de papel bíblia dos anos 60 é o que nós próprios éramos nesses tempos: jovens revoltados, como é próprio da idade, mas com uma diferença essencial em relação aos outros, burgueses ou não. Queríamos compreender o mundo que mal conhecíamos, o do trabalho, o do campo, o dos explorados. E o *Avante!* fazia a diferença, era um

testemunho que passávamos de mão em mão, um gesto de fraternidade que nos aquecia o coração. Veio depois Abril e a grande festa da



liberdade. Será vaidade, talvez até sectarismo mas acho que ninguém viveu essa festa como a viveram os comunistas. Os comícios! As manifs! Quantos desconhecidos abraçávamos como irmãos! E lá estava, como

Nos 70 anos do Avante!

Era um tempo de mordanças e de sombras. Mas também de combate e de resistência. Controlada despoticamente pela censura, a imprensa legal ocultava, escamoteava e, nos casos mais repugnantes de subserviência, deformava a imagem real do país. Mas, na clandestinidade, um jornal dava notícia da miséria do povo português, denunciava a repressão, reivindicava a liberdade.

A primeira vez que o li foi em Mafra, quando ali prestava o serviço militar. Recebi-o das mãos de um amigo, cadete miliciano como eu, que me entregou tão dobrado que cabia na dobra dumas calças, na palma da mão. Era um povo em luta pelo seu destino que pulsava naquelas folhas, toscamente impressas



em papel que se diria de mortalha. Depois, encontrei muitos outros exemplares incorporados nas páginas de processos políticos em que intervim como

advogado de defesa. Exemplares cuja posse era bastante para condenar, sem mais provas, em julgamentos que eram arremedos de justiça aquele que os traziam consigo - ou que a polícia, para os incriminar, assim pretendia.

E sempre que o lia, era a voz de um povo insubmisso que soava aos meus ouvidos.

Setenta anos depois da publicação do seu primeiro número, o *Avante!* - concorde-se ou não com determinadas posições pontuais - mas não é isso inerente à Democracia por que ele sempre lutou? -, e embora pudéssemos desejá-lo mais aberto ao livre debate das ideias, continua a manter-se fiel ao programa que, em tempo de mordanças e de sombras, determinou o seu aparecimento.

E mais: em tempo de submissão, o *Avante!*, como poucos mais, salvou a dignidade da imprensa portuguesa.

● Luiz Francisco Rebello
Dramaturgo

Companheiro de Abril

Avante! é 70 anos de luta pela liberdade, pela justiça social, pelas legítimas aspirações dos trabalhadores e do povo português. São 43 anos de luta contra a ditadura fascista-colonialista, nas duras condições da clandestinidade. São 27 anos de luta pela Revolução de Abril, pelas suas conquistas, e pela defesa destas. Os heróicos obreiros do *Avante!* clandestino, homens, mulheres e jovens muitos deles bem jovens, correram riscos de morte e, mesmo, alguns deles, encontraram a morte. Corajosa, abnegada e generosamente, acima da sua vida, colocaram os ideais de libertação do povo e a luta pela sua realização concreta. *Avante!* é destacada contribuição para a criação de condições objectivas, entre os trabalhadores e a população, para o derrubamento do fascismo-colonialismo, para a libertação dos povos das colónias portuguesas, para a instauração e consolidação da democracia após o 25 de



Abril, para a aliança Povo-MFA, e para que fossem alcançadas as conquistas democráticas, a caminho do socialismo. *Avante!* é empenhamento

esclarecedor, mobilizador, activo contra a política prosseguida pelos sucessivos governos desde 1976, de não cumprimento e de subversão da Constituição da República, de destruição das conquistas democráticas, da restauração capitalista e de perdas continuadas de soberania e de independência nacionais.

Avante! convoca hoje a nossa população contra a participação, directa ou indirecta, de Portugal na agressão imperialista contra os povos dos Balcãs. *Avante!* é, pois, uma voz de Abril, um companheiro de Abril.

● Vasco Gonçalves
General

Parabéns, Avante!

Parabéns ao *Avante!*, o jornal que confunde a sua história com a própria história da resistência à ditadura no nosso país. Parabéns ao *Avante!*, o jornal que no tempo do pensamento vigiado e único, da verdade oficial, da paz podre dos cemitérios, foi a voz livre contra a censura, o espaço de apelo à participação, a semente de esperança para muitos. É pois a esse *Avante!*, a esse jornal com tão precioso património, que dou os meus parabéns ao



contemplar tão bela idade. Parabéns, aos que quotidianamente lhe dão forma e sentido. Parabéns e votos para que, neste tempo radicalmente novo, se mantenha como um espaço aberto, vivo, diversificado, comprometido com o presente e com os combates pelo futuro!

● Isabel Castro
Deputada do Partido Ecologista Os Verdes

Reflectir para agir

Um jornal deve informar, para isso nasceu. Sendo obra de pessoas com ideias a respeito da vida e do mundo, estranho seria se não tivesse opiniões. E, havendo no mundo e na vida tantas coisas por entender, mau serviço prestaria se as não investigasse. Portanto, um jornal deverá informar, deverá opinar e deverá investigar. Ao longo da sua existência, primeiro nas sombras da clandestinidade, agora à luz intermitente da democracia, o *Avante!* cumpriu essas três funções de maneira no geral satisfatória, sujeito, muitas vezes, a ter de capear ventos de fora e marés de dentro. Creio que o *Avante!* necessita ser também, e cada vez mais, um espaço de reflexão que, sem renunciar ao exame das flutuações políticas, económicas e sociais de conjuntura, se abra ao estudo das grandes questões do nosso tempo que nos estão interpelando, como, por exemplo, a possibilidade (ou já a previsibilidade?) de que a globalização seja, afinal, uma forma nova de totalitarismo. Não sei se o PCP, como se augura no final das *Teses* do último Congresso, vai ser o grande partido do século XXI,



mas sei que nunca o conseguirei pensar que é da glosa infinita de antigas ideias (a justeza delas não lhes concedeu a eternidade) que poderão nascer (como uma árvore nasce de outra) ideias novas capazes de rejuvenescer o espírito e novamente mobilizar as vontades.

Não tenho em grande apreço as chamadas «palavras de ordem», mas atrever-me-ei a propor uma: reflectir para agir. É esta a minha mensagem para o aniversário do *Avante!*.

● José Saramago
Escritor

15 Fevereiro 1991

AVANTE!

AO PROLETARIADO DE PORTUGAL

70º
aniversário
do Avante!

Depoimentos

Por melhor que seja, um jornal precisa de adaptar-se aos tempos que correm, às necessidades novas, a novas atenções e problemas, até a novos gostos. Sempre foi assim também com o *Avante!*. Depois de ensaiar algumas remodelações - sendo de assinalar o êxito da criação de um suplemento que introduziu grandes reportagens sobre as mais variadas realidades e artigos sobre temas diversificados - surgiu a necessidade de modificar o formato do jornal, correspondendo à exigência de numerosos leitores. Assim se fez. Mas fez-se mais, não ficámos pelo formato «reduzido» a tablóide, abrindo-se as nossas páginas à colaboração de camaradas cuja actividade e conhecimento de áreas específicas contribuíram para um maior aprofundamento e tratamento de problemas de grande actualidade. As questões centrais, porém, continuaram a ocupar as nossas páginas, com atenção redobrada às lutas dos trabalhadores e à actividade do Partido.

Avante!
Semanário
4 de Abril de 1991
Preço: 100\$00
40-500
Diretor:
António Das Lourenço

Proletários de todos os países UNI-VOS
Orgão Central do Partido Comunista Português

Jerónimos em risco

Santana Lopes pede esmolas para fingir que salva o património cultural

Congresso dos Metalúrgicos
Ocupação e luta por melhores condições de trabalho

Assembleia de Organização em Portalegre

«Povo Trabalhador é insubmisso»
A luta continua

Câmara de Oeiras em tribunal

Os resultados do referendo na URSS
78% dos votantes votaram em «Sim»

Cartas do Leitor



70°
aniversário
do **Avante!**



Nas mãos do Partido

O *Avante!* faz-se para ser lido. Como uma voz se modula para ser ouvida. Em tempos que felizmente já lá vão, o jornal do Partido chegava aos lugares mais recônditos do País e muitas das viagens, para além dos perigos, eram verdadeiras e esforçadas aventuras e desafiavam a imaginação, a coragem e... os músculos. Foi distribuído de bicicleta, uma destas que a gravura mostra e que já esteve em exposição. Para que se não esqueça como foi antes. Hoje, distribuído também no circuito comercial, o fundamental da sua ligação aos leitores continua a ser através da distribuição militante. No último ano, os números demonstram que o nosso jornal é mais divulgado e lido. Mas há ainda muito a fazer neste domínio. Lá onde as organizações consideram a divulgação do órgão central do PCP como uma tarefa política, a tiragem sobe. Pelas mãos do Partido.



Assinaturas

Um dos modos mais seguros de receber o *Avante!* - sobretudo se o leitor morar afastado de um Centro de Trabalho do Partido ou se os seus afazeres lhe não dão tempo sequer de adquiri-lo no quiosque mais próximo - é o de fazer uma assinatura. Aqui relembramos as condições e a respectiva tabela.

Tabela de assinaturas*

(IVA e portes incluídos)

Portugal

(Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 8100\$00

25 números: 4200\$00

Europa

50 números: 21 850\$00

Extra-Europa

50 números: 30 600\$00

Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe e Macau

50 números: 23 000\$00

* Enviar para Editorial «Avante!» nome, morada com código postal e telefone a acompanhar cheque ou vale de correio.

Assinaturas

Av. Gago Coutinho, 121

1700 Lisboa

Tele.: 213 429 836

Órgão Central do Partido Comunista Português
Semanário
edição 1986
Preço: 1,850\$00 IVA incluído
17 de Fevereiro de 2001
N.º 1508
Director: José Casanova

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Avante!

Jovens da PT, TMN e Telcel falam ao «Avante!»

Tecnologias da exploração

As empresas de telecomunicações generalizam de pessoal abusando do trabalho temporário

Descontentamento aumenta e tornam-se represálias, a pior das quais é o despedimento

Pág. 5

Carlos Carvalhas em entrevista

«Um Partido de luta e de proposta»

Centrais

O Secretário-Geral do PCP fala ao «Avante!» sobre a preparação do XVI Congresso do Partido e sobre a situação política actual. O frequentador do Partido para 2000, a política de direitos do PS, as prioridades e as questões ligadas com a integração europeia também merecem a atenção de Carlos Carvalhas nesta entrevista que assinala ainda o aniversário do novo jornal.

No 10.º aniversário

O «Avante!» remodelado

Um novo jornal faz 70 anos no passado dia 15 e chega às mãos dos seus leitores remodelado graficamente, com nova organização gráfica, novos relacionamentos e novas músicas de interesse.

José Saramago «Partes de África» Pág. 22

Alvaro Cunhal nas comemorações dos 25 anos da 1.ª Conferência dos Trabalhadores Agrícolas do Sul Pág. 11

E chegou a hora de mais uma remodelação importante na vida do nosso jornal. A par de novo grafismo que visa tornar mais atraente a leitura, do encurtamento e diversificação de textos que renovam o interesse dos leitores, o *Avante!*, há precisamente um ano, surgiu renovado nas bancas e nas organizações do Partido que o distribuem. Novas colaborações o vieram enriquecer, num âmbito alargado de interesses, novas secções o animam, como a que se dedica a noticiar e a tratar os problemas que afectam a juventude. Correspondentes escrevendo em outras partes do mundo dão-nos não só as notícias que a restante imprensa não veicula como comentam a realidade distante e as lutas anticapitalistas e anti-imperialistas que não deixam de eclodir. Um *Avante!* novo? Não. Apenas renovado e acompanhando o tempo. Porque o *Avante!* é sempre o mesmo. Órgão central do PCP. Com 70 anos. E muito futuro.



Créditos a trabalhadores por processos de falência

Acabar com a morosidade

Fazer justiça aos trabalhadores, eis, em síntese, a grande máxima que dá sentido ao projecto de lei do PCP que institui um sistema de reparação a quantos são afectados pela morosidade da Justiça na resolução de processos de falência.

A submeter hoje à votação dos deputados, depois de ter estado em debate na semana transacta, o diploma prevê ainda no seu articulado o reforço dos privilégios dos créditos laborais, introduzindo designadamente mecanismos no processo especial de falência que garantam aos trabalhadores o recebimento mais célere dos créditos a que têm direito.

Aparentemente sintonizado com o essencial das preocupações expressas pela bancada comunista, o PS deu sinais de alguma abertura quanto à necessidade de adoptar medidas que dêem resposta às questões colocadas. O que, a confirmar-se essa vontade de resolver os problemas, poderá significar a viabilização do projecto de lei do PCP durante o período de votações regimentalmente previsto para logo à tarde.

Trata-se, com efeito, de uma questão fortemente sentida por milhares de trabalhadores. Só no distrito de Lisboa, segundo dados recentemente divulgados pela União dos Sindicatos, os montantes das dívidas das entidades patronais a esses trabalhadores atingem uma dimensão brutal, de tal modo que Odete Santos, falando em nome do Grupo comunista, classificou a situação de verdadeiro «escândalo social».

Não hesitou mesmo em considerar que hoje, em

Portugal, há muito trabalho que é prestado gratuitamente. Vários são os factores que concorrem para esta realidade. Desde logo, segundo Odete Santos, os salários em atraso, mas também o refinamento das formas de apropriação das mais-valias, bem como a deslocalização de empresas (enceram para abrir noutro local, por

Só no distrito de Lisboa, no ano passado, as dívidas aos trabalhadores ultrapassaram os 22 milhões de contos

vezes com o mesmo equipamento embora com outro nome). Apontadas como causas são ainda os processos de fusão, divisão e agrupamentos complementares de empresas, onde o traço



Os trabalhadores da Mundet, passados 13 anos sobre o processo de falência, ainda não receberam um tostão dos créditos que lhes são devidos

comum é muitas vezes o recurso das administrações a formas cada vez mais sofisticadas para não pagar aos trabalhadores a retribuição do seu trabalho.

Não sendo esta uma situa-

ção nova - há processos que remontam à década de 70 -, o que é mais grave é que este «esbulho e usurpação à vida e felicidade dos trabalhadores e suas famílias» não só se mantenha com

total impunidade como esteja a assistir-se outra vez a um surto de novos encerramentos e falências de empresas que avolumam os montantes da dívida aos trabalhadores.

É o caso da Lanalco, em Lisboa, cujo encerramento representou a eliminação de 109 postos de trabalho e uma dívida aos seus trabalhadores que ascende a 350 mil contos, ou da Kallen, em Alenquer, que deixou no desemprego 124 trabalhadores, a quem deve cerca de 300 mil contos.

O que está em causa, pois, perante este quadro, é a garantia do efectivo acesso ao Direito e aos tribunais. E é nesse objectivo que se revê o projecto de lei do PCP, para quem constitui uma «gritante injustiça» não reparar os danos causados pela morosidade da Justiça.

Por isso as medidas agora preconizadas, reformulando, por um lado, o sistema de privilégios dos créditos dos trabalhadores constante da lei dos salários em atraso e do Código Civil e introduzindo, por outro lado, mecanismos no processo especial de falência que garantam maior celeridade no pagamento de créditos devidos aos trabalhadores.

Uma lista negra

São um autêntico escândalo social as dívidas das entidades patronais aos trabalhadores. Uma pequena amostra dessa vergonhosa situação deu-a Odete Santos, citando, na sua intervenção, alguns dados recentemente divulgados pela União dos Sindicatos de Lisboa, reportados apenas a este distrito.

Num total de 112 empresas pertencentes a 13 sectores de actividade, o total de dívidas aos trabalhadores, no ano passado, situava-se em vinte e dois milhões noventa e cinco mil e trezentos e nove contos.

Relativamente ao ano anterior as dívidas aumentaram 2 milhões de contos, como aumentou o número de empresas envolvidas, subindo, de um ano para o outro, em 37.

Teias de aranha e muito pó devem ter os processos relativos a algumas destas empresas, tal o número de anos que por eles já passou. Em 100 empresas, três têm processos que ainda remontam à década de 70; 12 processos começaram na década de 80; 42 processos iniciaram-se num período compreendido entre 1990 e 1995. Na sua maioria os processos estão na fase de decisão há mais de 5 anos.

Eis algumas dessas empresas: **Novobra** no concelho

de Alenquer, já encerrada, com dívidas aos trabalhadores desde 1988; **Enobra** no concelho da Amadora, já encerrada, com dívidas a 300 trabalhadores, desde 1979, no montante de 200 mil contos; **Valura** no concelho de Vila Franca de Xira, com dívidas aos trabalhadores desde 1989 no montante de 50 mil contos; **Salles Caldeira** no concelho de Sintra, com dívidas a 114 trabalhadores, desde 1981, no montante de 102 mil contos; **Auto Portuguesa** do sector da Metalurgia, já encerrada, com processo em Tribunal desde 1978, e devendo a 22 trabalhadores 2.450 contos; **Empresa Sousa Braga**, também do sector da Metalurgia, com processo em Tribunal desde 1980, devendo aos seus 13 trabalhadores mais de 3 mil contos.

Este quadro repete-se em vários outros distritos do País, como Porto, Aveiro, Setúbal. Neste último, por exemplo, ocorre um caso paradigmático: a **Mundet**, empresa já encerrada há longos anos, com processo de falência no Tribunal do Seixal desde 1988. Apesar da falência ter sido decretada há muito e de, inclusivamente, o património já ter sido liquidado, a verdade é que os trabalhadores ainda não receberam um tostão dos créditos que reclamaram.

Despedimentos na Clark

Governo sem reacção

O deputado comunista Vicente Merendas acusou o Executivo do PS de total passividade perante a decisão da empresa Clark encerrar as suas portas e despedir 368 trabalhadores. «Não se trata de uma reacção frouxa do Governo português; o que se verifica é que não há reacção nenhuma», sublinhou o parlamentar do PCP, que alertou igualmente para a multiplicação de «processos de deslocalização selvagem de empresas», em relação aos quais, em sua opinião, nada igualmente está a ser feito.

«Será que os interesses e estratégias das multinacionais dominam cada vez mais a mancha rosa do poder político?», questionou ainda Vicente Merendas, dirigindo-

-se ao secretário de Estado do Emprego, Pedro Pedrosa, presente na sessão de perguntas ao Governo que preenche habitualmente a agenda parlamentar de sexta-feira.

Respondendo à interpelação do deputado do PCP, aquele membro do Executivo, depois de reconhecer que a Clark beneficiou da isenção do pagamento de contribuições à Segurança Social dos trabalhadores em primeiro emprego, acabou por confessar-se incapaz para actuar caso se concretize o intento da multinacional inglesa. Afirmou ainda não existir qualquer processo de despedimento colectivo mas sim de «rescisões voluntárias», escamoteando que estas são o

resultado das forte pressão e da chantagem exercida sobre os trabalhadores (ou aceitam hoje as condições propostas ou amanhã não há nada para ninguém...).

Vicente Merendas exigira antes a urgente intervenção do Executivo com vista a salvaguardar os postos de trabalho, lembrando, a propósito, que já em Março de 1999 fora aprovada pela Assembleia da República uma Resolução proposta pelo PCP com o objectivo de disciplinar e precaver situações desta natureza. Também neste plano foi manifesta a ausência de qualquer medida por parte do Governo, o que levou o deputado do PCP a acusá-lo de «ignorar a vontade política mani-

festada pela Assembleia da República».

Não à deslocalização selvagem

Em face disso, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou um novo projecto de resolução preconizando a adopção de medidas contra a deslocalização de empresas. Entregue no final da passada semana, o texto regista a manutenção da «ausência de regras que disciplinem os processos de deslocalização selvagem, que tornem mais transparente o Investimento Directo Estrangeiro, que assegurem aos trabalhadores e países ou regiões atingidas as necessárias compensações

que apoiem as pequenas e médias empresas subcontractadas vítimas de decisões de deslocalização».

Depois de considerar «incompreensível» a atitude do Governo de ignorar a Resolução aprovada em 1999, o texto subscrito pela bancada do PCP propõe que a Assembleia da República se pronuncie pela «necessidade de o Governo suscitar nas instâncias internacionais adequadas (União Europeia, OCDE, OMC, ONU) o debate e a adopção de medidas visando disciplinar o investimento directo estrangeiro e os processos de deslocalização de empresas».

Defendida é também a «revelação pública dos contratos e ajudas outorgadas em

caso de deslocalização de empresas», bem como a necessidade de o Governo «alterar a legislação sobre indemnizações por despedimentos, aumentando os valores a pagar aos trabalhadores que perdem o seu emprego» em resultado de processos desta natureza.

Destaque merece ainda a defesa de um «programa público de apoio às autarquias de municípios vítimas de prejuízos decorrentes da deslocalização, bem como às pequenas e médias empresas subcontractadas de transnacionais» que «levantam a tenda» e partem para outras paragens onde conseguem aumentar os lucros à custa da intensificação da exploração do factor trabalho.

• Sandra Pimenta

Jovens agricultores sem futuro na UE

«**S**e tens entre 18 e 40 anos e não sabes o que fazer do teu futuro, junta-te a nós e vem vencer na agricultura!» Esta bem poderá ser a frase publicitária, em jeito de apelo, que daqui a 20 anos inundará as televisões e restantes órgãos de comunicação social na Europa, de forma a aliciar jovens agricultores para o sector. Vem isto a propósito de um estudo encomendado pela Direcção-Geral de Estudos do Parlamento Europeu (Divisão de Agricultura, Pescas, Florestas e Desenvolvimento Rural), que constata uma redução de 28 por cento de jovens agricultores na União Europeia (UE), entre 1990 e 1997. Mas o mais grave é que as previsões apontam para a continuação desde decréscimo nos próximos anos, podendo mesmo levar ao desaparecimento completo de jovens na agricultura em 2020. A reestruturação permanente do sector e as políticas que são impostas a todos os estados-membros, têm conduzido a agricultura a uma situação económica medíocre que não

Ausência de estratégia

O futuro dos jovens agricultores depende da política agrícola comum (PAC), a primeira das políticas integradas da Comunidade, que mobiliza cerca de metade dos recursos orçamentais. No quadro da agenda 2000 até 2007, as suas linhas directrizes foram reformuladas no sentido de uma maior concentração das terras, da intensificação produtiva, da progressiva verticalização das produções agrícolas, com consequências na desertificação e despovoamento rural, como o provam o declínio no emprego e nas explorações de cerca de 22 por cento e 20 por cento, respectivamente, desde 1990. Quanto aos jovens agricultores não se prevêem medidas de fundo. A UE alega que o seu campo de acção é muito restrito porque não constituem um grupo homogéneo (filhos de agricultores, estudantes das escolas especializadas e jovens que desejam instalar-se no campo), e como tal, os seus objectivos não coincidem necessariamente.

Alguns desejam prosseguir uma agricultura de tipo familiar, outros desejam inovar e diversificar a sua actividade, ao passo que outros sonham com uma agricultura empresarial em grande escala. Em teoria afirma-se que os jovens agricultores devem assumir o futuro do sector na UE, mas as medidas e incentivos para que tal aconteça fazem com que esse desejo se torne utópico para muitos jovens. Sem metas e estratégias específicas, não será possível apoiar nem motivar

os jovens a apostarem na agricultura. Para que este sector se torne mais apelativo para os jovens agricultores, a UE tem de apostar numa produção agrícola sustentável e de qualidade, que contribua para a produção de produtos seguros e de alto valor acrescentado, o que passa por apoios à agricultura biológica, às raças autóctones e ao reforço das denominações de origem, assim como pela criação de mecanismos de apoio aos produtos regionais de qualidade e a um melhor desenvolvimento do ensino e da formação especializada.



oferece perspectivas aos jovens. As enormes dificuldades resultam essencialmente dos custos excessivos de instalação, do preço elevado da terra e do arrendamento, do custo das máquinas, dos custos ligados à melhoria da exploração, de problemas relacionados com a sucessão, assim como problemas de ordem social (prestações de segurança social insuficientes para as mulheres, vida cultural e social limitada). O êxodo rural isola cada vez mais os que continuam a exercer a profissão, vendo-se muitas vezes privados de um ensino e formação adequados.

A CE quer poupar nas ajudas para pagar crise das «vacas loucas»

Penalizações inaceitáveis

A redução das ajudas à produção de bovinos irá diminuir em nove mil o total de cabeças de gado em Portugal elegíveis para os apoios comunitários.

Esta medida anunciada na terça-feira pela Comissão Europeia tem o objectivo de fazer frente à crise provocada pela BSE, simultaneamente através da redução da produção de carne e da obtenção de poupanças.

No que respeita a Portugal, a proposta, segundo fonte citada pela Agência Lusa, prevê uma redução dos actuais 170 mil bovinos elegíveis para os prémios comunitários para 165.876. As actuais ajudas à produção são de 27 contos por bovino macho e 37 por touro.

A proposta será analisada já na próxima segunda-feira, na reunião do comité específico de agricultura da União Europeia, bem como no conselho de ministros dos Quinze do próximo dia 26.

Entre os estados-membros, a Holanda será das mais prejudicadas, já que os actuais 157.923 animais elegíveis para as ajudas ficarão reduzidos a 84 mil, o que significa uma diminuição de cerca de 47 por cento. Significativa é igual-

mente a redução da Espanha, que passa dos actuais 714 mil bovinos com direito a ajuda para perto de 610 mil. Bruxelas planeia deste modo obter em 2003 uma poupança de 178 milhões de euros (35,6 milhões de contos).

A proposta de Franz Fischler modifica ainda o método de cálculo dos animais elegíveis para os apoios à produção extensiva: actualmente as ajudas são pagas às explorações para uma densidade de duas cabeças por hectare. O comissário quer baixar este número para 1,8 animais.

O combate à BSE já obrigou este ano a União Europeia a um orçamento rectificativo de 194 milhões de contos, um montante considerado já insuficiente para combater a segunda crise da doença das vacas loucas.

CNA rejeita penalizações

Em comunicado, a Confederação Nacional da Agri-

cultura (CNA) rejeita qualquer redução das ajudas, sublinhando que a doença das vacas loucas, sendo «uma situação excepcional», exige da União Europeia uma dotação especial.

Por outro lado, a CNA recorda que a reforma da Política Agrícola Comum já alterou a Organização Comum de Mercado da carne de bovino o que se traduziu numa perda significativa dos rendimentos do produtor. «A baixa do preço de intervenção foi de 20 por cento e não é compensada, nem de perto nem de longe, pelo aumento das ajudas directas nem por novas ajudas», afirma Confederação, que avalia as perdas relativamente à situação anterior em cerca de 30 a 50 por cento.

Por tudo isto, a CNA considera inaceitáveis mais penalizações motivadas por razões orçamentais decorrentes da BSE, tanto mais que terão «reflexos não apenas nos tradicionais países excedentários e exportadores, mas também em países altamente deficitários e importadores», como é o caso de Portugal que anualmente importa cerca de mil toneladas de carne de bovino.

Fiscalizar reestruturações

O Parlamento Europeu aprovou um resolução que chama a atenção para as consequências sociais da reestruturação industrial e exige medidas que preservem os direitos dos trabalhadores.

Os deputados do PCP favoravelmente o texto, apesar de o considerarem limitado, como frisou Ilda Figueiredo. Na sua declaração de voto, a deputada lembrou que em Portugal, como em diversos países da União Europeia, «a reestruturação industrial tem sido acompanhada de despedimentos de milhares de trabalhadores, de aumento da precarização do emprego e de inúmeros custos económicos e sociais, designadamente para os países e zonas directamente envolvidas, pondo

em causa a sua coesão económica e social».

Só nos últimos meses, frisou «foram ameaçados de despedimento, pré-reforma ou pressionados a rescisão amigável dos seus contratos de trabalho, milhares de trabalhadores de diversas empresas da metalurgia, indústria naval, indústrias eléctricas, calçado, têxtil e vestuário, designadamente de empresas do gupo Siderurgia Nacional, do grupo ABB, da Renault, Setenave e Lisnave, Indelma / Simens, J.C.Clark e Vesticom».

«Esta situação extremamente grave exige especial atenção quer dos governos dos estados-membros, quer dos órgãos comunitários no sentido de alterar as suas políticas para dar especial

prioridade ao respeito dos direitos dos trabalhadores, ao emprego de qualidade e à coesão económica e social das zonas onde estão instaladas as empresas que querem encerrar e/ou deslocalizar as suas unidades industriais.»

Os deputados exigem igualmente que a Comissão apresente com urgência uma proposta de alteração das directivas relativas à instituição de um conselho de empresas europeu, dos despedimentos colectivos, das transferências de empresas e sobre a informação e consulta dos trabalhadores tendo em vista exigir e fiscalizar o cumprimento integral dos direitos dos trabalhadores em todos os processos de reestruturação, fusão e deslocalização de empresas industriais.

Ecofin censura Irlanda

Os ministros da Economia e Finanças da União Europeia (Ecofin) adoptaram pela primeira na história da comunidade uma decisão que censura um orçamento de um estado-membro – a Irlanda – ao qual foi recomendado que adopte medidas orçamentais compensatórias durante o corrente ano fiscal.

Na base desta decisão está

apenas o temor de que a economia da Irlanda «sobreaqueça». Isto porque o país que apresenta das melhores performances económicas da UE – tendo saneado as contas públicas e apresentando mesmo um excedente orçamental de 4,7 por cento no ano passado – continua a crescer a ritmos acelerados.

Os estados, depois de terem abdicado da política

monetária em favor do Banco Europeu, de terem aceite os apertados limites dos défices públicos impostos pelos critérios de convergência, e de terem de reformular as políticas fiscais com vista a uma harmonização europeia, vêem-se agora na contingência de perderem o controlo sobre o principal instrumento de poder – o Orçamento de Estado.

CE proíbe ajudas à TAP

A Comissão Europeia reafirmou na segunda-feira que o Governo português não poderá conceder ajudas a fundo perdido à TAP, nem mesmo tendo em conta a situação de excepção criada com a ruptura do acordo com a Swissair. No entanto, Bruxelas admite a possibilidade de serem injectados capitais públicos na empresa desde que o Governo aja como «um investidor privado», segundo disse a comissária Loyola de Palacio, dando a entender que só apoiará um plano de viabilização desde que o Governo imponha cortes drásticos na TAP. A decisão final dependerá assim do tipo de plano de reestruturação que o ministro Jorge Coelho irá apresentar dentro de dois meses para garantir a viabilidade da empresa até ao fim de 2003. Como a história se costuma repetir nestes casos, os primeiros a sofrer serão mais uma vez os trabalhadores...

Suécia contra antimíssil

A Suécia apelou na passada semana aos Estados Unidos para que abandonem o sistema de defesa antimíssil (NMD), considerando que este irá pôr em causa os esforços mundiais para o controlo do armamento. «Apelamos aos Estados Unidos para que estudem as consequências deste sistema de defesa sobre o desarmamento e a não-proliferação de armas e para que não continuem este projecto», declarou no parlamento a ministra dos Negócios Estrangeiros sueca, Anna Lindh. O sistema de defesa antimíssil é uma das prioridades do presidente norte-americano, George W. Bush, que, contrariamente ao projecto de Bill Clinton, se limitava ao território norte-americano, prevê o seu alargamento aos aliados europeus.

Regiões defendem autonomia

O presidente do Comité de Relações Institucionais da Assembleia das Regiões da Europa (ARE) pronunciou-se por uma clara delimitação de competências ao nível da UE de forma a não afectar princípio da autonomia nacional e regional. Willi Staehle, que falava numa reunião realizada na sexta-feira, em Berlim, defendeu ainda a criação de uma autoridade independente «que zele pelo respeito» destas competências. A ARE, a que pertencem várias regiões portuguesas, foi fundada em 1985 com o objectivo de promover o regionalismo a nível europeu e a criação de redes de contactos directos entre as regiões. Engloba cerca de 300 regiões de 26 países, que no total perfazem 400 milhões de habitantes; tem sede em Estrasburgo e é presidida actualmente pela austríaca Liese Prokop, vice-governadora da região da Baixa-Áustria.



Milhões de pobres podem «desaparecer» administrativamente das estatísticas europeias

Conselho da Primavera Liberalização acelerada

A chamada estratégia de Lisboa, apresentada como «defensora do emprego», veio dar de facto um forte impulso «ao processo de liberalização de sectores fundamentais da economia».

Esta é posição da eurodeputada, do PCP, Ilda Figueiredo, que se preparava ontem para intervir no debate sobre Conselho Europeu da Primavera que vai analisar os progressos realizados desde a Cimeira de Lisboa.

A deputada observa os «bons resultados» que a Comissão considera no seu relatório referem-se «à liberalização do último quilómetro da rede de telecomunicações, à criação de um quadro legislativo para o comércio electrónico, à definição do estatuto da sociedade europeia, e, simultaneamente, lamentando o que considera atrasos no que se refere à regulamentação dos contratos públicos, à liberalização dos mercados

do gás, electricidade e serviços postais».

Ou seja, explica Ilda Figueiredo, «a Comissão - cedendo em toda a linha às pressões das multinacionais para a criação de novas oportunidades de negócios, de mais ganhos e maiores lucros - insiste na necessidade de avançar ainda mais rapidamente na liberalização completa dos mais variados sectores, incluindo os serviços públicos, e num caminhar mais acelerado no mercado de capitais englobando na regulamentação dos serviços financeiros, tendo por objectivo incentivar os fundos de pensões e outros, à custa de maiores ataques à segurança social pública e a outros serviços públicos es-

senciais, designadamente nas áreas da saúde e educação».

Área social secundarizada

Em contrapartida, acrescenta, «na área social, apesar das declarações de intenções, adiam-se decisões fundamentais na área da defesa dos direitos dos trabalhadores nas mais de 300 fusões anuais de empresas europeias do sector industrial e do seu cortejo de despedimentos, desemprego e sofrimento dos trabalhadores atingidos, de agravamento das desigualdades sociais e assimetrias regionais».

Ilda Figueiredo nota ainda que, simultaneamente, «retomam-se declarações sobre a necessidade da criação de um mercado de trabalho mais flexível e com maior mobilidade, leia-se emprego mais precário, com menos direitos para os trabalhadores, embora se reconheça que o desemprego

é ainda demasiado elevado e que é inaceitável a persistência da pobreza e da exclusão social no início do novo milénio.»

«Mas, enquanto tardam as medidas concretas e de fundo, a Comissão chega ao cúmulo de admitir, como hipótese, na proposta dos novos indicadores estruturais, a baixa do limiar da pobreza de 60 para 50 por cento do rendimento mediano nacional, o que eliminaria, por via administrativa, milhões de pobres da União Europeia.»

Assim, conclui a deputada, «tudo indicia que esta cimeira da Primavera e o relatório de síntese com bases nos novos indicadores estruturais se limita a reafirmar o caminho do neoliberalismo, já traçado em Lisboa, de aceleração de liberalizações e privatizações, mantendo num plano secundário os aspectos sociais e ambientais, mesmo que num caso ou noutro lhes aplique alguma pincelada rosa ou esverdeada».

Mais acesso e qualidade na educação

O aumento da qualidade e eficácia dos sistemas de educação e das facilidades de acesso à formação são dois dos objectivos estratégicos anunciados pela União Europeia para os próximos dez anos.

Um relatório aprovado pelos ministros da tutela dos Quinze na segunda-feira, em Bruxelas, afirma que as pessoas sem qualificações adequadas «têm uma probabilidade quatro vezes maior de virem a ficar desempregadas», apontando deste modo para a necessidade de aumentar a qualidade da formação e educação, incluindo a aprendizagem no trabalho.

Esta melhoria começa na formação dos professores, o que pressupõe uma actualização contínua dos seus conhecimentos, tanto mais que a maioria dos docentes da

União Europeia obteve o diploma há 25 anos ou mais e, em alguns casos, «a actualização das competências não acompanhou as mudanças».

Ao mesmo tempo, o relatório, denominado «Objectivos futuros concretos dos sistemas de educação e formação», alerta para o desafio demográfico existente, revela que metade dos professores da União Europeia tem 40 anos ou mais, dos quais 20 por cento se irá reformar nos próximos dez anos. Embora haja situações diferenciadas no espaço comunitário, em certos países a percentagem de professores perto da idade de reforma atinge 75 e mesmo 80 por cento, nomeadamente na Alemanha, Suécia e Itália.

Outra frente de trabalho é fazer com que os cidadãos atinjam um nível operacional

no domínio da leitura, escrita e aritmética, a par da necessidade de garantir a todos o acesso às tecnologias de informação, para o qual os estados-membros deverão assegurar que todas as escolas tenham acesso à internet e aos recursos *multimedia* até ao final deste ano.

O relatório, que será apresentado ao Conselho Europeu de Estocolmo, no próximo mês, alerta ainda para a necessidade de a Europa dispor de um número adequado de matemáticos e especialistas científicos para manter a sua competitividade, tendo em conta que o interesse por estas áreas está a decrescer na maioria dos estados-membros, em especial entre a população feminina.

O acesso de todos à educação e à formação é outro dos

grandes objectivos estratégicos a atingir na próxima década, nomeadamente através da aprendizagem ao longo da vida e de um sistema de ensino mais atractivo, que pode ser conseguido com o encorajamento dos jovens para prosseguirem os estudos como alternativa ao trabalho.

Os Quinze querem ainda investir na abertura dos sistemas de educação e formação a outros sectores da sociedade e investir na melhoria da aprendizagem das línguas estrangeiras e de forma cada vez mais precoce.

A discussão das formas e medidas para atingir estes objectivos será continuada durante este ano nos encontros dos ministros da Educação da União Europeia e os resultados aferidos no Conselho Europeu da Primavera de 2002.

Prodi quer refundar a União

O presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, aproveitou um debate no Parlamento Europeu sobre o estado da União para introduzir as suas ideias sobre o que deverá ser a próxima reforma da UE em 2004, considerando «decepcionantes» os resultados obtidos na cimeira de Nice, em Dezembro. Segundo Prodi, o que faltou em Nice foi «um debate prévio de fundo sobre o que esperamos da Europa e o que queremos para a Europa». Considerando que este debate deve ser lançado com urgência, afirmou que os Quinze «chegaram ao fim de uma lógica» de ambiguidades construtivas e a um «labirinto jurídico e institucional». «Os protocolos subtis, as fórmulas cada vez mais rebuscadas só servem para ocultar cada vez pior as nossas divergências.» Agora, acrescentou, «devemos abordar as verdadeiras questões que se colocam aos cidadãos», os quais, em sua opinião, «reclamam mais Europa e não menos». Essas questões, explicou, são « eminentemente políticas e não constitucionais». Prodi propôs assim que se até ao final deste ano a União entre numa fase de «reflexão aberta» e pública sobre assuntos-chave como por exemplo saber «se queremos construir uma entidade que pese nos assuntos do mundo» e que «não seja não só uma entidade comercial, mas também política». O presidente da Comissão Europeia defendeu o um forte envolvimento neste debate do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais.

Grã-Bretanha sob pressão

Romano Prodi afirmou ao jornal londrino *Mail on Sunday* que a Grã-Bretanha perderá influência económica e política se permanecer fora da moeda única. Estas declarações surgem depois do gigante anglo-holandês Unilever e da Ford terem admitido que poderão reduzir as suas actividades no Reino Unido, se este não aderir ao euro.

O presidente da Comissão Europeia disse ainda que o Reino Unido está já a pagar uma factura económica pela sua posição de não adesão e que em breve poderá sofrer politicamente. «Hoje já sofre os efeitos do pagamento de uma taxa de câmbio e no futuro terá que pagar custos em relação a negócios, no trabalho quotidiano das empresas e nas transacções», acrescentou. A polémica à volta da adesão ao euro já está a ser um dos temas centrais da campanha para as próximas eleições gerais de Maio. O líder do Partido Conservador tem vindo a reafirmar a sua oposição à moeda única e rejeitando igualmente o referendo sobre a matéria prometido pelo primeiro-ministro Tony Blair.

Acordo na TV checa

A assinatura esta semana de um acordo entre os jornalistas da televisão pública checa Ceska Televize (CT) e o seu administrador provisório, Jiri Balvin, pôs um ponto final no mais grave conflito da história do canal estatal.

O acordo entre Balvin e os jornalistas prevê a anulação dos despedimentos de várias dezenas de contestatários, feitos pela antiga direcção, e a destituição de empregados próximos de Hodac, como é o caso de Jana Bobosikova, directora do serviço de informação. Hodac foi acusado pelos trabalhadores da CT de incompetência profissional e de ligações ao Partido Democrático Cívico (ODS, partido de direita).

Cabo-Verde

O candidato Pedro Pires apoiado pelo Partido Africano da Independência de Cabo Verde venceu a primeira volta das eleições de domingo para a Presidência de Cabo Verde, com um milhar de votos de vantagem sobre Carlos Veiga, do Movimento para a Democracia.

Segundo dados da Direcção dos Serviços de Apoio ao Processo Eleitoral (DSAOPE), Pedro Pires recebeu com 60 817 votos, (46,54 por cento), contra 59 992 de Veiga, (45,91 por cento). Jorge Carlos Fonseca ficou em terceiro lugar com 5044 votos (3,86 por cento) e David Hopffer Almada com 4810 votos em quarto lugar (3,68 por cento). A taxa de abstenção foi de 49,13 por cento. A segunda volta das eleições entre Pedro Pires e Carlos Veiga decorrerá a 25 de Fevereiro.

Bens de Estrada congelados

O ministro da Justiça das Filipinas, Hernando Perz, solicitou na passada semana o congelamento dos bens do antigo presidente Joseph Estrada, obrigado a abandonar a presidência no passado mês, devido às acusações de corrupção, segundo informou a agência Lusa.

«Vamos pedir que sejam confiscados os bens publicamente conhecidos dos queixosos, e que sejam congeladas as suas contas bancárias», afirmou o ministro.

Saramago apoia imigrantes em Espanha

Milhares de espanhóis e cidadãos de outras nacionalidades, entre os quais o Nobel português José Saramago, manifestaram-se esta semana nas ruas de Madrid contra a nova lei de imigração espanhola que prevê a expulsão imediata de imigrantes clandestinos do país. Os manifestantes exigiram ao Governo que faculte trabalho, casa e papéis de regularização aos imigrantes ilegais. Recorde-se que a nova lei de imigração espanhola, adoptada no final de Janeiro, prevê, além da expulsão imediata de imigrantes clandestinos, a proibição de fazerem greve.

A tensão baixou no Equador, mas os problemas sociais e económicos que afectam a população estão longe de estar resolvidos

Governo e indígenas assinam acordo

O levantamento indígena no Equador contra as medidas económicas do governo terminou dia 7 com um acordo feito de cedências e novas promessas de diálogo.

O acordo foi assinado no Palácio Presidencial de Carondelet pelo presidente equatoriano, Gustavo Noboa, e pelo dirigente da Confederação das Nacionalidades Indígenas (Conaie), Antonio Vargas, na presença do vice-presidente do país, Pedro Pinto, de vários ministros e de 80 dirigentes indígenas.

Segundo o acordo, o preço da bilha de gás para uso doméstico é fixado em 1,60 dólar, contra os 1,50 dólar inicialmente pretendidos pela Conaie e os dois dólares

estipulados pelo governo em Janeiro. O acordo prevê ainda, entre outras coisas, o congelamento do preço dos combustíveis por um ano; a revisão dos preços dos transportes a nível nacional e regional; libertação dos detidos durante os protestos e indemnizações às famílias das três pessoas mortas em confrontos com a polícia.

A Conaie abandonou a exigência de suspensão total do pacote económico, concordando com a revisão de algumas das medidas previstas.

A ratificação deste acordo pôs fim à ocupação simbólica de Quito, a capital do Equador, através da concentração de milhares de índios na Universidade Salesiana, e ao bloqueio que manteve isoladas e sem abastecimento várias cidades do país, em protesto contra as medidas económicas decididas em Dezembro que provocaram um aumento de 100 por cento dos preços dos combustíveis e gás de uso doméstico e de 75 por cento no preço dos transportes públicos.

«Ambas as partes fizeram concessões. O fundamental é que o acordo é bom para o país», declarou o presidente do Conselho Nacional de Modernização, Ricardo Noboa, que participou nas negociações.

A questão da terra

A posse da terra é uma das principais reivindicações dos indígenas. Nos últimos dois anos, o Estado equatoriano legalizou apenas 4 por cento das terras pertencentes às comunidades indígenas, segundo informou esta semana o Projecto de Desenvolvimento dos Povos Indígenas e Negros do Equador (Prodepine).

A implementação do processo de legalização das terras consta dos compromissos assumidos pelo governo a 7 de Fevereiro nas negociações com a Conaie.

De acordo com o Prodepine, o acesso às terras é um dos aspectos mais conflituosos que o país enfrenta, afectando especialmente as comunidades indígenas.

Cinquenta por cento da população indígena não possui a quantidade de terra suficiente para as suas necessidades e 19 por cento nem sequer possui quaisquer terras.

O Prodepine trabalha desde há algum tempo na execução de programas visando a legalização de terras para as comunidades indígenas. Durante os últimos anos, dos 572 317 hectares de terra para legalização apenas 22 mil foram legalizados, estando 68 mil em fase de processo e 418 mil identificados para posterior legalização. As organizações indígenas exigem a definição de mecanismos que facilitem os trâmites legais para que as terras lhes sejam entregues.

«Caravana da Morte»

Pinochet sabia dos crimes

O ditador chileno Augusto Pinochet estava a par dos crimes da «Caravana da Morte» e impediu a sua divulgação, revelam documentos oficiais inéditos publicados a semana passada.

Segundo a agência Lusa, os dados, relativos a 14 homicídios cometidos a 19 de Outubro de 1973 pelo referido comando militar na cidade de Antagasta, foram apresentados pelo diário electrónico «El Mostrador» e incluem um ofício com anotações manuscritas pelo próprio Pinochet.

O jornal chileno publicou uma nota confidencial alegadamente enviada por Pinochet

— apresentada pela jornalista Mónica Gonzalez, autora de vários livros sobre a violação dos direitos humanos durante a ditadura chilena — a um auditor do Exército, o general Osvaldo Salas, que em Novembro de 1973 investigava a execução sumária de Eugénio Ruiz Tagle Orrego pela «Caravana da Morte», a unidade militar que nesse ano percorreu o país torturando e matando presos políticos.

Este auditor, que deveria informar o Ministério da Justiça dos resultados do seu inquérito, terá recebido uma recomendação escrita de Augusto Pinochet, onde se

podia ler «Proposta de resposta: Eugénio Ruiz Tagle Orrego foi executado devido às graves acusações que existiam contra ele. Segundo informações não houve torturas».

Entretanto, Eduardo Contreras, um dos advogados das famílias das vítimas da ditadura de Pinochet, afirmou que o documento representa «um golpe de sorte», uma «peça-chave que deverá ser incorporada no dossier a ser entregue ao Tribunal de 2.ª Instância, que está a examinar o recurso apresentado pelos advogados de Pinochet contra a decisão do juiz Guzmán Tapia de acusar judicial-

mente o ex-ditador pelos crimes cometidos pela «Caravana da Morte» e consequente ordem de prisão domiciliária.

Gabrielli chamado a tribunal

O chefe de Estado Maior da Força Aérea chilena, general Hernan Gabrielli, foi no passado fim-de-semana chamado pelos seus superiores a regressar de imediato ao Chile para responder por acusações de torturas sob o regime de Augusto Pinochet.

Gabrielli é acusado de ter torturado o engenheiro Euge-

nio Ruiz Tagle Orrego antes da sua execução pela «Caravana da Morte» em Outubro de 1973, um mês após o golpe de Estado que colocou Pinochet no poder.

As acusações foram feitas por Carlos Bau, contabilista, que em declarações à Imprensa afirmou ter sido preso dois dias após o golpe de Estado e torturado, tal como Eugénio Ruiz Tagle, por um grupo de militares da Força Aérea, dirigido, nomeadamente, «por um tenente com o nome de Gabrielli». Eugenio Ruiz Tagle era primo direito do antigo presidente Eduardo Frei (1994-2000).

Culpados de crimes de guerra

O cartaz do DKP (Partido Comunista alemão) que hoje reproduzimos esteve recentemente à venda em diversos stands daquele partido, designadamente em Berlim e Essen. A iniciativa foi bruscamente interrompida por uma insólita «visita» da polícia alemã, que apreendeu um cartaz em cada stand, alegadamente para a instauração de um processo contra o DKP.

A manobra intimidatória revela a que ponto chegou o incómodo de alguns dos mais destacados políticos alemães com as sucessivas denúncias das suas responsabilidades na injustificada e criminosa agressão da NATO contra a Jugoslávia.

O cartaz classifica o chanceler Schroeder, o ministro dos Negócios Estrangeiros Fischer e o ministro da Defesa Scharping de «Culpados de crimes de guerra».

A acusação não é gratuita. Como se explicita no cartaz, os três políticos são culpados de:

- Preparação e desencadeamento de uma guerra de agressão contra a Jugoslávia;
- Morte de milhares de civis;
- Bombardeamento de escolas, hospitais e pontes;
- Destruição de complexos energéticos e industriais vitais;
- Emprego de armas químicas;
- Utilização de armas de urânio e granadas de fragmentação.

Se alguém ainda tinha dúvidas das acusações feitas pelo DKP, o programa emitido a semana passada pela ARD «Die Story - tudo começou com uma mentira» (anunciado no último número do *Avante!*) encarregou-se de as desfazer.

Basta dizer que nesse programa, o antigo porta-voz da NATO, Jamie Shea, designou Schroeder, Scharping e Fischer por «grandiosos Führer políticos» da aliança militar, que souberam virar a opinião pública quando esta ameaçava voltar-se contra a NATO. Por sua vez, o general Heinz Loquai justificou a sua recusa em remeter-se ao silêncio sobre as mentiras da NATO, tão desejado pelos dirigentes social-democratas e pelo governo alemão, nos seguintes termos: «No passado, os generais alemães foram acusados de se calarem quando não o deveriam ter feito. Mas nesta situação, eu senti-me no dever de romper com o silêncio para denunciar a manipulação e a propaganda.»

Justamente para romper o silêncio que entre nós já se começou a instalar no respeitante ao verdadeiro crime contra a Humanidade que representou a agressão à Jugoslávia, o *Avante!* vai publicar na próxima edição o que de mais elucidativo foi revelado pela ARD. Porque uma mentira pode enganar toda a gente por algum tempo, algumas pessoas o tempo todo, mas não todas as pessoas o tempo todo.

SCHULDIG

wegen Kriegsverbrechen!





- wegen Vorbereitung und Durchführung des Angriffskrieges gegen Jugoslawien
- wegen der Tötung Tausender Zivilpersonen
- wegen der Bombardierung von Schulen, Krankenhäusern und Brücken
- wegen der Zerstörung lebenswichtiger Energieversorgungsanlagen und der Industrie
- wegen chemischer Kriegsführung
- wegen Einsatz geächteter Uranwaffen und Splitterbomben



DKP
Deutsche
Kommunistische
Partei

Verantwortlich im Sinne des Presserechts: Rolf Priemer, DKP-Parteivorstand, Hoffungstraße 18, 45127 Essen, Eigendruck im Selbstverlag



A violência na Argélia já provocou a morte a mais de 100 mil pessoas desde 1992

Massacre na Argélia A guerra suja

27 pessoas, incluindo 12 crianças, foram assassinadas no fim-de-semana na Argélia. O massacre eleva para 280 o número de vítimas desde o início do ano.

Na noite de sábado para domingo, Cherata, um bairro da localidade argelina de Berrouaghia, situada a cerca de 120 quilómetros de Argel, foi palco de mais uma matança - a maior deste ano - levada a cabo por um comando não identificado. O número de civis assassinados por grupos terroristas só em 2001 ascende a pelo menos 280. A maioria dos atentados registou-se em

povoações rurais isoladas, em zonas onde a população resiste a cooperar com os grupos armados. Berrouaghia, para além destas características, tem ainda a particularidade de acolher um importante estabelecimento prisional onde estão presos centenas de fundamentalistas islâmicos.

O bairro de Cherata, habitado apenas por meia dúzia de famílias, é apontado pela imprensa argelina como estando sob o controlo do Grupo Islâmico Armado (GIA), de Antar Zouabri.

Tanto o GIA como o Grupo Salafista para a Predicação e Combate (GSPC), de Hassan Hattab, recusaram a política de «reconciliação nacional»

do presidente Abdelaziz Butefflika.

Num outro massacre, quinta-feira passada, 13 pessoas perderam a vida em três ataques de grupos armados contra civis. Em 2000, a violência provocou pelo menos 2700 mortos no país. Desde 1992, a violência na Argélia já provocou a morte a mais de 100 mil pessoas, segundo fontes oficiais.

Em nove anos, mais de 100 mil pessoas foram assassinadas

Os novos massacres tiveram lugar nas vésperas da chegada a Argel do ministro dos Negócios Estrangeiros francês, Hubert Védrine, o que segundo a imprensa argelina pode não ser mera coincidência. A visita provocou uma forte polémica devido à recente publicação em França do livro *A guerra suja*, da autoria de um ex-oficial do Exército argelino refugiado naquele país, onde se denuncia a implicação dos militares nas matanças de civis.

FIS propõe saída para a crise

Entretanto, ainda no sábado, a Frente Islâmica de Sal-

vação (FIS, dissolvida) manifestou-se disposta a negociar com o presidente argelino uma saída para a crise em que o país vive desde 1992. Segundo a Lusa, um dos principais dirigentes da organização no exílio, Anuar Haddam, libertado em Dezembro de 2000 de uma prisão do estado norte-americano da Virgínia, onde cumpriu uma pena de seis anos por emigração ilegal, declarou ao diário argelino «El Youm» que a saída negociada da crise «deve fazer-se sem condições, embora tendo em conta a reivindicação da FIS de voltar a actuar como partido legal» na Argélia. «Milhões de militantes e simpatizantes do nosso partido têm o direito de participar na vida política e cooperar na solução dos problemas do nosso povo», afirmou Haddam.

A FIS, que venceu a primeira volta das eleições legislativas realizadas na Argélia em Dezembro de 1991, posteriormente anuladas, foi ilegalizada em Março de 1992 e os seus dirigentes foram acusados de fomentar uma sublevação para aceder ao poder pela força.

Por seu lado, o Exército Islâmico de Salvação (AIS, antigo braço armado da FIS), cujos combatentes foram amnistiados, prontificou-se a colaborar com as autoridades argelinas. Ahmed Bénaicha, «número dois» do AIS, afirmou ao jornal «Jovem Independente» estar disposto a colocar ao serviço do exército regular a sua «experiência adquirida no terreno», para dar caça ao GIA e ao GSPC.

«Em relação à luta contra o GIA ou outras organizações que cometem os massacres, garanto que nem a estratégia nem o método de luta estão à altura dos exércitos clássicos», afirmou Bénaicha.

O antigo dirigente da AIS, condenado à morte à revelia antes de ser agraciado em 2000 com uma amnistia, garantiu que apenas sob controlo do exército voltaria a pegar em armas para «combater os autores dos massacres».

Guerra biológica na Amazônia

• Manuel Gouveia

Agora que a utilização de urânio empobrecido pela NATO nos Balcãs, e suas dramáticas consequências, furem a barreira de silêncios, cumplicidades e mentiras com que o imperialismo envolve os seus crimes, é tempo de sublinhar que não estamos perante um caso virgem, antes perante a exposição pública de um de muitos crimes contra a humanidade que neste momento o imperialismo comete. Hoje, e desde há anos, o imperialismo despeja sobre a Colômbia as suas armas químicas, que a pretexto do combate à produção de cocaína, se traduziram num aumento para mais do dobro dessa produção, no incremento dos movimentos de desalojados, na insegurança e miséria das populações camponesas, no transferir uma parte significativa da produção de coca para zonas controladas pelo governo e seus paramilitares, no incrementar as importações agrícolas da Colômbia, basicamente oriundas dos EUA, no contaminar vastas áreas de solos agrícolas e de floresta e no matar ou contaminar centenas de camponeses colombianos.

Mas uma nova, e ainda mais séria ameaça, desponta já no horizonte. Chama-se *Fusarium Oxysporum EN-4*, e é um fungo destinado a ser espalhado pela Amazônia, com o pretexto de destruir as plantações de coca. Esta arma biológica, à semelhança do que fez com as munições de urânio empobrecido, é apresentada como totalmente segura e testada pelo

não mata»; disfarça-se de Mariano Gago e garante «que se fizeram testes em 100 espécies que o fungo não atacou», omitindo que vai lançar a arma sobre milhares de espécies distintas, e que há 200 que já se sabe serem afectadas; e assume o cúmulo do cinismo quando reconhece que o fungo pode ser letal para o homem, mas que as pessoas «potencialmente mais frágeis seriam antes todas internadas em hospitais». E explica que até se poupam vidas de pilotos, pois os herbicidas têm que ser lançados de baixas altitudes, enquanto que o fungo hospedado em sementes pode ser lançado de 3.000 metros de altitude. Perante esta realidade, até os governos neocolonizados da região se recusam a permitir - oficialmente - a introdução deste fungo na Amazônia. E isto apesar de o Congresso dos EUA ter condicionado a libertação das verbas para o Plano Colômbia à permissão da sua utilização.

Mas enquanto prossegue a pressão do imperialismo para que os governos da região permitam a utilização desta arma, parece claro que ela já foi testada na Amazônia, e estará mesmo já a ser utilizada.

Em 1990, no Peru, o *Fusarium Oxysporum* terá sido pela primeira vez lançado, apesar do governo dos EUA não o reconhecer, tendo atacado diversos tipos de cultura além da coca, nomeadamente tomate, papaia e tangerinas, e afectado directamente muitos camponeses. E no ano passado, diversas notícias referiram que no



Governo norte-americano, mas para ser usada na Amazônia, pois o seu uso está proibido dentro dos EUA.

São diversos os relatórios científicos alertando para os perigos de utilização desta arma que o imperialismo quer lançar sobre o mais vasto e decisivo ecossistema do planeta: alertam para os grandes perigos de mutação do fungo, podendo com facilidade virar-se contra outras espécies vegetais e mesmo animais; sublinham o facto de, sendo verdade que ataca as plantas de coca, atacar, mesmo sem mutação, no mínimo mais 200 espécies vegetais; avisam que mesmo sem nenhuma mutação é potencialmente mortal para seres humanos com graves problemas de imunodeficiência.

Novas mentiras

Tal como no caso das munições de urânio empobrecido, os executores da política imperialista multiplicam-se em declarações tranquilizadoras. O general Barry McCaffrey, chefe do NDGP norte-americano, investe-se mesmo de um carácter divino e garante que «o EN-4

Equador, junto da nova base americana de La Manta, numa área próxima a zonas colombianas dominadas pelas FARC, se procederam a novas fumigações.

E tudo isto para quê? Se algum dia este fungo for disseminado pela Amazônia, na menos má das hipóteses, acabará com as plantas de coca da região, mas não solucionará, antes agravará, os problemas da fome, ruína agrícola e marginalidade social que levam os camponeses a semear cultivos ilícitos, e muito menos acabará com o consumo de coca e seus derivados, pois, ou a produção procurará outra zona (como já aconteceu, do Peru para a Colômbia, e hoje acontece dentro da Colômbia) ou os distribuidores encontrarão outras alternativas, mesmo que sintéticas. Mas na pior das hipóteses, contaminará a Amazônia durante 30, 40 anos, arruinará as colheitas da região, causará directamente dezenas de milhares de mortos, e colocará em risco o maior ecossistema do Planeta, e por arrasto trará as mais imprevisíveis consequências para a vida na Terra. Os povos não o podem permitir!

Reacções

O Movimento da Sociedade para a Paz (MSP) divulgou segunda-feira um comunicado a propósito do massacre de Berrouaghia, apelando aos argelinos para que permaneçam vigilantes quanto a outras eventuais carnificinas.

O documento insta os políticos para que assumam «plenamente a sua responsabilidade perante a história», pedindo-lhes que fiquem ao lado do povo, mas sobretudo que «colaborem com as instituições do Estado a fim de evitar ao país outras derrapagens». Segundo o MSP, os últimos massacres visam «a desestabilização de união nacional».

Por seu lado, o Comité Nacional contra o Esquecimento e a Traição (CNOT) denunciou a política de concórdia civil e nacional como uma «concessão aos terroristas cujos chefes ocupam hoje as colunas da imprensa para ameaçar e apontar os seus alvos». O CNOT manifesta-se contra o reaparecimento da FIS, que classifica de «a maior ameaça» para o país.

Brava gente

• Zillah Branco

João Pedro Stedile, dirigente do MST - Movimento dos Sem Terra -, em entrevista (BRAVA GENTE, Editora Fundação Perseu Abramo, de São Paulo, Brasil, 1999), expõe com clareza a trajetória e os princípios seguidos pelos que lutam pela reforma agrária no Brasil desde 1979.

Apesar das significativas diferenças com a história da reforma agrária em Portugal, há semelhanças que comprovam a identidade entre os dois processos orientados pelo ideal da transformação profunda da sociedade.

A primeira, determinante, é a organização de uma luta aberta à participação de todos os que se solidarizam com a população rural na conquista dos seus direitos de cidadania. Não se reduz à uma acção assistencial de atribuição de um pedaço de terra para garantir a sobrevivência familiar, como uma mera reforma fundiária que gera um número maior de consumidores para o mercado nacional. Nem se resume na criação de um maior número de agricultores para aumentar a produção agrícola. É muito mais que isso: trata-se de desencadear uma luta pela reforma agrária global, que leve os trabalhadores a adquirirem a consciência social para transformar a sociedade. É um processo lento e complexo que se desdobra, a partir da organização da produção numa unidade coletiva (*assentamento*, no Brasil), em actividades educacionais, de formação técnica, de solidariedade com a sociedade local (apoio a hospitais, creches, asilos, etc.), de criação de agro-indústrias e de recursos de comercialização, de melhoria das infra-estruturas necessárias (rede eléctrica, albufeiras, estradas, comunicação) à comunidade e, vencendo a marginalização imposta tradicionalmente à população rural, de participação activa na vida nacional.

As raízes do MST

A história da maioria dos brasileiros inclui, como elementos constantes, a miséria e a andança incessante através de todo este imenso território, em busca de uma esperança de vida. Do campo sempre saíram milhares de famílias confiantes no apregoado desenvolvimento das cidades. O sistema capitalista divulgou o conceito de

que o atraso mora no campo e o progresso na zona urbana. Falseia também a ideia de que o crescimento da riqueza serve a todos os brasileiros. Os iludidos saem sonhando do campo para enfrentar o peso da miséria e da discriminação nas cidades superpovoadas.

Observando a história de lutas populares que marcaram a vida nacional através dos séculos e descobrindo o valor todas as iniciativas - fossem de organização sindical, partidária, eclesiástica -, os idealizadores do MST definiram um programa de acção a longo prazo para «derrubar três cercas: o latifúndio, a ignorância, o poder do capital». Em plena ditadura militar (década de 70) conseguiram aglutinar os herdeiros dos sindicatos no campo, as Ligas Camponesas, a Comissão Pastoral da Terra, os partidos progressistas que já apoiavam aquelas organizações específicas, os intelectuais que nas universidades e organismos públicos investigavam a realidade nacional, os sectores das igrejas católica e luterana que apoiavam a população na luta pela sobrevivência. Dessa forma, torna-se impossível marcar a data exacta do nascimento do MST, que se alimenta de raízes históricas entrecruzadas nas regiões brasileiras e nas diferentes correntes de pensamento solidário que se espalham por todo o território e têm origem em tempos remotos.

A preocupação com a abertura faz lembrar a CRARA - Comissão Revolucionária de Apoio à Reforma Agrária - que reuniu, desde 1975, os mais diferentes apoiantes da reforma agrária em Portugal e atraiu a solidariedade de outros povos, sobretudo dos estudantes holandeses, alemães, suecos, franceses, espanhóis, belgas, que participaram activamente do processo. Também em Portugal desabrochou um movimento pela transformação da sociedade que alimentou a esperança de milhares de pessoas unidas pelos laços da esperança e da solidariedade.

Ao enfrentar os problemas cruciais do campo - desemprego, latifúndio improdutivo, discriminação dos trabalhadores agrícolas mantidos longe dos benefícios do desenvolvimento urbano, carência de recursos sociais e económicos, ausência de infra-estrutura - foram definidos os objectivos prioritários da luta, logo completados pelo confronto com as formas de domínio exercidas pela elite reaccionária. As tarefas foram determinadas de baixo para cima, da realidade para as interpretações elaboradas intelectualmente, sem qualquer determinação impositiva decorrente de modelo intelectual. Como diz o poeta, *o caminhante fez o seu caminho a caminhar*. E esta foi a condição para que o processo desenvolvido não se subordinasse a objectivos externos ou artificiais. Isto ocorreu tanto com o MST como com a reforma agrária em Portugal.

Distribuição dos lucros interrompe a RA

O MST enfrenta, como também ocorreu com as UCPs - Unidades Colectivas de Produção - em Portugal, as pressões dos que pretendem organizar a existência e o trabalho dos participantes da reforma agrária com critérios tecnocratas enquadrados pelas limitações permitidas pela elite no poder. São os métodos adoptados pelo sistema capitalista, caracterizados pela preocupação prioritária com os resultados económicos da produção e com a gestão dos recursos controlados por grandes fornecedores de equipamentos e pela rede comercial que coloca os produtos no mercado.



Uma distribuição apressada de propriedades para acalmar as reivindicações dos trabalhadores e suas famílias afastando-os da vivência social mais vasta. Diz Stedile: «Se uma família lutar apenas pelo seu pedaço de terra e perder o vínculo com uma organização maior, a luta pela terra não terá futuro.» Explica ainda que, diante da primeira dificuldade, vendem a terra para usar os tostões, quebrando o processo da reforma agrária.

Tal como ocorreu na defesa das UCPs, onde os trabalhadores recebiam salários e o rendimento que ultrapassava a folha de pagamentos era aplicado em melhoramentos de benefício colectivo, os dirigentes do MST discutem com técnicos e políticos que preconizam a divisão dos lucros para enriquecimento individual em prejuízo do desenvolvimento global. Stedile defende a necessidade de manter a disciplina face aos princípios do movimento que sobrevive graças ao vínculo com uma política de massas que o anima e apoia. O individualismo isola os participantes, deixando-os fora do processo. A descentralização dá-se a nível das acções, da adequação às diferenças regionais, mas a disciplina e o respeito aos princípios fundamentais deve ser centralizada para manter a força do movimento.

E a experiência do MST demonstra o acerto desses princípios. Não fosse o investimento colectivo e não poderiam ter criado as agro-vilas que promovem o desenvolvimento social local, as agro-indústrias que aumentam o rendimento, o Sistema Cooperativista dos Assentados que organiza o crédito à produção, as escolas de aperfeiçoamento profissional, as cooperativas de comercialização, nem poderiam ter participado nas manifestações que pressionam o poder governamental para que aplique as leis progressistas. Mesmo o presidente Fernando Henrique Cardoso reconheceu publicamente que «se não houver pressão de massas a lei não é aplicada». E há muito ainda por ser alcançado. Foram conquistados assentamentos para 300 mil famílias, mas existem 4,5 milhões de famílias de «sem terra» no Brasil.

Mística e símbolos

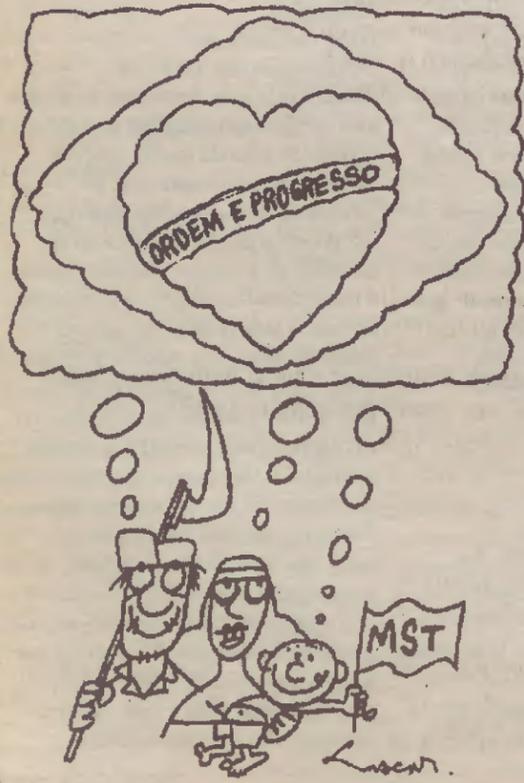
As carências que as populações rurais enfrentam para dar este avantajado passo na direcção do desenvolvimento são imensas, de ordem material e cultural. É difícil

despertar a confiança na luta em quem sofre todo o tipo de discriminação numa sociedade injusta como a nossa. Só os que são capazes de ver com optimismo um futuro construído arduamente, sem esperar retribuições imediatas, não fogem à luta. Os que crêem no esforço colectivo para transformar a sociedade.

A cultura popular brasileira anima-se com crenças místicas, aposta num mundo melhor e acredita na possibilidade de mudanças. O MST tem analisado esta característica com objectividade e «procura incorporar a mística como uma prática social que faz com que as pessoas se sintam bem em participar da luta», diz Stedile. Ele explica: «Até por influência da Igreja, tínhamos a mística como um factor de unidade, de vivenciar os ideais, mas, por ser uma liturgia, vinha muito carregada. Com o passar do tempo - tudo é um processo de construção - fomos nos dando conta de que se tu deixas a mística se tornar formal ela morre. A mística só tem sentido se faz parte da tua vida» (...) «Temos de praticá-la em todos os eventos que aglutinem pessoas, já que é uma forma de manifestação colectiva de um sentimento. Queremos que esse sentimento aflore em direcção a um ideal... Não é uma distração metafísica ou idealista, em que todos iremos para o paraíso.»

O MST tem divulgado os textos da Teologia da Libertação que se baseia no conhecimento da realidade objectiva e das condições subjectivas em que vive o povo, e aponta a transformação da sociedade palmo a palmo conseguida, como a meta. Corresponde à experiência da *emulação socialista*, de uma mística não religiosa, que permitiu a entrega de tantos sacrifícios pela humanidade nos processos revolucionários. O facto de estar ligada às crenças que os brasileiros herdaram ao longo dos quinhentos anos de jugo cultural colonizador, não impede que o caminho seja seguido com interpretação materialista ou espiritualista.

O fotógrafo Sebastião Salgado registou palavras verdadeiras como as imagens que fez da luta dos «sem terra»: «Para mim o MST é um dos únicos movimentos - senão o único - que reúne em sua acção as lutas pela dignidade e pela cidadania no Brasil. Sua acção é toda centrada em uma só preocupação, um só eixo: promover a real e justa divisão de renda no país que tem o sistema de distribuição mais injusto do mundo.»



Cinema

• Rogério Feitor

São vários os filmes mas um destaca-se: o de 1967 realizado por Arthur Penn e protagonizado por Faye Dunaway e Warren Beatty. Penn baseou-se numa história verdadeira de um gang que nos anos 20 aterrizou os Estados Unidos assaltando bancos, e que eram liderados por Clyde Barrow e Bonnie Parker. Corria a época da Depressão nos Estados Unidos e o assalto aos bancos era constante nessa altura, mas estes dois foram os mais míticos protagonistas, já que a sua realidade de violência constante assentava num amor realmente louco e por isso inexplicável.



Bonnie and Clyde

Um ano depois, em 1968, Serge Gainsbourg lança um disco com Brigitte Bardot intitulado, também ele, **Bonnie and Clyde**. Serge Gainsbourg nunca foi muito famoso mas este seu disco, pelo menos a canção com o mesmo nome, até já por uma banda portuguesa foi recriado.

E porquê toda esta adoração em torno do par lendário que morreu vergado pelas balas (muitas) da polícia?

A Sociedade

Já Brecht dizia, laconicamente, que pior que assaltar um banco é o próprio acto de criá-lo. Mas, e perante todos estes sinais que transparecem para o exterior, como ignorá-los, aos bancos e à sua imensa carga simbólica?

O Dinheiro manda e todos o sabemos. Por esta altura o Dinheiro (logo quem o tem) são os donos do mundo. Porque quem tem dinheiro tem empresas, tem meio de comunicação, tem métodos de enganar e convencer as grandes massas populares. Com um pouco de paciência e muito sacrifício, basta reparar no lixo escatológico que abunda nas nossas televisões cujo único propósito é o de afogar os espectadores num oceano de marasmo incansável. E quem tem um espectador cidadão participante passivo controla melhor os poucos activos que existem. Sempre foi assim e sempre será assim se nós não lutarmos, resistirmos à ideologia dominante imposta pelo Capital. E perante as regras impostas apenas podemos ser subversivos. Não de maneira individual mas sim de uma maneira colectiva. Perdoem-me as citações consecutivas mas esta é fulcral, retirada de uma carta de Che aos seus filhos, que assim os ensinava: *juntem-se a outros mais porque sós nada conseguirão fazer.*

As regras da Sociedade abusivamente impostas pelo Capital. E uma maneira de as contornar, metaforicamente violentas, como Bonnie e Clyde conseguiram. Uma maneira de dizer não e uma maneira directa de atacar as grandes instituições numa época (a Grande Depressão) em que o dinheiro escasseava para muitos e abundava para poucos. Como agora? Como agora.

O Amor

Mas não só no assalto aos bancos residia a poderosa metáfora desta história. A mais poderosa cegamente vislumbra-se na magia do casal, homem e mulher, uma história de amor violenta que o mundo exterior procurou quebrar.

Ao longo da História da Humanidade, como panfletos reaccionários como o **Expresso** gostam de nos ensinar, grandes Homens impuseram-se aos mais fracos. De tal modo que, por vezes, se parece confundir a História com a biografia de um punhado de homens. Já Churchill nos gostava de dizer que: *nunca tantos deveram tanto a tão poucos*, esquecendo-se, efectivamente, dos milhões de soldados mortos nos campos de batalha, dignos obreiros de derrota do Mal. Mas ao analisar esta história de amor a nossa opinião parece ser outra: a História da Humanidade é uma História de Amor. E, aí sim, devidamente personificada pelo casal Bonnie e Clyde, foragidos da lei (mas qual lei, a dos mais poderosos imposta aos mais fracos?).

Pois Bonnie não podia viver sem Clyde. Nem Clyde sem Bonnie. Pois as suas mãos uniram-se no momento da morte (na realidade este unir de mãos parece ser copiado de um gigantesco filme de um autor norte-americano injustamente esquecido: Raoul Walsh com o seu filme **Colorado Territory**), e as suas preocupações apenas pareciam orientar-se para o seu companheiro.

Ou como Gainsbourg escreveu, e que eu tentei explicar nestas desajeitadas palavras o que apenas pode ser vivido e, posteriormente, ensinado de uma maneira revolucionária (e não é o Comunismo isso mesmo, o Amor pelo Homem, Amor esse que nos leva a querer impedir esta Sociedade e formar uma outra, uma outra justa e terrena, de uma maneira revolucionária?):

*«Um destes dias
tomaremos finalmente.
Mas eu enlouqueço
Enlouqueço por Bonnie, tremo por ela,
Por ela pouco importa
O que eles me façam à pele.
E eu, Bonnie,
Eu tremo por Clyde Barrow».*

E este Amor, esta coesão orgânica e celestial, esta força que existe em todos nós nunca eles conseguirão quebrar. Tudo depende de nós! Não o esqueçamos.

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Do meu diário

Familiar

O Diogo está feliz.
Já diz
uma palavra. Papa?
Ou Pai? Ou Mãe?
As principais, enfim, que vêm
no mapa
do seu primeiro dote?

Nada disso. Já diz mas «escadote».

Pois nada a contestar.
Ele lá sabe aonde quer chegar.

Reportagem

No minuto de silêncio, o Presidente
(o Senhor Presidente)
sempre com os olhos postos no cronómetro
o minuto é um minuto
passou em revista
o pedido da neta
os muitos – mil – recados da mulher
o telefonema para Londres
a jóia para a Sílvia, que o espera
ao fim da tarde
e nos trinta segundos que faltavam
segundo o cronómetro da ordem
recordou o código do telecarregamento
o tapete novo para o gabinete
e talvez além da jóia
não fosse mau levar um ramo de flores
(«o eterno romântico que há em mim!»)
à Sílvia, aquelas pernas muito doces.

– Minhas senhoras e meus senhores – disse
mas só depois de ter caído o último grão
[de areia
no cronómetro.

Pessoal

Vínhamos juntos. Dura era a jornada.
Eu chamava-te irmão.
Dividíamos os sonhos e o pão.
Quando apareceu aquela encruzilhada
disseste: «Adeus, eu sigo por ali».

Sem ti, senti
o espanto de não compreender
Porém, nada a fazer.
Sozinho
lá me fiz ao caminho.

E eu que te chamei irmão
eu que contigo dividia o sonho e o pão
(e o medo
e o pesadelo...)
como é que hoje te vejo à minha frente
feito de sombra ausente e transparente
e sem saber sequer de que falar
sem uma ponte para atravessar?
Faltámos a que lei?
A que laços supremos?

Sonhei.
Nunca nos conhecemos.

Actual

Viajo pela noite das procelas
Com o meu farnel de estrelas.

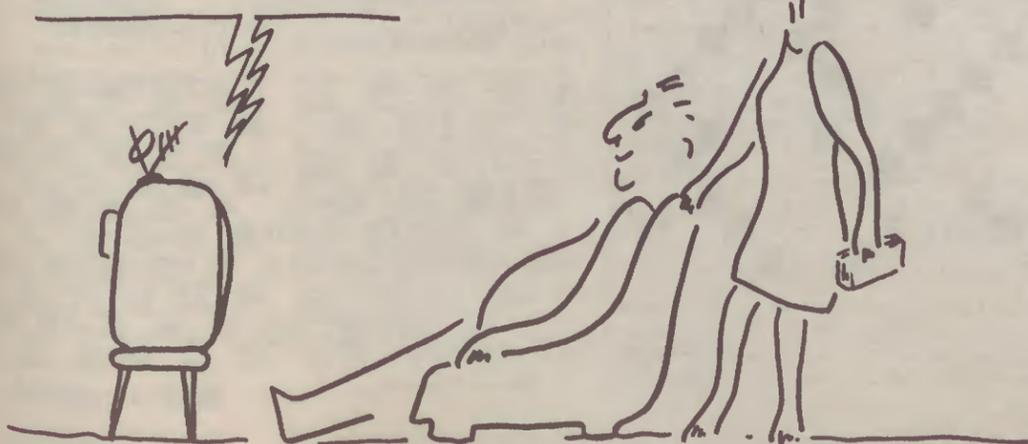
– Onde é que vais? – perguntam-me – E eu
que me regulo pelos faróis do céu
e dos seus pães gostosos me alimento
singo o vento
e seguro, seguro
só sei, em cada instante,
que o futuro
moído de deserto
e de cansaço
é sempre, sempre um pouco mais adiante
mas vai ficando cada vez mais perto
depois de cada passo.

Cartoon

• Monginho

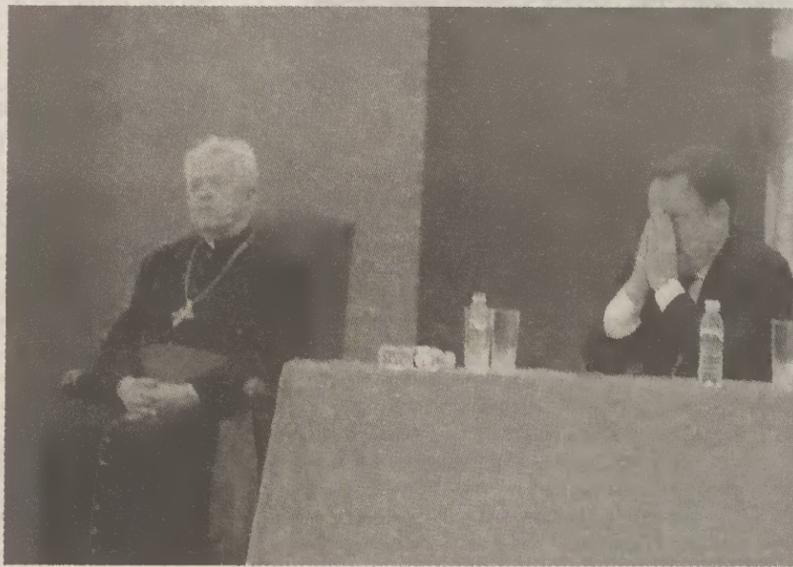
A DESCOBERTA
DO MAPA GENÉTICO
VEM PROVAR (AOS MAIS CÉPTICOS)
QUE O SER HUMANO É APENAS
UMA RAÇA!

PARECE QUE A IBM
AO COLABORAR COM OS NAZIS
NUNCA SE CONVINCEU DISSO!



Religiões

• Jorge Messias



Recordo-me que em tempos antigos havia nas forças armadas uma função a que se chamava *oficial de ligação*. Desempenhavam-na os graduados militares cuja visava estabelecer as ligações entre comandos a diversos níveis e áreas de interesses, civis ou militares. Por exemplo, em tempo de guerra, ligando os estados-maiores e as linhas da frente. Em tempo de paz, esses oficiais de ligação desempenhavam papel importante, como formações castrenses que lançavam as pontes com a sociedade civil e os seus principais órgãos e grupos de pressão - políticos e económicos, diplomáticos, financeiros, assistenciais, etc. É provável que, actualmente, tudo decorra de forma mais sofisticada. Mas a figura do *oficial de ligação* de modo algum se extinguiu. Expandiu-se, mesmo nas áreas religiosas e laicas. Dispõe de uma rigorosa cadeia de comando e de uma hierarquia.

Oficiais de ligação

Há *oficiais-generais* que ligam níveis e possuem um conhecimento geral de todas as situações. Aparecem à nossa vista fardados com grande uniforme. No caso dos subalternos, tudo é diferente. Despem as fardas, misturam-se com a multidão mas desenvolvem missões altamente eficientes. Concentram os seus esforços em áreas precisas. São *oficiais da linha da frente*.

Fácil é mencionarem-se, entre nós, casos exemplares da presença de grandes generais de ligação. Como é o caso do padre Vítor Melícias, grande protagonista em muitas estratégias conhecidas. Melícias é sacerdote, é religioso consagrado, é homem de negócios e banqueiro, preside a organizações não lucrativas, confessa ministros, dialoga com poderosos empresários, desempenha funções eclesásticas e funções de Estado, é padre e é leigo, franciscano e político, e alternadamente surge como místico, como político, como progressista e como conservador. Habita em muitos patamares: no religioso, diz missas e ouve confissões; no financeiro, orienta investimentos e gere conflitos; no público, aparece como grande pacificador; no laboral, dá a mão esquerda aos trabalhadores e a direita aos exploradores; no assistencial, combina a caridade e os lucros bancários, as actividades imobiliárias e os conceitos de solidariedade, a formação escolar e as exigências privadas, a saúde comercializada a bons preços e as exigências cristãs e humanitárias da acção social. Melícias é, assim, capitão-general das manobras que ligam a Igreja e o Estado, o capitalismo e as acções sociais e caritativas, o lucro e a opção pelos pobres. Outros destacados *oficiais de ligação* poderiam ser referidos, como o patriarca de Lisboa, o padre Feytor Pinto, o padre João Seabra, o padre Maia, etc., etc. São

generais, trabalham no topo da escala. Por isso, tudo conhecem em pormenor. Ligam, desligam e traçam estratégias. Este destaque que lhes é justamente concedido não deve, entretanto, lançar no esquecimento o importante trabalho desenvolvido pelo corpo subalterno dos *oficiais de ligação*. Vestem-se à civil, nada permite distingui-los do comum dos mortais. Entendem pouco das perspectivas globais mas, no sector onde actuam, são especialistas e homens de acção. Não têm ideologia própria e adaptam-se: em Roma, são como os romanos. Vivem por dentro das instituições, lançam as pontes do impossível, esvaziam conceitos e assinam discursos onde a evidência serve para ocultar o inconfessável. São humildes heróis de uma nova ordem. Missionário da fé e da tecnocracia.

Tudo isto vem a propósito da necessidade de se alternar a acção e a reflexão crítica. Há propostas aparentemente irrecusáveis - unidade, paz, solidariedade, reconciliação, humanitarismo, perdão - que soam docemente aos nossos ouvidos. Mas se nos detivermos, ao escutá-las, e se as examinarmos, uma a uma, à luz das práticas efectivas e no respeito pelos nossos próprios princípios, constataremos que estamos a ser enganados. Unidade é desunião, paz rendição, solidariedade exploração, reconciliação mentira, humanitarismo traição, perdão puro cinismo. Como é natural, os *oficiais de ligação* continuam o seu trabalho. Falam a nossa língua e copiam as nossas palavras. Fazem o que lhes compete. Mas a análise e a crítica da acção são poderosas armas dos nossos arsenais. Embora, é certo, por vezes sejam esquecidas na corrosiva ferrugem das prateleiras da ideologia.

Pontos Cardeais

Ratzinger

O cardeal Joseph Ratzinger, prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, é a figura da hierarquia católica que, no Vaticano, está encarregada de guardar a pureza da doutrina. Usando estas graves competências, Ratzinger classificou esta semana a música rock como «expressão de paixões elementares que, nos grandes concertos musicais, assumiu carácter de culto, ou melhor de contraculto que se opõe ao culto cristão».

Portanto, segundo a perspectiva do guardião da fé no Vaticano, um concerto rock configura uma espécie de missa negra dos tempos modernos celebrando activamente contra o culto católico.

Mas o cardeal não se fica por aqui, acusando igualmente o rock de querer falsamente «libertar o homem por um fenómeno de massa, perturbando os espíritos pelo ritmo, o barulho e os efeitos luminosos».

Se assim é, a coisa torna-se assustadora. É que a própria liturgia católica, apostólica e romana há séculos que assenta na pormenorizada gestão do barulho e do silêncio, do ritmo no cerimonial, dos efeitos luminosos na amplidão dos templos. Pelo que, das duas uma: ou o rock já andava ali dissimulado nos cantos gregorianos ou, pior ainda, foi na liturgia católica que encontrou a sua matriz.

A música pop também não escapa ao veredicto de Ratzinger, que a considera «um fenómeno de massa, de uma música produzida com métodos e uma escala industrial e que se pode qualificar desde já o culto da banalidade» enquanto a ópera - sim, a ópera! - é acusada de ter «corroído o sagrado» no século passado.

Uma coisa é certa: o Diabo, *lui même*, anda manifestamente à solta -

quanto mais não seja na cabeça do cardeal Ratzinger...

TAP

Segundo o Expresso, Manuel Ferreira Lima, o ex-presidente da TAP na altura em que foram assinados os acordos com a SWISSAIR, desafia o Governo a divulgar todos os documentos referentes à operação, agora que esta falhou. E acrescenta: «O Governo deveria fazer um Livro Branco com a privatização da TAP e divulgar os acordos. Se não o fizer, faço-o eu.»

Ora aí está uma boa ideia. Infelizmente, tememos que não tenha pernas para voar...

Nomeações

Em 1999 (portanto, há cerca de dois anos), o Governo nomeou Bandeira Vieira para presidente da GALP. Esta semana demitiu-o (ou levou-a à demissão, tanto faz) pagando-lhe uma indemnização de 120 mil contos, dado que o seu mandato estava previsto até meados do próximo ano. Como a GALP não podia ficar sem presidente, o Governo já nomeou Rui Vilar para substituir Bandeira Vieira, ao mesmo tempo que aproveitou a leva e aumentou a administração executiva de cinco... para sete elementos.

Sem entrarmos em mais pormenores - nomeadamente sobre as estranhas manobras que há meses se desenrolam com a privatização da GALP, onde só se ouve falar em dezenas de milhões de contos para cá e para lá, mas sempre a sair dos cofres do Estado -, assinale-se apenas este: enquanto propugna a contenção salarial e da despesa pública, o Governo paga indemnizações de mais de 100 mil contos e aumenta o número de administradores que, sob a sua tutela, são pagos a peso de ouro...

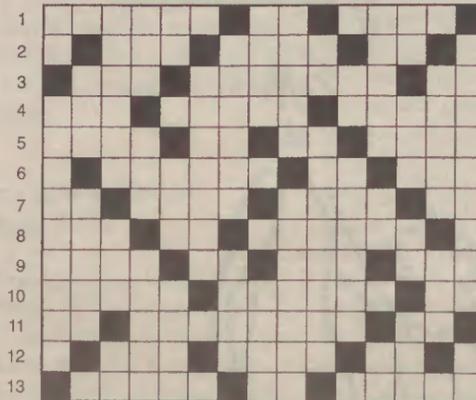
Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - A parte líquida do sangue e da linfa; naquele lugar; fluxo e refluxo (fig.). 2 - Espécie de ameixa de Macau; pequeno tumor furo nos tornozelos ou nos dedos dos pés; basta! (interj.). 3 - Nome vulgar extensivo a alguns pássaros comuns em Portugal, como a sombria, a escrevedeira; mata de bambus; prep. que indica lugar, tempo, fim e outras relações. 4 - Virtude; concerto musical de noite; ordeno. 5 - Desejar; a ti; para mim; costumar. 6 - Rodinha de croché; pedra de amolar; desejo. 7 - Avenida (abrev.); escassa; substância vegetal análoga à cera das abelhas; gemido. 8 - Maior; lítio (s.q.); ribeiro. 9 - Peixe da família dos escómbridas da ordem dos acantoptérgios; aquelas; nome da letra l (pl.); espírito. 10 - Mover os remos; instrumento semelhante a dum dardo para pescar peixes grandes; aqui está. 11 - A tua pessoa; designação genérica dos sais do ácido cítrico; filtra. 12 - Sétima nota musical; besunta; sozinhos. 13 - Elemento gasoso, pertencente ao grupo dos gases nobres, muito raro na atmosfera e que é utilizado em lâmpadas fluorescentes; contr. da prep. a com o art. def. o; abade.

VERTICAIS: 1 - Nome da letra grega que corresponde ao Platino; espingarda de cano largo e curto. 2 - Um cento; consagrei. 3 - Acariar; bebida alcoólica, proveniente da destilação do melão; igreja episcopal. 4 - Dela; grande quantidade; suave ao tacto. 5 - Terceira nota musical; chiste (fig.); sorri. 6 - Conjunto dos condensadores eléctricos; a tua pessoa. 7 - Visagem; doença cutânea pruriginosa, produzida por um ácaro. 8 - Lodo; fome (pop.). 9 - Compilação de trechos escolhidos de música; gruta. 10 - Designa alternativa; acto de emergir. 11 - Amerício (s.q.); declamo; apelido. 12 - Primeira vértebra cervical; camareira; coloração da face. 13 - Deus egípcio; hora do ofício divino, entre as sextas e as vésperas, que corresponde às 15 horas; gorduroso. 14 - Inchação produzida pela infiltração de serosidades no tecido celular, sem vermelhidão nem dor; gema (pop.). 15 - Árvore da família das moráceas arbóreas, cujo fruto é a amora (pl.); contr. da prep. de com o art. def. o.

SOLUÇÃO: 1 - Plasmaz; 2 - Murt; 3 - Clat; 4 - bambur; 5 - Amart; 6 - Beem; 7 - Roselat; 8 - Lama; 9 - Alburn; 10 - Cent; 11 - Ba; 12 - S; 13 - D; 14 - Gorduroso; 15 - Amora.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15

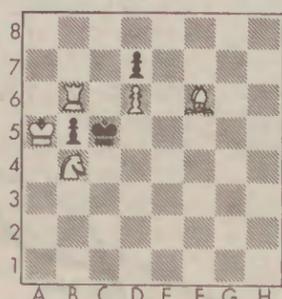


Xadrez

DCLXXXVIII - 15 DE FEVEREIRO DE 2001
PROPOSIÇÃO N.º 2001X06

Por: Walter von Holzhausen
«Armée Zeitung», 1904

Pr.: [3]; Ps. b5, d7 - Rg5
Br.: [5]; Pd6 - Cb4 - Bf6 - Tb6 - Ra5



Mate em 4 [quatro] lances

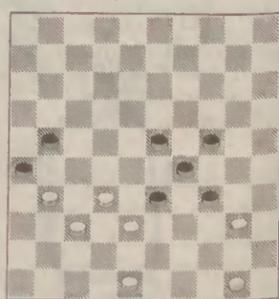
SOLUÇÃO: 1 - Bg5; 2 - Tb5; 3 - Tg5; 4 - Tc3 #

Damas

DCLXXXVIII - 15 DE FEVEREIRO DE 2001
PROPOSIÇÃO N.º 2001D06

Por: A. Michels
NL, s. 1967

Pr.: [7]; 21-23-24-26-29-33-34
Br.: [7]; 31-32-37-38-47-48-50



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO: 1. 47-41, (33x42); 2. 32-27, (21x32); 3. 37x39, (26x46=D); 4. 48x37, (46x44); 5. 50x39 +



Para os próximos dias estão agendadas várias iniciativas da CDU, com o objectivo comum de preparar as eleições autárquicas de Dezembro...

- Encontro Concelhio de Cascais - Dia 17 às 15h, no Hotel Cidadela, com Carlos Chaparro
● Forum CDU em S. João da Talha - Dia 17 às 15h, com o vereador Carlos Luz
● Plenário em Frielas - Dia 17 às 16h, com o vereador José Manuel Abrantes...

CUBA

Apresentação do cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal: Domingo, 18, às 16h, no Centro Cultural, com a participação de Carlos Carvalhas

Reunião dos Reformados Bancários da ORL

Quinta-feira, 22, a partir das 14h30 no Centro de Trabalho Vitória

Comemorações da Revolução Cubana

Lisboa

Sexta-feira, 16 de Fevereiro, às 20h Jantar comemorativo promovido pela Associação de Amizade Portugal-Cuba com a presença do Embaixador Reynaldo Calviac e a participação de Manuel Freire e Carlos Alberto Moniz

Noite de Fados



17 de Fevereiro 2001 22 horas Celeiro da Patriarcal Vila Franca de Xira

Fadistas:

- Amália Rodrigues
Arlene Ferreira
Augusto Bico
Faustino Pereira
João Adelino
João Correia
João Nazaré
José Carlos Brito
Luísa Copa Pinto
Mário Calado
Mikú

Com a presença do cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal V. F. Xira Dr José Neves

- À Guitarra À viola
Luís Petisca Rui Girão

Inscribe-te nos Centros Trabalho PCP Ou pelo telefone 263 273 979



15 Fevereiro 1931 AVANTE! PROLETARIADO DE PORTUGAL

70º aniversário do Avante!

Almada

18 de Fevereiro no CT Alberto de Araújo ALMOÇO comemorativo do aniversário do «Avante!»

Borba

18 de Fevereiro às 10h, no Cejuro da Cultura COLÓQUIO sobre o «Avante!», no seu 70.º aniversário com a participação de José Casanova

Faro

21 de Fevereiro às 20h, no Centro de Trabalho DEBATE sobre o «Avante!», com a participação de José Casanova Música Popular Portuguesa com José Maria

Lisboa

15 de Fevereiro às 21h, no Centro de Trabalho da Ajuda DEBATE sobre o «Avante!» promovido pelas Orgs. das Freguesias de Belém, Ajuda e S. Francisco Xavier. Com a participação de Leandro Martins

16 de Fevereiro às 20h, no Centro de Trabalho Vitória JANTAR-CONVÍVIO e DEBATE sobre o «Avante!» promovido pelas Sectores Empresas e Serviços de Lisboa. Com a participação de José Casanova

17 de Fevereiro às 15h, no CT de Benfica DEBATE sobre o «Avante!», com a participação de Domingos Mealha

Loures

De 15 a 18 de Fevereiro: VENDA ESPECIAL DO «AVANTE!» promovida pelas células dos Trabalhadores Municipais, de Sacavém e Sta. Iria

Marinha Grande

21 de Fevereiro às 21h30, na Sala Abril do CT do PCP TERTULIA de Quarta-feira: «Opressão das Palavras - Os Dias do «Avante!»» com a participação dos camaradas distribuidores do «Avante!» e de Domingos Mealha

Oeiras

17 de Fevereiro na SIMECQ (Soc. Cruz-Quebradense) Exposição sobre o «Avante!» - das 10 às 19h DEBATE - às 16h, com a participação de Jerónimo de Sousa

Seixal

17 de Fevereiro às 17h, no Clube Recr. e Desp. das Paivas DEBATE sobre o «Avante!», com a participação de José Casanova

Setúbal

16 de Fevereiro às 21h30, no centro de Trabalho EXPOSIÇÃO e DEBATE sobre o «Avante!», com a participação de Leandro Martins

Torres Novas

17 de Fevereiro às 21h30, na sala do Museu Municipal: «HISTÓRIAS da História do PCP» com a participação de Sérgio Vilarigues e Leandro Martins

Jornadas Parlamentares do PCP

Moura - 16 e 17 de Fevereiro

Com a participação de Carlos Carvalhas

que na sexta-feira estará presente nas seguintes iniciativas integradas nas Jornadas:

- 11h - Apresentação de cumprimentos ao Presidente da CM
11h30 - Sessão de abertura das Jornadas, na Sala de Sessões da CM
15h - Visita ao Alqueva
18h30 - Encontros em Moura sobre o Alqueva

Na próxima terça-feira, dia 20, o Secretário-geral do PCP visita o CENDREV, no Teatro Garcia de Resende, em Évora, onde às 16h decorrerá um encontro com o Grupo de Teatro, seguindo-se visita à exposição dos 25 anos do CENDREV.

Lisboa

6.ª Assembleia da Organização dos Professores da ORL Sábado, dia 17, 10h30 - CT Vitória

Viana do Castelo

8.ª Assembleia da Organização Concelhia de Viana do Castelo Sábado, dia 17, 15h - Hotel Viana Sol

Vizela

1.ª Assembleia da Organização Concelhia de Vizela Domingo, dia 18, 9h30 - CT do PCP

Guimarães

8.ª Assembleia da Organização Concelhia de Guimarães Sábado, dia 24, 15h - CT do PCP

Palmela

Assembleia da Organização da Freguesia de Marateca Sábado, dia 17, 21h00 - Em casa do cam. A. Quintans, em Cajados

Porto

Plenário Regional de Militantes Sexta-feira, dia 16, 21h30 - CT da Boavista com a participação de Sérgio Teixeira

Aveiro

Reunião da DORAV, alargada aos membros das Comissões Concelhias do Distrito Sábado, dia 17, 14h30 - Centro Cultural e de Congressos com a participação de Armindo Miranda

Outras reuniões

Torres Vedras - Plenário concelhio, com a participação de Carlos Chaparro: Quinta-feira, 22, 14h30, no CT Vitória.

Vialonga - Plenário de militantes da freguesia: Sábado, 17, às 15h, no CT local.

Lisboa - Plenário de militantes da Freguesia de S. João, com a participação de Martinho Batista: Sábado, 17, às 15h, na Junta de Freguesia local. - Plenário de militantes da Freguesia de Santo Condestável, com a participação de Luís Fernandes: Sábado, 17, 15h, CT Pedro Soares.

Alhandra - Plenário de militantes da freguesia, com a participação de Adelaide Alves: Sábado, 17, às 15h30, no CT de Alhandra.

Santarém - Reunião para debate dos problemas da Saúde no Distrito, com a participação da deputada Luísa Mesquita: Segunda-feira, 19, 21h30, no CT.

Debates

HOJE, quinta-feira, na PONTINHA Debate público sobre a situação nos Balcãs conduzido por Anabela Fino

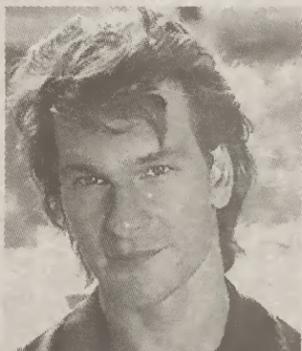
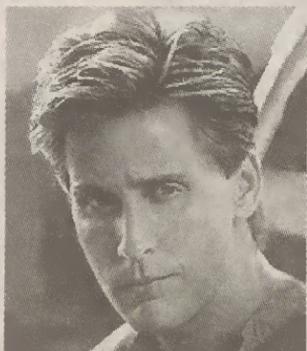
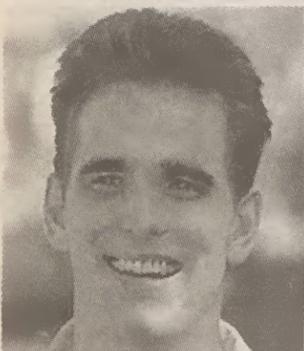
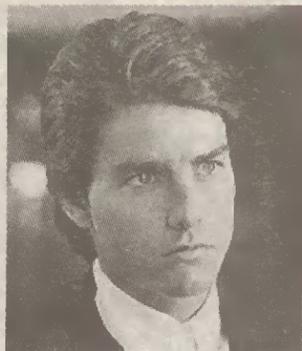
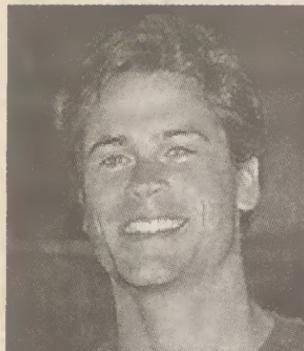
No salão da Junta de Freguesia, às 18h30

SÁBADO, no CT VITÓRIA

«O Relatório sobre o Algarve»

- um livro em debate Dia 17, às 21h30

com Carlos Costa, Francisco Melo, José Casanova



ATVer

Em *Os Marginais* Francis Ford Coppola revelou-se um autêntico «caça-talento». Veja-se o naipe de actores – hoje consagrados – que ele reuniu e «lançou» neste filme (da esquerda para a direita e de cima para baixo): Rob Lowe, Diane Lane, Tom Cruise, Matt Dillon, Emilio Estevez, Patrick Swayze, C. Thomas Howell...

King Kong (Quinta-feira, 15 de Fevereiro, na RTP-1)

Este *King Kong*, produzido em 1933 pelo todo-poderoso O. Selznick, foi não apenas um êxito retumbante na época como se viria a constituir uma quase matriz dos géneros fantástico e de terror no cinema de Hollywood, com abertura, mesmo, para o género «catástrofe», tanto em voga muitas décadas mais tarde. A história é celebríssima – um gorila gigante é capturado por uma expedição científica numa ilha misteriosa onde convivia com dinossauros (e os derrotava!). Levado para Nova Iorque para se transformar em atracção de circo, rebenta com as correntes, rapta a heroína da expedição, por quem sente um fascínio irresistível, e acaba a defrontar aviões (e a ser morto por eles) no alto do Empire State Building, nessa altura um edifício recente a que o filme fez empenhada propaganda. O tema da «Bela e o Monstro» é mais uma vez aqui (literalmente) glosado, de forma engenhosa e surpreendente. Quanto ao «King Kong» seria objecto de várias revisitações cinematográficas (uma delas, produzida por Dino de Laurentis, com recurso à construção de um gorila em tamanho «natural» - 15 metros!), mas nenhuma se aproximou, sequer, do fascinante original. Esperemos que não seja transmitido na versão «colorizada» mas, se o for, já sabe: anule a cor no televisor e frua o seu insubstituível preto e branco.

Os Marginais (Quinta-feira, 15 de Fevereiro, RTP-2)

Um Coppola é sempre um Coppola e este *Os Marginais*, não sendo das obras emblemáticas do mestre Francis Ford (apesar da óbvia e bem conseguida homenagem aos mais célebres filmes de «juventude rebelde» de Hollywood protagonizados por James Dean - «A Leste do Paraíso» e «Fúria de Viver», dirigidos respectivamente por Elia Kazan e Nicolas Ray), merece, obviamente, a sua atenção. E atenção também ao belo naipe de actores, hoje de créditos firmados, que Coppola aqui «lançou»: Matt Dillon, Tom Cruise, Patrick Swayze, Rob Lowe, Diane Lane, C. Thomas Howell...

Assassínio (Domingo, 18 de Fevereiro, RTP-1)

Realizado em 1998, a RTP garante tratar-se de «um intrigante e emocionante thriller sobre uma insólita reunião num liceu que se transforma num jogo perverso de morte». A confirmar...

O Pacificador (Domingo, 18 de Fevereiro, SIC)

Mas se gosta mesmo de acção garantida por carpintaria da boa, veja este *O Pacificador* em estreia na televisão portuguesa (embora o seu sucesso nos cinemas remonte a 1997). Lá tem George Clooney, que de médico em série de televisão salta convincentemente para a pele de um agente dos serviços secretos dos EUA a combater terroristas (não foi por acaso que depois disto che-

gou a ser convidado para encarnar James Bond). A «garota» do filme é, imagine-se..., Nicole Kidman!

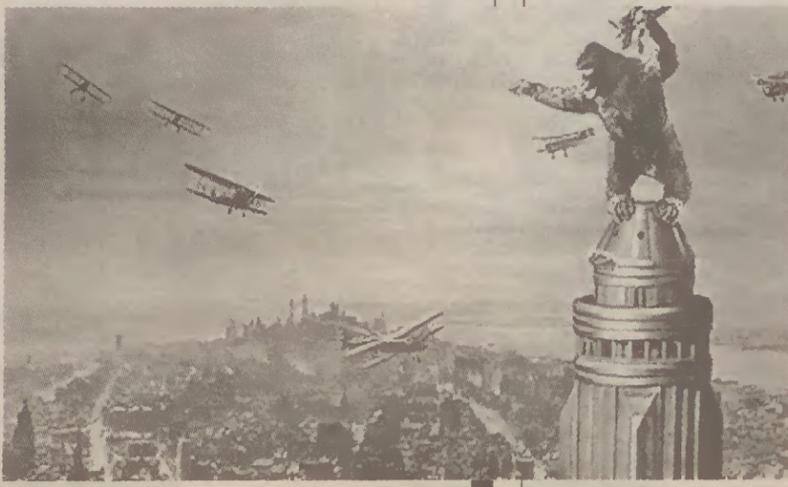
Dark City – Cidade Misteriosa (Domingo, 18 de Fevereiro, TVI)

Aqui está um filme «fantástico» a ver, onde pontificam Kiefer Sutherland e William Hurt num alucinante e alucinado mergulho numa cidade que misteriosamente se comporta como um ser orgânico em constante mutação, para calafrio identitário dos protagonistas. Filmada em registo de «filme negro», esta parábola sobre o tema cada vez mais recorrente do mundo orwelliano só claudica no inevitável *happy end*.

Kundun (Terça-feira, 20 de Fevereiro, na RTP-1)

Chefe espiritual e político do Tibete e figura emblemática do budismo na sua vertente tibetana, o Dalai-Lama já teve grandes abordagens no cinema feitas por europeus, nomeadamente através de *O Pequeno Buda*, de Bernardo Bertolucci (que levantou um belo fresco a descodificar o budismo em geral e esta sua figura emblemática em particular) e de *Sete Anos no Tibete*, de Jean-Jacques Annaud (num notável registo de quase-documentário sobre a mesma figura). Neste *Kundun* (designação tibetana para Dalai-Lama) o norte-americano Martin Scorsese faz uma abordagem mais política, trazendo para primeiro plano a invasão do Tibete pela China, em 1959, e o brutal esmagamento do pequeno Estado que forçou o Dalai-Lama ao exílio, onde ainda hoje continua, isto no quadro de uma efabulação pela sua vida desde que, aos dois anos, um garoto oriundo de uma família humilde do Tibete foi reconhecido como a 14.ª reencarnação de Buda e, por consequência, o novo Dalai-Lama.

Com efeitos especiais revolucionários para a época (1933), *King Kong* tornou-se um filme de culto e uma referência incontornável no género fantástico de terror na história do cinema



Quinta, 15

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
08.35 Guia Dia a Dia
10.00 Praça da Alegria
12.30 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Ciclismo Volta ao Algarve (Final)
15.30 Futebol: Portugal/Bielorrússia
17.25 Quem Quer Ser Milionário?
18.00 Quebra-Cabeças
18.30 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.05 Quem Quer Ser Milionário?
21.35 O Café da Esquina
22.05 Grande Entrevista
23.30 Futebol de Praia Campeonato Mundo
00.30 24 Horas
01.00 «King Kong» (de Merian C. Cooper e Ernest B. Schoedsack,

Sexta, 16

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
08.35 Guia Dia a Dia
10.00 Praça da Alegria
12.25 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Emoções Fortes
15.30 Marcas da Paixão
17.00 Rosalinda
17.45 Quem Quer Ser Milionário?
18.15 Quebra-Cabeças
18.45 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.05 Quem Quer Ser Milionário?
21.35 Alvos dos Reis
22.45 Cromos de Portugal II
23.20 Histórias da Noite
00.00 24 Horas
00.30 «Aconteceu em Chicago» (de Mary CybulsKie John Tintori, EUA/1997, com Paul Dillon, Michael Ironside,

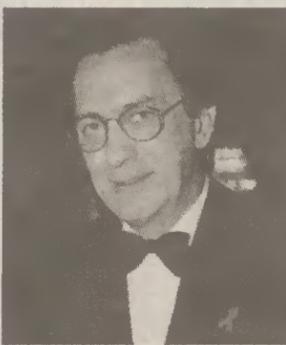
Sábado, 17

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.15 Sete em Miami
16.00 Felicity
17.00 «Doutor Vamos a Isto» (de Gerald Rogers, Reino Unido/1968, com Frankie Howerd, Sidney James, Jim Dale. Comédia)
18.50 Futebol: Alverca/Sporting
21.00 Telejornal
22.00 Sábado à Noite
23.30 Lei Marcial
01.00 24 Horas
01.20 Máquinas
02.00 «Rapto sem Perdão» (de Richard Shepard, EUA/1996, com John Rubinstein, Amber Kain, Sam Rockwell. Drama)

▼ RTP 2

07.00 Euronews



«Noites Marcianas» O novo programa de Carlos Cruz

«Os Segredos de Verónica» série humorística ao fim da noite

EUA/1933, com Fay Wray, Robert Armstrong, Brude Cabot. Ver Destaque

▼ RTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
13.00 Zapping
14.00 Gente Remota
15.00 Por Outro Lado
16.00 Euronews
16.30 Informação Gestual
17.45 Querida Encolhi os Miúdos
18.30 Informação Religiosa
19.00 Andamentos IV
19.45 Os Homens de Confiança de Hitler
20.10 Viver no Campo
21.50 RTP Economia
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Artigo 37
00.30 «Os Marginais» (de Francis Ford Coppola, EUA/1983, com C. Thomas Howell, Matt Dillon, Diane Lane. Ver Destaque)

▼ SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 História de Amor
15.30 Chiquinha Gonzaga
16.30 Acorrentados
16.40 Malhação
17.40 Uga Uga
18.50 O Cravo e a Rosa
20.00 Jornal da Noite
21.00 Acorrentados
21.30 Laços de Família
23.00 Noites Marcianas
01.00 Noites Longas (Departon: Tehad 3, Yemen, Montagne, Bolívia)
02.30 Portugal Radical

▼ TVI

08.30 Animação
09.45 Tic Tac Milionário
11.50 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Brother II Extra
14.30 Tiro e Queda
15.30 Batatoon
19.15 Big Brother II Extra
20.00 Jornal Nacional
21.00 Jardins Proibidos
22.00 Big Brother II
23.05 «Jogos Cruéis» Longa Metragem
01.05 Última Edição
01.55 «Vingança Imperfeita» (de Mark Sobel, EUA/1996, com Jonathan Brandis, Tatyana M. Ali, Charlotte Ross. Suspense)
03.55 Os Segredos de Verónica
03.15 Pensacola



Gillian Anderson. Comédia Dramática

▼ RTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
13.00 Livres e Iguais
14.00 Gente Remota
15.00 Conversa Privada
16.00 Euronews
16.30 Informação Gestual
17.45 Querida, Encolhi os Miúdos
18.30 Informação Religiosa
19.00 100.000 Porquês
19.45 Os Homens de Confiança de Hitler
20.15 Viver no Campo
20.45 O Tal Cautel
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Dharma e Greg II
00.00 A Outra Face da Lua
01.30 «As Idades de Lulu» (de Bigas Luna, Espanha/1990, com Francesca Neri, Oscar Ladoire, Maria Barranco. Drama)

▼ SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 História de Amor
15.30 Chiquinha Gonzaga
16.40 Malhação
17.40 Uga Uga
18.50 O Cravo e a Rosa
20.00 Jornal da Noite
21.00 Acorrentados
21.30 Laços de Família
23.00 Noites Marcianas
01.30 Jogo Limp
03.30 Portugal Radical

▼ TVI

08.30 Animação
11.50 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Brother II Extra
14.30 Tiro e Queda
15.00 Batatoon
19.15 Big Brother II Extra
20.00 Jornal Nacional
21.00 Jardins Proibidos
22.00 Big Brother II
23.05 «Jogos Cruéis» Longa Metragem
01.05 Última Edição
01.55 «Vingança Imperfeita» (de Mark Sobel, EUA/1996, com Jonathan Brandis, Tatyana M. Ali, Charlotte Ross. Suspense)
03.55 Os Segredos de Verónica
04.25 Pensacola

09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto
19.00 «Aventuras de Buffalo Bill» (de William Wellman, EUA/1944, com Joel McCrea, Maureen O'Hara, Linda Darnell. Western)
21.00 Horizontes da Memória
21.30 Bombordo
22.00 Jornal África
22.30 Jornal 2
23.00 O Lugar da História
00.00 Briteom («A Ilustre Casa de Blackadder III», «Amor em Pantanas», «Advogados ao Barulho»)
01.30 «Quem me Amar Irá de Comboio» (de Patrice Chéreau, França/1997, com Valeria Bruni Tedeschi, Charles Berling, Jean-Louis Trintignant. Drama)
03.10 Prazeres

▼ SIC

07.00 Zip Zap
11.15 Dá-lhe Gás
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 «As Meninas de Beverly Hills» (de Amy Heckerling, EUA/1995, com Alicia Silverstone, Stacey Dash, Brittany Murphy. Comédia Satírica)
16.10 «A Lenda do Livro da Selva» (de Stephen Sommers, EUA/1994, com Jason Scott Lee, Lena Headey, Sam Neil. Aventura)
18.30 Mundo Vip
19.10 Cravo e a Rosa
20.00 Jornal da Noite
21.00 Acorrentados
23.00 Herman Sic
01.00 Sexappeal
02.00 «A Lei do Oeste» (de John Badham, EUA/1999, com John Cusack, John Goodman, L.Q. Jones. Western)
04.20 Portugal Radical

▼ TVI

08.30 Animação
12.20 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
13.45 Contra-Ataque
15.00 4ª a Fundo
15.15 Caras Lindas
17.15 «Cidade Obscura» (de Dave Cass, EUA/1998, com Burt Reynolds, Charles Durning, Robert Loggia. Acção)
19.15 Big Brother II
20.00 Jornal Nacional
21.00 Jardins Proibidos
22.00 Bora Lá Marina
22.50 112
23.20 Lux
00.20 «Sentença Cumprida» (de Glen Pitre, EUA/1999, com Catherine Oxenberg, Louise Fletcher, Bo Hopkins. Drama)
02.20 «Principal Suspeito» (de Terence M. O'Keefe, EUA/1998, com Michael Sutton, Tracey Gold, Timothy Busfield. Suspense)
04.20 Torre do Amor (Estreia)

Domingo, 18

▶ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
12.10 Jet 7
13.00 Jornal da Tarde
13.50 Futebol de Praia
Campeonato do Mundo (Final)
15.00 Made In Portugal
16.15 Providence
17.15 Patilhas e Ventoinha
18.30 Agora é Que São Eles
20.00 Telejornal
21.10 Histórias da Vida Como Ela É (Último)
22.05 Domingo Desportivo
23.40 24 Horas
00.00 Magazine Liga dos Campeões
01.00 «Assassínio» (de Murray
Battie, EUA/1998, com Daniel
Baldwin, Leslie Hope, Dean
Stockwell. Ver Destaque)

▶ RTP 2

07.00 Euronews
09.30 Programa Religioso

Segunda, 19

▶ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
08.35 Guia Dia a Dia
10.00 Praça da Alegria
12.30 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Emoções Fortes
15.30 Marcas da Paixão
16.00 Rosalinda
17.00 Patilhas e Ventoinha
17.30 Quem Quer Ser Milionário?
18.00 Quebra-Cabeças
18.30 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Quem Quer Ser Milionário?
21.35 A Febre do Ouro Negro
22.35 Jogo Falado
00.05 24 Horas
00.30 «Um Bairro em Nova Iorque» (de Robert de Niro, EUA/1993, com Robert de Niro,

Terça, 20

▶ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
08.35 Guia Dia a Dia
10.00 Praça da Alegria
12.30 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Emoções Fortes
15.30 Marcas da Paixão
16.00 Rosalinda
17.00 Patilhas e Ventoinha
17.30 Quem Quer Ser Milionário?
18.00 Quebra-Cabeças
18.30 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.05 Quem Quer Ser Milionário?
21.35 Liga de Campeões (Resumo)
22.00 «Rocky V» (de John G. Avildsen, EUA/1990, com Sylvester Stallone, Talia Shire, Burt Young. Drama)
23.45 «Kundun» (de Martin

Quarta, 21

▶ RTP 1

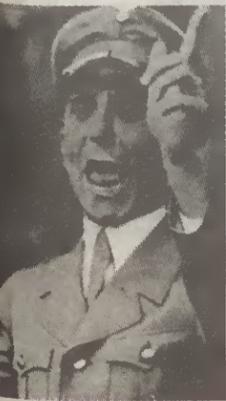
07.00 Infantil/Juvenil
08.35 Guia Dia a Dia
10.00 Praça da Alegria
12.30 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Emoções Fortes
15.30 Marcas da Paixão
16.00 Rosalinda
17.00 Milionários à Força
17.30 Quem Quer Ser Milionário?
18.00 Quebra-Cabeças
18.30 Ajuste de Contas
19.35 Futebol Liga de Campeões: Lazio/Real Madrid
21.35 Telejornal
22.30 Quem Quer Ser Milionário?
23.00 Turnos de Risco
00.00 Liga Campeões
00.30 24 Horas
01.00 «Os Beans do Egito» (de Jennifer Warren, EUA/1994, com Rutger Hauer, Martha Plimpton, Kelly Lynch. Drama)

▶ RTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
12.30 Andamentos
13.00 O triunfo dos Porcos
14.00 Gente Remota
15.00 Travessa do Cotovelo
16.00 Euronews
16.30 Informação Gestual
17.45 Querida, Encolhi os Miúdos
18.30 Informação Religiosa
19.00 Onda Curta
19.30 História de Cinema Português (Estreia)
20.10 Viver no Campo
21.40 Livres e Iguais
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Zapping
00.00 Sinais do Tempo
01.00 Os Limites do Terror III (Estreia)

▶ SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 História de Amor
15.30 Chiquita Gonzaga
16.30 Acorrentados
16.40 Malhação
17.40 Uga Uga
18.40 Acorrentados
18.50 O Cravo e a Rosa
20.00 Jornal da Noite



«Os Homens da Confiança de Hitler» Documentário

«Jogo Limpo» apresentado por David Borges

10.30 Missa
11.35 Atletismo
13.00 Sobrevivência
13.30 Palácio de Cristal
14.30 Com a Criança nos Braços
15.00 Desporto 2
18.30 Uma Gota para a Vida (Estreia)
19.30 Uma Mulher de Branco
20.30 Onda Curta («Senhor Gerónimo» de Inês de Medeiros, Portugal, «História de Guerra» de Peter Lord, Reino Unido. Curtas Metragens)
21.00 Futurama
21.30 Artes e Letras - «Cesare Pavese»
22.30 Jornal 2
23.00 Travessa do Cotovelo
00.15 «Agosto» (de Jorge Silva Melo, Portugal/França/1987, com Christian Patey, Marie Carré, Manuela de Freitas, José Nascimento. Drama)

▶ SIC

07.00 Zip Zap
11.30 Acorrentados
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Big Show
17.30 «O Pacificador» (de Mimi Leder, EUA/1997, com George Clooney, Nicole Kidman, Armin Mueller-Stahl. Ver Destaque)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Acorrentados
21.30 «Cidade Lincea» (de Costa Gavras, EUA/1997, com Dustin Hoffman, John Travolta. Drama)
00.00 Esta Semana
01.30 «Na China Comem Cães» (de Lasse Spang Olsen, EUA/1999, com Kim Bodnia, Dejan Cukic. Comédia)
03.30 Portugal Radical
04.00 Vibrações

▶ TVI

08.30 Animação
11.00 Espaço Religioso
11.15 Missa
13.00 TVI Jornal
13.30 Aquanautas
14.00 «Nas Malhas da Adopção» (de Ken Kwapis, EUA/1999, com Sherry Stringfield, James Le Gros, Elisabeth Peña. Acção)
16.00 «As Aventuras de Bigfoot» (de Philip Spink, EUA/1998, com Robert Burke, Zach Jones, Richard Thomas. Aventura)
18.00 Big Brother II
18.30 Errar é Humano
20.00 Jornal Nacional
21.00 Super Pai
22.00 Big Brother II
23.20 112
23.50 «Dark City - Cidade Misteriosa» (de Alex Proyas, EUA, com Rufus Sewell, Kiefer Sutherland, Jennifer Connelly. Ver Destaque)
01.50 Futebol (Resumo)
02.10 «Uma Mulher Endiabrada» (de Herbert Ross, EUA/1975, com Barbara Streisand, James Caan, Omar Sharif. Comédia)
04.40 Torre do Amor



Chazz Palminteri, Lillo Brancato. Drama

▶ RTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
12.30 100.000 Porquês
13.00 2010 (R)
14.00 Universidade Aberta
14.30 Gente Remota
15.30 Parlamento
16.00 Euronews
16.30 Informação Gestual
17.45 Querida, Encolhi os Miúdos
18.30 Informação Religiosa
19.00 Rotações
19.30 Os Homens de Confiança de Hitler
20.15 Viver no Campo
20.45 Por Outro Lado
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Os Sopranos
00.00 Artes de Palco
01.40 Andamentos

▶ SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 História de Amor
15.30 Chiquita Gonzaga
16.30 Acorrentados
16.40 Malhação
17.40 Uga Uga
18.40 Acorrentados
18.50 O Cravo e a Rosa
20.00 Jornal da Noite
21.00 Acorrentados
21.30 Laços de Família
22.30 Roda dos Milhões
00.30 Noites Marcianas
02.00 Portugal Radical

▶ TVI

08.30 Animação
11.30 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Brother II
14.30 Tiro e Queda
15.30 Batatoon
19.15 Big Brother II Extra
20.00 Jornal Nacional
21.00 Jardins Proibidos
22.10 Super Pai
23.10 Big Brother II
00.10 Pretender
01.10 Até que a Lei os Separe (Estreia)
02.10 Última Edição
03.00 Mercy Point
04.00 Os Segredos de Verónica
04.30 Pensacola I

Scorsese, EUA/1997, com Tenzin Thuthob Tsarong, Gyurme Tethong, Tencho Gyalpo. Ver Destaque)
02.00 24 Horas
03.00 Desconhecidos

▶ RTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
12.30 O Lugar Da História
14.00 Gente Remota
15.00 A Outra Face da Lua
16.00 Euronews
16.30 Informação Gestual
17.45 Querida Encolhi os Miúdos
18.30 Informação Religiosa
19.00 Bombordo
19.30 Os Homens de Confiança de Hitler
20.10 Viver no Campo
20.40 O Triunfo dos Porcos
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Conversa Privada
00.00 «Predadores de Nova Iorque» (de Guillermo Del Toro, EUA/1997, com Mira Sorvino, Jeremy Northam, Giancarlo Giannini. Terror)
01.45 Rotações

▶ SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 História de Amor
15.30 Chiquita Gonzaga
16.30 Acorrentados
16.40 Malhação
17.40 Uga Uga
18.40 Acorrentados
18.50 O Cravo e a Rosa
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 Acorrentados
22.00 Laços de Família
23.30 Noites Marcianas
01.30 Noites Longas: Marguerite Duras (Entrevistada por Bernard Pivot)
02.40 Portugal Radical

▶ TVI

08.30 Animação
11.10 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Brother II Extra
14.30 Tiro e Queda
15.30 Batatoon
19.15 Big Brother II Extra
20.00 Jornal Nacional
21.00 Big Brother
00.30 Ally McBeal
01.30 Última Edição
02.25 Os Segredos de Verónica
02.55 Pensacola

▶ RTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
12.30 Andamentos
13.00 O triunfo dos Porcos
14.00 Gente Remota
15.00 Travessa do Cotovelo
16.00 Euronews
16.30 Informação Gestual
17.45 Querida, Encolhi os Miúdos
18.30 Informação Religiosa
19.00 Onda Curta
19.30 História de Cinema Português (Estreia)
20.10 Viver no Campo
21.40 Livres e Iguais
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Zapping
00.00 Sinais do Tempo
01.00 Os Limites do Terror III (Estreia)

▶ SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 História de Amor
15.30 Chiquita Gonzaga
16.30 Acorrentados
16.40 Malhação
17.40 Uga Uga
18.40 Acorrentados
18.50 O Cravo e a Rosa
20.00 Jornal da Noite



21.00 Malucos do Riso
21.30 Acorrentados
22.00 Laços de Família
23.30 Noites Marcianas
02.00 Noites Longas: Françoise Dolto (Entrevistada por Bernard Pivot)
03.10 Portugal Radical

▶ TVI

08.30 Animação
12.10 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Brother II
14.30 Tiro e Queda
15.30 Batatoon
19.15 Big Brother II
20.00 Jornal Nacional
21.00 Jardins Proibidos
22.10 Big Brother II
23.15 Tic Tac Milionário
01.30 Última Edição
02.20 «A Justiça de um Inocente» (de Paul Krasny, EUA/1993, com Robert Conrad, George Hamilton. Drama)
04.20 Os Segredos de Verónica
06.20 Pensacola I

Nota:

A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

TVisto

Correia da Fonseca

Fraude à beira do abismo

Suponho que na sequência das suas aventuras e desventuras norte-americanas, de que aliás só tenho remota notícia nem mais tenho de ter, Mário Crespo trouxe para o SIC-Notícias o programa «60 Minutos», que durante anos e anos esteve na CBS com boa reputação o êxito. O certo é que, do que por lá vi, nada desmereceu esse estatuto, embora certos temas surjam com a compreensível vocação de interessarem sobretudo o público dos Estados Unidos. Nem todos, porém, longe disso. Na última emissão a que assisti, uma das reportagens desmascarava com uma clareza que por cá não se usa o carácter inadmissível da agressão israelita na Palestina. Logo a seguir, uma outra reportagem tratava de qualquer coisa que, na verdade, diz respeito a todos os habitantes do planeta: o anunciado prosseguimento daquilo a que na era reaganiana foi designado por Guerra das Estrelas e pode situar-nos a todos à beira do holocausto nuclear. Como é geralmente sabido, o projecto consiste em colocar os Estados Unidos em situação de invulnerabilidade perante um

sim, senhores, que o método estava conseguido. Foram feitas experiências, e a reportagem incluiu os momentos mais significativos da que, presume-se, foi a mais importante. Falhou.

Impostura, disse ele

O ter falhado uma experiência não significa, naturalmente, que o Escudo Protector com que Reagan sonhara ou, talvez com mais rigor, fez sonhar os americanos, é de facto inviável. Tanto mais que a tal TRW e os círculos afectos ao Pentágono garantem que é praticamente dinheiro em caixa. Porém, um reputado especialista do famosíssimo ITM, ouvido pela reportagem (que, recorde-se, é da CSB e não de uma qualquer organização terrorista patrocinada por Kadhafji), assegura que não, que o suposto êxito não passa de uma fraude com uma só motivação por ele expressamente denunciada: dinheiro. E uma outra cientista, a dr.ª Nira Schweltz, tendo compreendido também que a suposta eficácia do Escudo Protector é uma impostura, e uma impostura não apenas fabulosa em termos de dólares mas também no plano dos riscos para a humanidade em geral e os Estados Unidos em particular, decidiu avisar o Departamento de Defesa. No dia seguinte a esse acto de cidadania e coragem deixou de ser funcionária da TRW: fora despedida. Contudo, perante as câmaras do «Sixty Minutes» reiterou a certeza de que todas as informações que apontam para a suposta invulnerabilidade que o Escudo proporcionaria aos States são fraude.

Apesar de tudo, poder-se-á pensar que, por muito especialistas e competentes que sejam, Nira e o seu colega do ITM são apenas dois. A questão é que não é assim: o número dos que não confiam na TRW e afins já é tal que permitiu a constituição de uma União dos Cientistas Preocupados. Preocupados não, decerto, com os milhões de contos que o Estado entrega à TRW em troca de uma estória da carochinha, mas com o risco em que a fraude coloca a segurança dos norte-americanos e também, porventura em segundo plano, a sobrevivência de uma civilização que não a uma guerra nuclear. Do outro lado, vimos o general Kadish, responsável militar pela estratégia do Escudo Protector, manter a aposta na sua eficácia. Mas vimo-lo com o que me pareceu tão inconvincente confiança que terá sido como uma confirmação da justeza de todos os cepticismos. Entretanto, diversas vezes internacionais levantam-se para advertir que o regresso à «guerra das estrelas» será a ressurreição da «política à beira do abismo» de há meio século. Mas pouco se importam com isso os que nos Estados Unidos decidem destas coisas: os dólares crescem em certas contas bancárias, o acréscimo das tensões políticas favorece os que ganham com a multiplicação de guerras periféricas. É tudo, ou quase tudo, quanto querem.

eventual ataque nuclear, o que apenas os colocaria em posição de ditar a sua vontade a todos os povos do mundo como também na de poderem eles próprios usarem armas nucleares, se tanto lhes apetecesse, sem terem de recear uma resposta do mesmo tipo. Para isso, criariam uma rede de mísseis antimísseis que, disparados quando fosse assinalada a aproximação de um míssil atacante, sairia ao seu encontro e destruí-lo-ia «em voo» colidindo com ele. O necessário rigor da pontaria seria assegurado por um sistema de atracção automática que aliás já é conhecido. Assim, o antimíssil funcionaria como uma bala defensiva que pelo choque e consequente explosão cortasse o caminho à bala atacante. Tudo bem, pois, não há nada como a ciência. Só que, provavelmente, os supostos atacantes não seriam parvos e cuidariam de rodear o seu míssil de outros mísseis ou de balões que serviriam de engodos e desviariam o projectil defensivo para falsos alvos, assim conseguindo que o verdadeiro míssil atingisse cidades como Nova Iorque ou S. Francisco com uma carga nuclear que as destruiria. O problema é, pois, conseguir que o míssil defensivo «saiba» destrinçar entre o seu alvo e os engodos. Uma empresa especializada, a-TRW, foi encarregada dessa tarefa. Disse que

A talhe de foice

• Henrique Custódio

O carro

A ratificação por Portugal da convenção que institui o Tribunal Penal Internacional (TPI) desencadeou acesa polémica a que já acorreram bem-pensantes do costume mas igualmente quem, por costume, usa pensar, o que evidencia a pertinência da matéria.

Em linhas gerais, argumentos e argumentadores ocupam duas barricadas.

Uns, como o ex-presidente Ramalho Eanes, vão directos ao assunto e denunciam esta ratificação de Portugal como um gravíssimo retrocesso na tradição humanística do Direito português — antiga de três séculos —, dado abrir caminho à reinstauração da pena perpétua no nosso país por decorrência da sua admissão no quadro do TPI.

Outros, como o ex-presidente Mário Soares, vão directos ao dimorfismo intelectual e garantem duas coisas.

Uma, que a pena perpétua não regressará ao Direito português — tranquilização que pressupõe, pelo menos para consumo interno, uma fidelidade aos princípios humanistas que estão na base da rejeição da pena perpétua.

Outra, que essa pena está bem lá fora, no quadro do TPI e para crimes contra a humanidade — o que pressupõe, sabe-se lá para que consumo, a instituição de um princípio com dois pesos e duas medidas: nacionalmente não deve ser aplicável em nome da humanidade em particular (nós), no estrangeiro é uma coisa ótima em nome da humanidade em geral (os outros todos).

Ou me engano ou o humanismo anda por aqui muito desequilibrado.

O mais extraordinário é que poucos se preocupam, entretanto, a levantar outras questões a jusante «desta» pena perpétua agora tão subitamente celebrada como o grande ajuste de contas com o Mal.

Por exemplo, quem decide o quê e contra quem, em nome da humanidade?

Quem decide: juízes necessariamente pertencentes a países.

O quê: tipificação de «crimes contra a humanidade» necessariamente praticados em países e em nome de países.

Contra quem: «criminosos de lesa-humanidade», necessariamente oriundos ou responsáveis de países.

Com tanto país, tantos crimes e tantos responsáveis, quem vai decidir o quê?

Se não restam dúvidas de que Pinochet praticou crimes contra a humanidade — e não restam —, por que ficam de fora desses crimes os governantes dos EUA que, já comprovada e confessadamente, o ajudaram a subir ao poder e lá o mantiveram?

Se Saddam Hussein é um «criminoso de lesa-humanidade» por ter invadido o Kuwait, os EUA não o foram quando invadiram o Panamá para capturar o ex-presidente Noriega? E o presidente Bush ou o primeiro-ministro britânico John Major não o são, apesar de terem ordenado o assassinio à bomba de centenas de milhares de civis iraquianos para «castigar» Hussein?

Se Milosevic e alguns generais da ex-Jugoslávia são «criminosos de lesa-humanidade» por alegadas responsabilidades em genocídios, que dizer do actual primeiro-ministro Ariel Sharon, que em 1982 ordenou o massacre de milhares de refugiados palestinos nos campos de Sabra e Shatila?

Se a história é escrita pelos vencedores, a justiça também.

Ao empenharem-se tanto neste Tribunal Penal Internacional, os actuais responsáveis políticos portugueses querem atrelar Portugal ao carro de que vencedor?

Comissão de utentes marca protesto para 5 de Março

Buziño no IC19

A comissão exige o início das obras das ligações alternativas entre Sintra e Lisboa, entre outras medidas para acabar com a situação caótica na mais congestionada via da Europa.

Cerca de 140 mil viaturas circulam diariamente nesta via, a mais movimentada da Europa segundo o Instituto de Estradas de Portugal, e com uma das mais elevadas taxas de sinistralidade do País.

De acordo com a porta-voz da comissão criada segunda-feira, «os utentes do IC19 demoram, em média, uma hora e meia na deslocação casa/trabalho, sendo que para chegar ao IC19 demora-se cerca de 40 minutos». A

situação agrava-se, «não se tem visto vontade política para a resolver» e «estamos cansados das inúmeras promessas de investimentos numa área tão carenciada como as acessibilidades no concelho de Sintra», sublinha Guadalupe Gonçalves.

A porta-voz, citada pela Lusa, disse ainda que os investimentos estratégicos para o concelho «foram esquecidos no Orçamento do Estado e da Câmara», acrescentando que desta forma «fica adiada a resolução do problema das acessibilidades».

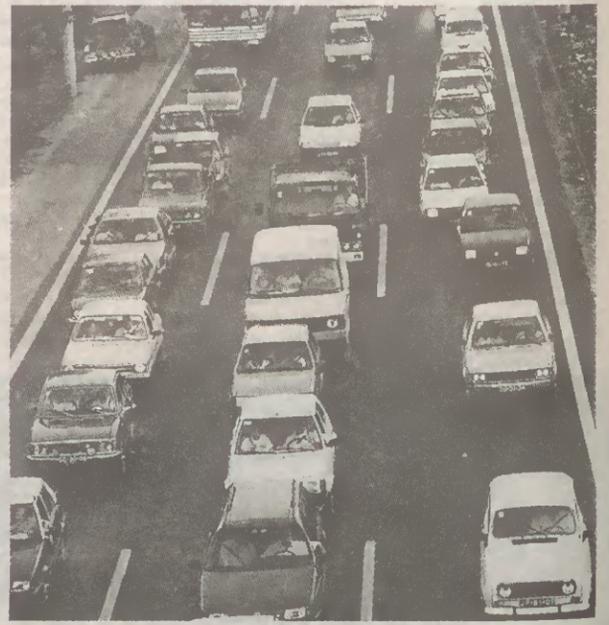
A Comissão reclama o início das obras de cuja concretização depende o descongestionamento das vias e a melhoria da circulação do trânsito no concelho e, con-

sequentemente, «a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos de Sintra». As obras reivindicadas passam pelo alargamento do IC19 no concelho de Sintra, a remodelação dos nós de Massamá e Cacém, a ligação do Lido ao nó do Hospital Amadora-Sintra, a conclusão do IC16, a construção das circulares Nascente e Poente ao Cacém, a construção do IC30 (entre Ranholas e a A5) e a remodelação dos interfaces rodoferrviários na Linha de Sintra.

A porta-voz criticou também o crescimento urbanístico «caótico no concelho, onde a especulação imobiliária impera em detrimento da qualidade de vida dos cidadãos e onde as infra-estruturas são esquecidas».

Amplio apoio

O buzino convocado para 5 de Março no IC19 poderá tornar-se numa das maiores manifestações de automobilistas realizadas em Portugal se aderirem as largas dezenas de milhar de condutores que utilizam diariamente aquela via entre Sintra e Lisboa. A Comissão de Utentes já recebeu o apoio de dezenas de «municípios de partidos diferentes que vão lutar connos-



O percurso diário custa, em média, mais de hora e meia

co» para resolver este problema, sublinhou Guadalupe Gonçalves, também eleita pela CDU para a Junta de Freguesia de Massamá, respondendo desta forma às acusações proferidas pela presidente da Câmara Municipal de Sintra, Edite Estrela (PS), segundo a qual a comissão estaria ligada à CDU, o que, na sua óptica, retiraria «a isenção que deveria haver no tratamento deste assunto».

Este comentário levou a Comissão Concelhia do PCP a tomar posição, denunciando estas declarações como «irresponsáveis, lamentáveis e reveladoras da falta de consideração pela democracia e pela livre iniciativa e participação dos cidadãos na defesa da resolução dos problemas da sociedade». A Concelhia reafirma que vai continuar «a participação de comunistas,

em unidade com os demais habitantes do concelho, na defesa da melhor qualidade de vida, seja nas acessibilidades, seja nos equipamentos, seja no urbanismo».

Entretanto, a Comissão de Utentes não vai cruzar os braços. Quer saber que medidas a Câmara de Sintra vai tomar para resolver a falta de acessibilidades, dirigiu-se às assembleias de Freguesia e à Assembleia Municipal e vai promover um abaixo-assinado, a ser entregue ao ministro do Equipamento Social.

Pela tarifa única na Internet

A organização do protesto «Flat Rate», a que se juntaram um *webmaster* português e a Associação Cidadão Digital, lançou um apelo a que, durante o dia de hoje, os utilizadores da Internet façam campanha aos fornecedores de serviços, ao ICP e ao Ministério da Ciência e Tecnologia, as suas opiniões sobre a anunciada tarifa única de acesso à rede.

O apelo, divulgado através de correio electrónico e com informação disponível nos sites <www.ptflatrate.f2s.com> e <www.terravista.pt/guinchcho/8143/index.htm>, propõem ainda que sejam colocados banners de protesto em páginas na Net e, inclusivamente, que seja feito um boicote à navegação.

Num comunicado, a associação recorda que o primeiro-ministro, em declarações públicas durante a «Semana da Ciência e Tecnologia», disse que «se não forem resolvidas as questões que têm travado a fixação de uma tarifa plana de acesso à Internet, o Governo poderá impor a sua fixação, através de decreto-lei».

SJ saúda 70 anos do «Avante!»

«Em meu nome pessoal e em nome da Direcção do Sindicato dos Jornalistas, saúdo a Direcção, a Redacção e todo o colectivo que torna possível a produção e distribuição do «Avante!» pela passagem do seu 70.º aniversário», escreve Alfredo Maia. Em carta dirigida ao director do nosso jornal, o presidente da Direcção do SJ saúda «especialmente o papel fundamental que o «Avante!» desempenhou na resistência ao fascismo e na luta pela

liberdade e pela democracia, de que a liberdade de imprensa é fundadora».

«Numa altura em que é difícil resistir à lógica implacável da mercantilização da informação e ao pensamento único», Alfredo Maia saúda «igualmente a tarefa insubstituível que o «Avante!» hoje é convocado a realizar, na construção de uma sociedade mais justa, pluralista e aberta, que se traduza na multiplicidade de opiniões e de projectos e na diversidade

das expressões da Cultura, da Ciência e do Pensamento».

Montemor

Amanhã, sábado e domingo, uma brigada de militantes do PCP vai vender o «Avante!» no mercado de Montemor-o-Novo e noutras localidades do concelho. A exemplo da iniciativa de que nos deu conta a Concelhia do Partido, outras acções estão marcadas para estes dias (ver **Agenda**).

Jornadas do PCP em Moura

Iniciam-se amanhã, prolongando-se pela manhã de sábado, as Jornadas Parlamentares do PCP. Moura, no distrito de Beja, é a cidade que acolherá os deputados comunistas. A sessão de abertura dos trabalhos tem início às 11.30, na sala de sessões da Câmara Municipal, contando com a presença de Carlos Carvalhas, secretário-geral do Partido.

No decurso das Jornadas, como já foi salientado no último número do «Avante!», o essencial das atenções será dirigido para o Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva. Nesse sentido está previsto um programa de contactos e encontros com estruturas e entidades de âmbito regional, nomeadamente sindicais, autárquicas, turísticas, agricultores e res-

pectivas associações, no sentido de aprofundar o conhecimento e a reflexão sobre as variadas questões respeitantes ao aproveitamento do Alqueva.

Prevista, durante a tarde de amanhã, está também uma visita à barragem, onde os deputados visitarão as obras em curso e manterão um encontro com a administração do empreendimento.



5 603199 000445